RELATÓRIO DE GESTÃO

MUNICÍPIO DE
PAREDES DE COURA

ANO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO

I – Introdução

1.1 Nota Prévia

Para cumprimento do preceituado no POCAL, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017 para que, dentro dos prazos previstos na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, seja apreciada, pelo órgão deliberativo, a conta anual da autarquia.

Este relatório apresenta como objetivos:

- Efetuar um breve enquadramento das atividades desenvolvidas pela Autarquia durante o ano de 2017.
- Explicitar os níveis de execução obtidos, nomeadamente nos aspetos das receitas e das despesas;
- Permitir a análise da situação económica do exercício em apreço, no que concerne à evolução dos custos e proveitos e dos resultados do exercício;
- Permitir a análise financeira, através da utilização de indicadores apropriados à análise do balanço e demonstração de resultados;
- Comparar a evolução da situação económico-financeira, considerando os exercícios dos últimos cinco anos.

1.2 – Enquadramento das Atividades Desenvolvidas

No presente relatório, são apresentadas, sumariamente e em linhas gerais, as ações desenvolvidas por esta Autarquia, durante o ano de 2017, nas seguintes áreas de competência:

EDUCAÇÃO

Dando continuidade aos projetos iniciados em anos anteriores, o Município de Paredes de Coura continua a perspetivar a educação como setor prioritário para o desenvolvimento sustentado do território e como forma de garantir o futuro das gerações mais jovens.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA

A empreitada de requalificação das instalações da Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura teve início em agosto de 2017 e deverá estar concluída no início do ano letivo 2018/2019.

A aprovação da candidatura a fundos comunitários, com um investimento elegível de 2.081.250,00€ e uma taxa de financiamento a 85%, é a concretização de um anseio antigo de requalificação uma vez que as condições de degradação do edifício já punham em causa o bom desenvolvimento da aprendizagem escolar.

Recorde-se que o Município executou, em 2015, obras de beneficiação com um investimento a rondar os 350 mil euros, totalmente proveniente do orçamento da autarquia. Nesta empreitada, realizou-se a substituição das coberturas, revestimento e isolamento de paredes exteriores e a substituição completa da caixilharia.

MAIS EDUCAÇÃO - INGLÊS, MÚSICA CLÁSSICA E MOVIMENTO

Durante o presente ano letivo, manteve-se a aposta do município no ensino de Inglês, Música Clássica e Movimento em toda a rede da educação pré-escolar. Estas atividades são financiadas pelo município com o propósito de permitir a aprendizagem e vivências gratuitas destas áreas a todas as crianças do concelho. Quinzenalmente, a música é também levada a todos as creches do concelho, numa parceria com a Academia de Música de Viana do Castelo.

Relativamente ao ensino da Música – componente designada de expressão musical, o Município alargou a oferta do 1º ao 4º ano do 1º Ciclo. Nos 4º e 5º anos, relativamente aos alunos que se inscrevem na OIM – Oficina de Iniciação Musical, o município financia a verba

não comparticipada e suporta a totalidade dos custos dos alunos que, esgotadas as vagas, manifestam interesse em frequentá-la. Igual procedimento foi adotado para os alunos que não tinham vaga no CBM – Curso Básico de Música (5º ao 9º ano), mas que manifestaram interesse em frequentá-lo.

PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

Este esforço financeiro reflete o compromisso e empenho da autarquia para a promoção do sucesso escolar em Paredes de Coura, plasmado na candidatura municipal apresentada ao Norte2020. Este projeto integra o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar PIICIE - "Alto Minho - School 4All" que tem como principal objetivo a diminuição dos níveis de retenção e abandono escolar do Município de Paredes de Coura.

Após consulta de todos os parceiros da área, foram definidas seis ações cujas características diferem, mas têm objetivos convergentes. Numa fase posterior, e atendendo à especificidade e objetivos de cada um dos projetos/ações, entendeu-se ser pertinente associar atividades como "Matemática com Lego" à atividade "+Sucesso Escolar. Por outro lado, tendo em conta toda a atividade do Serviço Educativo do Município, definiu-se um conjunto de ações que permitam elevar os níveis de sucesso escolar. É o caso das Comédias do Minho e o seu projeto "Experimenta!! A arte como farol" que resulta de um esforço conjunto para aproveitar o teatro enquanto recurso pedagógico capaz de promover o sucesso escolar em diversas disciplinas, sobretudo, na disciplina de português, bem como incentivar o autoconhecimento dos alunos e favorecer dinâmicas de sociabilidade e cooperação através de ferramentas criativas.

O Serviço Educativo do Município que congrega as diversas valências – Centro de Educação e Interpretação Ambiental, Museu Regional, Centro Cultural, Arquivo, Biblioteca, Caixa de Brinquedos, Caixa de Música, Loja Rural, Piscinas e Pavilhão – desenvolveu, em parceria com as instituições educativas do concelho, um conjunto de atividades diversificadas que abrangeram desde visitas de estudo, espetáculos, concertos, atividades intergeracionais (ex. concertos nos lares de idosos e recriação de tradições), leituras encenadas, apresentações de escritores, reflorestação de espaços do concelho etc.

Saliente-se, neste ponto, o esforço realizado no sentido de integrar, nos eventos culturais programados pelo Município, um espaço reservado às escolas. É lá que estão os públicos do

futuro pelo que todos os eventos programados pela autarquia incluem a comunidade educativa com atividades pensadas em função das caraterísticas e das competências a trabalhar nos diferentes níveis de ensino.

PROJETO EDUCAR PARA O FUTURO – TERRA

A Feira de Troca de Sementes, realizada em fevereiro de 2017, é uma das atividades do Projeto Educar para o Futuro – Terra, levada a cabo em parceria com o Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura e com a Associação Quinta das Águias.

Neste âmbito, tendo como público-alvo os alunos do 5º e 6º anos de escolaridade, realizaram-se várias atividades tais como: a apresentação do Banco de Germoplasma, o banco nacional de preservação de sementes; o projeto da bolota, com diferentes fases, desde a sua recolha, secagem e moagem de forma a transformá-las em farinha para preparação de pão, biscoitos, hamburguers e também o processo de germinação das bolotas na estufa do Município, dando origem a jovens carvalhos para sua posterior plantação na floresta e contribuindo desta forma para a reflorestação com árvores autóctones.

Ainda no âmbito deste projeto que envolve os alunos em todas as atividades, está em execução a horta biológica; um jardim de ervas e flores comestíveis e um pomar com árvores e arbustos de frutos, com os alunos envolvidos em todas as etapas, desde o semear e plantar, ao cuidar e finalmente o colher e preservar para futura utilização ao nível de alimentação e para no próximo ano "lançar à Terra".

No enquadramento deste conjunto de atividades, decorre a ação de recolha de sementes locais, sua preservação e organização de eventos de troca de sementes, criação de um banco de sementes locais, visitas à Quinta das Águias -- um projeto sustentável para a preservação da biodiversidade e de proteção animal --, da mesma forma que há a intenção de que estes projetos evoluam favoravelmente e tenham continuação nos anos futuros.

VISITAS DE ESTUDO

A autarquia apoia as visitas de estudos a todos os níveis de ensino, incluindo as da Academia de Música de Viana do Castelo, idas à praia dos alunos do pré-escolar, alunos com NEE – Necessidades educativas especiais e CAO-Centro de Atividades Ocupacionais.

LANCHES SAUDÁVEIS

A autarquia mantém a parceria com o serviço de educação para a saúde do Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura, para fornecimento de lanches saudáveis. Durante todo o ano letivo, a autarquia fornece aos alunos do 1º CEB um lanche com produtos saudáveis e locais. Por proposta do serviço acima referido, são distribuídos lanches diferentes que compreendiam pão de nozes com queijo fatiado, iogurtes sólidos e líquidos, pão rústico com compota caseira, frutas e pão integral com queijo fundido, entre outras.

SUPLEMENTO ALIMENTAR

A autarquia mantém o fornecimento de suplemento alimentar, com fornecimento de pão guarnecido e leite, aos alunos carenciados sinalizados pelo Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A autarquia comparticipa os livros de fichas de todos os alunos do 1º CEB, mediante escalão de abono de família. Os manuais são gratuitos para este nível de ensino, por iniciativa do Ministério da tutela. Nos mesmos moldes, comparticipa as refeições em refeitório escolar para todos os alunos do 1º CEB. O material escolar necessário ao desenvolvimento de todas as atividades letivas é fornecido pela autarquia desde o pré-escolar ao 4º ano do 1º Ciclo.

CURSO DE OUTONO-PARCERIA COM A UNIVERSIDADE DO MINHO

Paredes de Coura é um dos concelhos fundadores da Rede de Casas do Conhecimento promovida pela Universidade do Minho. Inicialmente composta por quatro municípios, em parceria com a Universidade do Minho e o Centro de Computação Gráfica (CCG), a Rede Casas do Conhecimento conta, hoje, com um total de dez parceiros.

As Casas do Conhecimento visam, simultaneamente, diminuir as assimetrias digitais, contribuir para a disseminação do conhecimento e evitar a infoexclusão das populações, através da mobilização das suas comunidades locais, regionais e académicas, enquanto atores do desenvolvimento económico e social.

No âmbito desta pareceria as duas entidades organizaram, em novembro, mais um Curso de Outono, que contou com a presença do Reitor da Universidade do Minho, António Cunha.

Durante dois dias, realizaram-se conferências, nas áreas da educação e novas tecnologias, por oradores credenciados. Professores, educadores, técnicos de instituições de ação social e universitários participaram no referido Curso, creditado pela Universidade do Minho.

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL

Em 2017, a autarquia deu início à elaboração, em parceria com a Universidade do Minho, de um Projeto Educativo Municipal que assenta na auscultação dos diversos agentes intervenientes no processo educativo, no sentido de construir um documento aberto que sistematiza as diversas atividades e projetos. O objetivo é construir uma estratégia coerente de investimento na educação e apontar novos caminhos para o futuro dos nossos alunos.

O documento deverá estar concluído no início do ano letivo 2018/2019 e implica um trabalho conjunto com os diversos estabelecimentos de ensino, IPSS, associações, clubes desportivos, associações de pais, empresas e outras instituições com papel ativo na área da educação.

ASSOCIATIVISMO, DESPORTO e JUVENTUDE

A autarquia, apesar da inevitável racionalização de apoios financeiros, manteve e reforçou todo o apoio logístico necessário à concretização das atividades culturais, recreativas e desportivas das associações e procurou dinamizar a implementação de projetos conjuntos que se acredita serem essenciais para o enriquecimento e dinamização do movimento associativo.
Provas diversas na modalidade de BTT (XCO, XCM, Resistência Urbana, Downhill), com a colaboração da Associação Encostas do Corno de Bico, os Jogos da Amizade, a corrida de carrinhos de rolamentos, o “Coura Cup”, Torneio de Futebol de Formação do S. C. Courense que envolve dezenas de equipas, e o Festival de Patinagem e a Milha Urbana são alguns dos destaques nesta área que contam com o apoio ou com organização do Município.
As alterações nas modalidades de financiamento, atribuído apenas por atividade, contribuíram para que as associações se sintam mais valorizadas e cientes de que, incentivando o seu dinamismo, a autarquia estará ao seu lado no que aos aspetos financeiros diz respeito, reconhecendo que o movimento associativo constitui um forte impulsionador de desenvolvimento das freguesias e fator de coesão social.

"A Escola de Rock", "O Mundo ao contrário", "O Festival Paredes de Coura", complementados com as atividades do projeto Couração, da Biblioteca Municipal, do Banco de Voluntariado, da CPCJ, do Centro de Educação e Interpretação Ambiental, da Loja Rural, Museu Regional e Centro Cultural envolvem uma ampla fatia da juventude do concelho e contam com o apoio do Município.

PORTAL ASSOCIATIVO

No ano de 2017, foi desenvolvido, em parceria com o Couração-CLDS 3G, um portal associativo que cumpre os seguintes objetivos:

- Disponibilizar informação técnica, administrativa, jurídica e financeira às associações através do portal;
- Suportar recepção Técnico-administrativo das Associações;
- Apoiar a gestão do Plano de atividades das associações;
- Publicitar/divulgar a vida associativa do concelho.

CIMEIRA "PENSAR O ALTO MINHO",

A Cimeira de Juventude "Pensar o Alto Minho", realizada em Paredes de Coura em novembro de 2017, teve por objetivo debater reais políticas de juventude que respondam às necessidades, objetivos e interesses dos jovens do Alto Minho. Durante esta conferência foi apresentado um Contrato Social de Cooperação e Concertação de Políticas de Juventude, que se pretende que seja aceite e retificado por todos os autarcas do distrito de Viana do Castelo.

O EDAJ foi composto por painéis que abordaram os temas da Comunicação e Empreendedorismo.

CULTURA

Paredes de Coura tem vindo a assumir-se como um território "sem paredes" que procura modelos diferenciadores de desenvolvimento. A aposta passa por uma estratégia de investimento na cultura que procura desbravar caminhos diferentes para oferecer alternativas de vida mais sustentáveis que respeitem as diferenças de todos.

Trata-se da criação de uma nova centralidade que não depende da geografia, mas daquilo que as pessoas são capazes e ousam criar.

Eis alguns exemplos:

O MUNDO AO CONTRÁRIO

Realizou-se, entre os dias 24 e 30 de julho, a terceira edição de O Mundo ao Contrário em Paredes de Coura, com centenas de famílias a encherem as ruas da vila.

Ao longo de uma semana, as ruas e largos de Paredes de Coura ganharam animação com espetáculos de teatro, música, novo circo, cinema, animações de rua, residências artísticas, instalações e oficinas, numa iniciativa dirigida a toda a família e com entrada livre. Organizado pelo Município de Paredes de Coura, "O Mundo ao Contrário" reuniu artistas nacionais e internacionais que transportaram os participantes para um mundo ao contrário onde o riso, o deslumbre, a fantasia, a criatividade, o risco e o absurdo assumem um lugar especial na imaginação dos pequenos e graúdos.

A programação incluiu artistas dos quatro cantos do mundo, como Nino Costrini (Argentina), Elastic (Bélgica), Fausto Giori (Itália), Mina Clown (Argentina), Mandrágora (Portugal), Tuto Tul (Argentina), Rene Bazinet (Alemanha/Canadá), O Grande Embrulho (Portugal/Alemanha), Santos Circus (Alemanha) e Ale Risori (Portugal/Alemanha), bem como as bandas dos portugueses Dixie Gringos e Sinfo Dixie, que proporcionaram momentos inesquecíveis de magia, sonhos e fantasia a todos quantos passaram por estes dias em Paredes de Coura.

ESCOLA DO ROCK

A 4ª edição da 'Escola do Rock - Paredes de Coura' realizou-se entre os dias 17 e 22 de dezembro, em plenas férias letivas de Natal.

Após os sucessos alcançados com as edições anteriores, que levou um grupo de cerca de 50 jovens a pisar palcos como os do Festival Vodafone Paredes de Coura, Serralves em Festa ou a Casa da Música, a "Escola do Rock - Paredes de Coura" continuou a acolher jovens músicos com idade superior a 13 anos, que quiseram mostrar o que valem num programa intensivo de seis dias de formação, experimentação e partilha.

Com a colaboração e direção artística do Space Ensemble para a definição do plano de formação, o objetivo da "Escola do Rock - Paredes de Coura" passa por permitir a um conjunto de jovens músicos provenientes de todo o país, desenvolver competências musicais e criativas, em especial na área da música rock.

O programa, como vem sendo hábito, envolveu ensaios, formação, sessões de cinema, jam sessions, showcases, concertos, demonstrações de instrumentos e workshops. A equipa de formadores continuou a ser dirigida por Nuno Alves (direção artística) e contou com Samuel

Coelho (guitarra/violino), José Marrucho (bateria), Sérgio Bastos (piano/teclados), Miguel Ramos (baixo) e Maria Mónica (voz). Adicionalmente, para dirigir workshops e apresentar em concertos os seus projetos, estiveram presentes o baterista Pedro Oliveira (músico de Dear Telephone, Peixe: avião, etc.), com o projeto a solo KRAKE, e o guitarrista Miguel Azevedo com o trio "O Bom, O Mau e o Vilão". A programação contou também com concertos de alunos e ex-alunos da Escola do Rock que já criaram as suas bandas.

A base de trabalho ocupou o espaço Caixa da Música, a Caixa de Brinquedos e mais duas salas criadas pelo Município de Paredes de Coura para acolher concertos e residências artísticas como esta.

Para demonstrar a singularidade desta escola e o complemento que pode dar ao ensino tradicional, basta referir que o plano curricular incluiu bandas como Led Zeppelin, The Beatles, Morphine, Pixies, PJ Harvey, Queens of the Stone Age, The Black Keys, Nirvana, AC/DC, Franz Ferdinand ou Arcade Fire.

No final dos 6 dias de formação, teve lugar o espetáculo de apresentação final, que decorreu no dia 22 de dezembro com casa cheia.

ARTE EM PEÇAS

O 'Arte em Peças' realizou-se entre 11 e 31 de dezembro com fãs de diversos pontos do país e da Galiza a visitarem a mostra. Peças coloridas encheram todos os espaços do Centro Cultural e com a particularidade de ser possível ainda assistir, durante o primeiro fim de semana, à conclusão da construção de duas estátuas da temática desta quadra natalícia, pela Bright Bricks do Reino Unido, reconhecida como LEGO Certified Professional.

Organizada pelo Município de Paredes de Coura, em parceria com a Comunidade 0937, esta 8ª edição da exposição de construções com peças LEGO® "Arte em Peças® 2017 - LEGO® Fan Event" permitiu a visitantes de todas as idades ter a oportunidade de observar uma ampla exposição composta por milhões de peças LEGO® que dão vida a centenas de construções originais dos mais variados temas, desde cidades, castelos, piratas, faroeste, espaço, 'steampunk', assim como outras construções gigantes criadas por membros da Comunidade 0937.

O público teve ainda a oportunidade de participar em múltiplos passatempos -- concurso de construções, concurso de fotografia, busca de objetos escondidos --, de participar na construção de mosaicos, circuitos de comboios, circuito de carros telecomandados, pintar

desenhos, de criar as suas próprias construções e brincar livremente milhares de peças disponíveis numa área reservada.

A exposição atraiu públicos de diferentes gerações, de proveniência nacional e estrangeira, com destaque para os vizinhos espanhóis da zona da Galiza.

Localmente, várias instituições visitaram a exposição, designadamente os estabelecimentos de ensino, as creches e os lares de idosos, no que já se tornou uma tradição da vila de Paredes de Coura.

O comércio tradicional associou-se também ao "Arte em Peças", que desta vez se realizou no mês de dezembro, um presente de Natal para os mais novos e também uma forma de atrair mais visitantes ao concelho. Assim, os comerciantes de Paredes de Coura foram desafiados para um concurso de montras em que as construções com peças Lego assumiram lugar de destaque.

PAREDES DE COURA FAN WEEKEND

Redescobrir icónicos monumentos de várias partes do mundo como a Catedral de Santiago de Compostela, Torre de Londres, Castelo de Neuchwanstein, Ponte de Rialto ou a Torre dos Clérigos, mas também revisitar filmes e séries de TV como 'Star Wars', 'Star Trek', 'Batman', 'Guerra dos Tronos', ou até desfrutar das réplicas de veículos como os Porsche de Le Mans, Land Rover, motorizadas clássicas, autocarros, comboios e locomotivas constituíram motivos para uma visita obrigatória ao Paredes de Coura LEGO® FAN WEEKEND'17, que decorreu entre 9 a 11 de junho, numa das três iniciativas, a par de Skærbæk (Dinamarca) e Tóquio (Japão), dedicadas aos AFOLs - Adult Fan of LEGO®.

Este tipo de eventos denominados "HUB Events" decorre de uma iniciativa do departamento AR&P - AFOL Relations & Programs da marca dinamarquesa, com o propósito de criar iniciativas regionais em zonas estratégicas do globo, tendo no caso de Portugal como parceira a Comunidade 0937, em colaboração com a Câmara Municipal de Paredes de Coura.

O regresso do Fan Weekend a Paredes de Coura despertou o entusiasmo no mundo e imprensa especializadas, ao ponto da primeira edição "Paredes de Coura Fan Weekend 2016 – LEGO® Fan Event" ter sido considerada por muitos como dos melhores eventos do ano (http://brickset.com/article/25154).

'PARAÍSO NA TERRA' PARA OS ADULTOS FÃS DE LEGO®

Vários funcionários da Lego® marcaram presença neste evento por se tratar de uma oportunidade com muito potencial para comunicar em simultâneo e de uma só vez com fãs de

diversos países do mundo. Estiveram presentes mais de 250 participantes de 19 países diferentes e de lugares tão díspares como EUA, Austrália, Brasil, Noruega, Sérvia ou Eslovénia.

Estes participantes tiveram também a oportunidade de participar em palestras e oficinas especializadas, trocar impressões sobre experiências, técnicas de construção, organização de atividades, etc. Além dos assuntos temáticos, houve ainda tempo para alguma diversão e pequenos concursos de modo a promover a confraternização entre os participantes e manter a tradição do evento anterior, onde a imprensa internacional apelidou Paredes de Coura como o "Paraíso na Terra" para os adultos fãs de Lego®.

FAIRY BRICKS OFERECEU 250 CONJUNTOS LEGO NO VALOR DE 5 MIL EUROS PARA AS CRIANÇAS MAIS CARENCIADAS

A Fairy Bricks, instituição sediada em Huddersfield, no norte de Inglaterra, associou-se ao Paredes de Coura LEGO® FAN WEEKEND'17 oferecendo 250 conjuntos Lego no valor de 5 mil euros às crianças mais carenciadas do concelho de Paredes de Coura.

Os 250 conjuntos Lego foram distribuídos pelo Município de Paredes de Coura às crianças carenciadas, através da Ação Social e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

A Fairy Bricks é uma instituição sediada em Huddersfield, no norte de Inglaterra, que tem por objetivo oferecer brinquedos LEGO às crianças hospitalizadas.

Os responsáveis da Fairy Bricks entendem que os jogos da Lego são uma parte vital no processo de recuperação quando as crianças estão em contexto hospitalar. O jogo fornece conforto, distração e é até mesmo usado como ferramenta educacional por especialistas em jogos para ajudar as crianças perante certas adversidades.

É neste âmbito que surge esta doação para as crianças mais desfavorecidas de Paredes de Coura. Como neste município não existe uma unidade hospitalar, foi entendido que a oferta destes 250 conjuntos Lego às crianças mais desfavorecidas preencheria perfeitamente os objetivos da Fairy Bricks.

PAREDES DE COURA VEGETARIANA

Organizado pelo Município de Paredes de Coura em parceria com a Associação Quinta das Águias, o Congresso Internacional Paredes de Coura Vegetariana, com lotação quase esgotada, teve como ponto de partida o facto de as nossas escolhas alimentares terem um impacto muito forte na nossa saúde, no meio ambiente, na economia e no bem-estar animal.

Steven Wise, da Nonhuman Rights Foundation, e Alexandra Clark, da Humane Society International foram alguns dos nomes internacionais que se juntaram entre os dias 8 e 10 de

setembro na 3ª edição do evento, juntamente com especialistas nacionais e figuras públicas que abraçaram um modo de vida mais ético e sustentável, como João Manzarra e Heitor Lourenço.

A terceira edição do congresso dedicou-se não só a aprofundar o estudo do impacto das nossas escolhas alimentares no planeta, na economia, na saúde humana e no bem estar animal, mas também debater estratégias para a inevitável mudança para uma cultura alimentar mais sustentável e saudável.

O congresso trouxe a Paredes de Coura um painel de oradores nacionais e internacionais de excelência, que partilharam reflexões e abordagens pioneiras, questionadoras e cientificamente fundamentadas sobre este tema que é, cada vez mais, uma preocupação geral das sociedades contemporâneas.

GREEN WEEKEND

Partilhar experiências sobre um estilo de vida sustentável, procurando assumir uma atitude "eco friendly" foram os propósitos da segunda edição "Green Weekend", que no fim de semana de 5 a 7 de maio, reuniu em Paredes de Coura mais de duas centenas de pessoas para quem se torna urgente preservar a natureza e o planeta para as futuras gerações.

Neste "Green Weekend" promovido pelo Município de Paredes de Coura em articulação com a Associação Quinta das Águias, os dias foram preenchidos com workshops de cozinha vegetariana e vegan, procurando traduzir a ideia de que o que comemos tem enorme impacto sobre a nossa saúde e sobre o ambiente. Do programa também fizeram parte os passeios conduzidos pela Ori-Coura, que nos levaram pela rica e deslumbrante natureza de Paredes de Coura, o espetáculo "Voltar à Terra", com Anabela Teixeira, e o Workshop de Dança, com Jacques Houart, com "Ritmos latino-africanos: a arte da pausa".

REALIZAR:POESIA

Entre os dias 21 e 25 de Abril, teve lugar a segunda edição do REALIZAR:poesia. Na edição de 2017, procurou-se estabelecer afinidades entre a poesia e as demais atitudes artísticas – literatura, música, cinema, artes performativas, e também aquelas de menos evidente convergência, política, ciência e filosofia. Eventos de múltiplas linguagens e origens, leituras, debates, conferências, exposições, lançamentos de livros, espetáculos de artes performativas, exibição de filmes e concertos musicais integraram um programa vasto e diversificado cujo ponto de confluência foi, como habitualmente, a poesia no seu sentido mais vasto.

Paredes de Coura submersa em poesia durante cinco dias

Realizar Poesia Segunda edição do festival arranca hoje e apresenta mais de meia centena de artistas convidados

Ana Peixoto Fernandes
culturadip.pt

Das mitícas tardes poéticas do Jazz na Relva, no Festival de Paredes de Coura, nasceu o Realizar: Poesia, um evento que, a partir de hoje e até dia 25, cumpre a segunda edição, impregnando a vila do Alto Minho de atividades poéticas. Mas há também outras artes, além da literária, com música, conversas, artes plásticas e cinema – e meia centena de convidados dos mais variados quadrantes.

Nos bares da vila, na feira, na rua ou nos próprios espaços destinados ao cumprimento do programa, serão permitidas declamações e manifestações de poesia. O Centro Cultural de Coura será o palco privilegiado da parte programática, mas também haverá intervenções na Caixa de Brinquedos e na Biblioteca Municipal.

Este ano, o evento assinala as efemérides dos 10 anos do desaparecimento de Mário Cesariny e dos 150 anos do nascimentos de Raul Brandão e de Camilo Pessanha. E, segundo o presidente da Câmara de Paredes de Coura, antigo membro da organização do festival de música 'indie', Vítor Paulo Pereira, foi pensado num formato com "uma programação menos intensiva do que no ano passado, justamente para darmos espaço às pessoas para que possam apreciar a gastronomia local e possam passear pelo concelho".

"Estabelecer afinidades entre a poesia e as demais atitudes artísticas, como a literatura, música, cinema, artes performativas, e também aquelas de menos evidente convergência, como política, ciência e filosofia" – é este o mote do 2.º Realizar: Poesia.

O lote de convidados é longo e inclui nomes de referência como o letrista Carlos Té, o cineasta João Canijo, a dramaturga e poetisa Regina Guimarães, o compositor e cantor pop JP Simões, a coreógrafa Leonor Barata, o cantor de intervenção Manuel Freire, o ex-candidato à presidência da República, e também cantor e performer Manuel João Vieira (dará um concerto...), o poeta Pedro Mexia, o romancista João Paulo Cotrim ou, entre muitos outros, o programador João Gesta, que é membro do ilustre coletivo poético Caixa Geral de Despojos.

Uma dinâmica peculiar

"Cria-se aqui um colorido, uma energia e uma dinâmica muitos próprios, que aproximam as pessoas à volta da poesia e do nosso território", afirma o autarca Vítor Paulo Pereira, que deixa as mãos de Isaque Ferreira a coordenação e programação do certame.

"O Realizar: Poesia é liberdade. É o próprio designio poético elevado à sua máxima potência", descreve o programador, referindo que o evento girará em torno da "partilha" com o público por parte dos convidados que "apresentam as suas experiências de vida, os seus processos criativos, as suas abordagens às linguagens poéticas". •

O Realizar: Poesia é um festival que nasceu do Jazz na Relva de Paredes de Coura

"Queremos dar espaço às pessoas para poderem passear e apreciar a gastronomia"

CONGRESSO "A INTERVENÇÃO TEATRAL EM PORTUGAL NO SÉCULO XXI"

FORMAÇÃO, PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO, GESTÃO, DESCENTRALIZAÇÃO, ANIMAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E EDUCATIVA

Paredes de Coura acolheu em novembro, o Congresso "A Intervenção Teatral em Portugal no século XXI", que teve por objetivo questionar as práticas teatrais existentes face aos emergentes desafios deste século, numa iniciativa promovida pela Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural –, com o apoio do Município de Paredes de Coura.

Painéis temáticos subordinados à importância do Teatro na sociedade, nomeadamente a formação teatral em Portugal, a produção teatral (programação, gestão, descentralização teatral), Teatro e intervenção terapêutica (saúde, bem-estar, deficiência...), Teatro e Intervenção Social (teatro de amadores, teatro e desenvolvimento, teatro na comunidade...), mas também conferências temáticas sobre Teatro e educação, a produção e a gestão teatral em Portugal, Teatro e animação ou o Teatro e Intervenção Comunitária, completaram estes três dias do congresso, também com mesas redondas, oficinas, workshops, grupos de trabalho, atividades de animação teatral com a comunidade, espetáculos e exercícios teatrais.

O objetivo foi analisar o papel do Teatro no século XXI, incentivando o debate e a reflexão à volta do Teatro e dos seus diferentes contributos em programas de intervenção social, cultural e educativa, num congresso que reuniu importantes nomes das artes de palco.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No âmbito do Desenvolvimento Social, a ação do Município foi concretizada através do Serviço de Ação Social, ao nível do atendimento e acompanhamento dos munícipes, do trabalho de terreno e de parceria e do desenvolvimento de ações/atividades de integração social e animação sociocultural. A sua atuação materializou-se nos seguintes domínios e apoios regulamentares:

- Gabinete de Ação Social;
- Gabinete de Inserção Profissional;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Banco Local de Voluntariado;
- Rede Social (Conselho Local de Ação Social);
- Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa (RANFPI);
- Regulamento de Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos;
- Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo;
- Regulamento da Loja Social (Banco Alimentar).

O Serviço de Ação Social procurou, sempre que necessário, concretizar o esforço financeiro que o Município reservou nesta área de ação, no sentido de responder aos problemas sociais existentes, às necessidades identificadas e a novas problemáticas sociais, num permanente labor de atendimento, informação e acompanhamento da população.

O Município assumiu as suas competências em matéria de desenvolvimento social, participando e investindo na criação ou melhoria de respostas e equipamentos sociais e em medidas de proteção e de integração social, com vista à promoção da qualidade de vida dos munícipes.

O Município tem representatividade técnica e participa em vários grupos de trabalho (NLI – Núcleo Local de Inserção, CPCJ – Comissão de proteção de Crianças e Jovens, Núcleo Executivo da Rede Social/CLAS) e colabora com a Rede Local de Intervenção Social (RLIS). Investe no conhecimento da realidade social, no acompanhamento e intervenção social, na planificação de ações e na execução de medidas com vista ao apoio e inserção social.

Também promoveu a concretização do projeto Couracção CLDS 3G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) no território, para promover o desenvolvimento da economia local e da empregabilidade e estimular as competências das famílias e comunidade, em favor do desenvolvimento social.

Foram aplicadas as medidas regulamentares e atribuídos os apoios previstos ao nível do apoio às famílias, principalmente numa fase de (re)organização familiar com vista ao incentivo à natalidade e à melhoria de condições para o atendimento à primeira infância, através da atribuição de apoios: subsídio pecuniário de apoio à natalidade, comparticipação de frequência de creche e comparticipação de frequência de Jardim de Infância – despesas de alimentação.

APOIO À NATALIDADE E À FAMÍLIA

As famílias courenses tem beneficiado dos apoios previstos no Regulamento Municipal, enquanto incentivos à natalidade e apoio à primeira infância.

- Subsídio Pecuniário de Apoio à Natalidade

Em 2017, foram atribuídos 45 subsídios pecuniários pelo nascimento de crianças no concelho:

42 – Subsídios (no valor de 500.00€) pelo nascimento do 1º e 2º filho

3 – Subsídios (no valor de 1000.00€) pelo nascimento do 3º filho

Encontram-se ainda 4 processos pendentes, a aguardar comprovativos.

- Comparticipação de Frequência de Creche

Encontram-se a ser apoiadas várias famílias que possuem crianças a frequentar o equipamento social - Creche, recebendo uma comparticipação da respetiva mensalidade (20% a 80%), mediante o escalão de abono de família (1º, 2º ou 3º) e a idade da criança (4/5 meses até 36 meses).

Em 2017, foram apoiadas 39 crianças a frequentar Creche.

- Comparticipação de Frequência de Jardim de Infância – Despesas de alimentação

Encontram-se a ser apoiadas algumas famílias que possuem crianças a frequentar o equipamento socioeducativo Jardim de Infância, recebendo uma comparticipação das respetivas despesas de alimentação, mediante o escalão do abono de família (1º ou 2º) da criança.

Ano letivo 2016/2017: 11 crianças

CENTRO DE RECURSOS DE AJUDAS TÉCNICAS

Tem sido praticado um regime de cedência de equipamentos específicos (cadeiras de rodas e cadeiras sanitárias), no sentido de responder às necessidades de pessoas com determinadas limitações ou incapacidades físicas devidamente comprovadas pelos serviços, principalmente em articulação com os parceiros da Saúde e Segurança Social.

Durante 2017, foram cedidos 10 equipamentos para responder às solicitações (9 cadeiras de rodas, 1 cadeira sanitária).

LOJA SOCIAL

As famílias em acompanhamento pelo Serviço Acão Social e referenciadas por parceiros locais continuam a beneficiar dos apoios da Loja Social.

De acordo com as necessidades identificadas e mediante a disponibilidade dos bens existentes, têm sido atribuídos apoios em géneros: alimentos, vestuário, calçado, artigos para bebés, brinquedos, utilidades domésticas, mobiliário… Em momentos de crise ou de forma mais regular tem sido apoiadas cerca de 200 famílias.

Os bens distribuídos resultam das dádivas e solidariedade da comunidade. Os alimentos provêm das remessas do Banco Alimentar de Viana do Castelo e de donativos de empresas/iniciativas solidárias.

O funcionamento da Loja Social continua a contar com o apoio de um grupo de voluntárias do Banco Local de Voluntariado.

Apoio ao OUSAM – Entidade Mediadora do Programa POAPMC 2017-2019 (Ajuda Alimentar do FEAC)

O Município de Paredes de Coura tem colaborado no processo de operacionalização do Programa POAPMC (Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), à Medida 1 - Tipologia de Operações 1.2.1 - Distribuição de Géneros Alimentares e ou Bens de Primeira Necessidade, tutelado pelo ISS (Instituto de Segurança Social).

Em Paredes de Coura, foi constituída como entidade mediadora a instituição OUSAM, a quem o Município prestou apoio para a criação de condições logísticas e operativas, no sentido de facilitar a distribuição da ajuda alimentar aos destinatários finais.

Ao longo de cerca de 2 anos, serão apoiadas, mensalmente, 52 pessoas de Paredes de Coura (cerca de 20 famílias), em situação comprovada de carência económica. A listagem de pessoas referenciadas vai sendo atualizada em reuniões de técnicos, conforme as necessidades identificadas na comunidade.

PLANO SÉNIOR 2017

Continuam a ser planeadas pelos serviços do Município, em parceria com as Instituições Sociais, um conjunto de atividades dirigidas à população idosa e comunidade.

No âmbito da animação sociocultural, vários grupos de idosos das instituições sociais (Centro de Dia, Centros de Convívio e Lares) e utentes do CAO e UCC, têm estado envolvidos em diferentes atividades seniores, intergeracionais e comunitárias, promovendo-se o envelhecimento ativo.

Neste plano, destacam-se as atividades do projeto Movimento Alegre, vários Encontros Intergeracionais, atividades "Dar vida às tradições" no Museu municipal, Ciclo do Cinema e Jogos Digitais na Biblioteca, "Concertos para todas as idades" com alunos da Academia de Música, convívio "Redes em festa", Passeio Sénior, comemorações temáticas e outras atividades de animação para idosos e comunidade em geral.

ENCONTROS INTERGERACIONAIS "DAR VIDA ÀS TRADIÇÕES"

No âmbito do Plano Sénior, foram realizadas atividades "Dar vidas as tradições", no Museu Regional, dinamizadas por grupos séniores e CAO das instituições, com o envolvimento de crianças, alunos do 4º ano da Escola do 1º Ciclo.

Tratam-se de dinâmicas intergeracionais sobre o "saber fazer" com objetivos de animação sociocultural.

"Ciclo do Milho: do debulhar ao cozer"– 4 maio, 14h Lar e Centro de Dia de Bico/Centro de Convívio de Vascões e uma turma do 4º ano.

"Ciclo da Lã: da tosquia ao tecer" – 11 maio, 14h - Centro de Convívio de S. Bento e uma turma do 4º ano.

"Rasgada do Farrapo" – 12 maio, 14h - Lar e Centro de Dia de Moselos/Centro Dia de Padornelo/Centro de Convívio de Parada e uma turma do 4º ano.

MOVIMENTO ALEGRE – PROJETO DE ATIVIDADE FÍSICA NAS IPSS

O projeto Movimento Alegre tem tido continuidade e revelado um crescente envolvimento e dinamismo. Consiste na disponibilização apoio técnico pelo Município ao nível da promoção de atividades psicomotoras e de animação sociocultural nas instituições sociais. Pretende a promoção da atividade física e bem-estar dos utentes, bem como capacitação das próprias instituições.

Durante 2017, afirmou-se uma vertente transgeracional do projeto. Estiveram envolvidos todos os grupos de idosos (9 grupos), o grupo do CAO, as crianças do Jardim de Infância (da rede solidária) e o grupo da Universidade Sénior, num total de 290 participantes.

A atividade física foi promovida através de temáticas de animação: "Folclore Português" e "As Danças Populares da Europa", em sessões semanais devidamente planificadas, conforme as necessidades dos grupos envolvidos (os grupos de Lar de idosos participam em duas sessões por semana, os grupos de Centro de Dia, Centro de Convívio, CAO e Universidade Sénior participam em sessões semanais e os grupos de Jardim de Infância participam em sessões quinzenais).

Têm sido desenvolvidas, ao nível coletivo, as capacidades de resistência, força, flexibilidade, coordenação e equilíbrio, bem como as capacidades cognitivas de memória e destreza mental.

O Movimento alegre, conforme o nome indica, inclui atividades psico-motoras e de animação sociocultural, no âmbito do envelhecimento ativo e da interação transgeracional.

SAÚDE DESPORTIVA NO MOVIMENTO ALEGRE

O Município complementou as atividades do Movimento Alegre com ações de promoção da saúde.

Desta forma, 170 pessoas, dos grupos séniores e do CAO, beneficiaram de uma avaliação da sua saúde física por parte de uma equipa especializada, através da realização de exames cardiopulmonares, rastreios e consultas médicas, nas próprias instituições sociais.

Foram devolvidos os resultados às instituições, através de reuniões e da entrega de relatórios individuais a cada utente, que ficaram munidos de exames e informação pertinente sobre o seu estado de saúde.

As instituições e os utentes consideraram que foram realizados importantes momentos de avaliação da saúde e de atenção a cada pessoa, dada a dedicação e amabilidade da equipa que atendeu.

Dada a avaliação positiva, o Município pretende continuar a desenvolver este tipo de ações de promoção da saúde e bem-estar junto das instituições.

VII FEIRA SOCIAL

As instituições sociais (IPSS) do concelho, em parceria com o Município, realizaram a sétima edição da Feira Social, com vista à divulgação do trabalho realizado e dos serviços prestados à comunidade pelas suas respostas sociais.

A VII Feira Social decorreu no dia 27 maio, no Largo Hintze Ribeiro.

Contou com a participação dos séniores e crianças das IPSS e dos jovens adultos do CAO, com a seguinte programação:

- Mostra de trabalhos das instituições;
- Venda de produtos;
- Desfile e apresentação do Movimento Alegre: "Folclore Regional";
- Insufláveis e programação infantil com a Feira do Livro.

AÇÃO DE INFORMAÇÃO: ENVELHECIMENTO ATIVO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA AS INSTITUIÇÕES

Em colaboração com a EAPN (Rede Europeia Anti Pobreza) de Viana do Castelo, que promove regularmente encontros de reflexão e debate para a mobilização das instituições e dos cidadãos na luta contra a pobreza, realizou-se uma ação de informação sobre "Envelhecimento Ativo: desafios e estratégias para as instituições", no dia 17 de maio, das 14h às 17h, na Casa do Conhecimento do Município de Paredes de coura.

Esta ação teve a participação de cerca de 25 técnicos de intervenção social.

APOIO AOS IDOSOS E A SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

Os casos de risco social, principalmente idosos e pessoas em isolamento/carência social, identificados no trabalho de diagnóstico e de terreno, têm sido acompanhados pelo Serviço de Ação Social do Município em articulação com as IPSS, Seg. Social (RSI, RLIS), Centro de Saúde, GNR e Juntas de Freguesia.

A resolução da maioria das situações de vulnerabilidade tem passado pelo encaminhamento/integração em respostas sociais (Apoio domiciliário, Centro de Convívio, Centro de Dia, Lar Residencial), encaminhamento para prestações e medidas sociais, pelo envolvimento dos familiares e da vizinhança, bem como pelo encaminhamento para cuidados de saúde, sempre que se revela necessário.

No âmbito do Diagnóstico Social iniciou-se o levantamento, o mais integrado possível, de situações de vulnerabilidade social no território, através do trabalho em rede com as Juntas de Freguesia e outros parceiros locais.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO (DIA MUNICIPAL PARA A IGUALDADE)

Respondendo a um desafio da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), o Município assinalou o Dia Municipal para a Igualdade – 24 de outubro de 2017, com a

dinamização de sessões "As competências não têm género! – sobre profissões de homens e mulheres na Escola Básica e Secundária, dirigidas a alunos do 2º e 3º ciclo, com a participação de pessoas da comunidade que deram o seu testemunho sobre profissões masculinizadas e feminizadas. Os alunos estiveram à conversa com uma militar da GNR, duas bombeiras, uma ex-militar e manobradora de máquinas, um educador de infância, um auxiliar da ação educativa e um cuidador de idosos. Foram interessantes momentos de partilha e reflexão sobre as competências e papéis de mulheres e homens na sociedade.

Também com vista à promoção da igualdade de género, no dia 25 de outubro, no Centro Cultural, os alunos do 1º ciclo assistiram e interagiram com o Teatro "Mariana num Mundo Igual", sobre as profissões e atitudes mais igualitárias.

Estas iniciativas tiveram como principais objetivos sensibilizar para "viver em igualdade", diminuir os preconceitos e a discriminação e promover a igualdade de género.

SEMANA DA DIFERENÇA

Com vista a assinalar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência decorreu a 3ª edição da Semana da Diferença de 3 a 7 de dezembro de 2017. A organização esteve a cargo da Câmara Municipal, CAO/Santa Casa da Misericórdia, Couracção, Agrupamento de Escolas e EPRAMI.

A tarde de domingo, dia 3, no Centro Cultural foi marcada por grandes emoções para quem participou e assistiu ao Espetáculo "Pedaços de Nós", dinamizado pelos utentes e colaboradores do CAO, bem como pelo testemunho de vida do Escritor Nuno Meireles – "Uma vida (sempre) sobre rodas".

Sensibilizou-se para a igualdade, amor, união, respeito e inclusão!

APOIO À HABITAÇÃO

A melhoria de condições habitacionais de muitos munícipes em situação socioeconómica desfavorecida continuou a ser uma das ações no sentido da melhoria da qualidade de vida da população. O Município procurou resolver e/ou minimizar os problemas habitacionais identificados, bem como continuou o levantamento de necessidades e problemas habitacionais em articulação com os parceiros locais.

Foram atribuídos apoios à habitação previstos no Regulamento Municipal, bem como existiu intervenção através da realização de pequenas obras de reparação e adaptação, reaproveitamento de materiais, utilização de mão-de-obra/trabalho socialmente útil e do envolvimento de parceiros e familiares, no sentido de rentabilizar esforços e meios para a melhoria dos problemas habitacionais.

Por outro lado, são atribuídas isenções de infraestruturas básicas (ramal de ligação de água, ramal de saneamento) em situação de comprovada carência económica.

UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE

No âmbito do protocolo em vigor entre o Município de Paredes de Coura e à ARS Norte – Ministério da Saúde, continuou em funcionamento a Unidade Móvel de Saúde, enquanto serviço de proximidade para a população idosa e comunidade ao nível dos cuidados de saúde primária.

Foi divulgada calendarização 2017, havendo sessões de atendimento distribuídas pelo território, sendo os locais de paragem da viatura UMS em largos da Junta de freguesia, largos de igrejas e/ou Centros Sociais. Tem havido uma significativa colaboração das Juntas de Freguesias, Instituições Sociais e Associações na divulgação do itinerário junto da população, no transporte dos idosos e na cedência de espaços.

BOLSAS DE ESTUDO

O Município continuou a dar especial atenção à atribuição de Bolsas de Estudo como sistema de apoio e incentivo à formação de nível superior, contribuindo para a qualificação da população do concelho. Pressupõe o apoio às famílias e aos jovens estudantes, favorecendo a progressão dos estudos.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR E APOIO EM TRANSPORTES ESPECÍFICOS

Ao nível da ação social escolar, o Município atendeu a algumas situações de vulnerabilidade social, no sentido de garantir o acesso aos auxílios escolares de famílias subitamente afetadas por problemas de desemprego, doença grave ou crónica, deficiência ou incapacidades.

Igualmente foram apoiadas as deslocações de crianças/jovens com deficiência, através de pagamento de passe escolar ou comparticipação a IPSS que realizam o transporte, garantindo a sua frequência escolar, formativa ou ocupacional em estruturas do concelho ou do distrito, em favor inclusão e integração social.

No apoio à deficiência, o Município mantém a parceria e colaboração com o CAO - Centro de Atividades Ocupacionais, da Santa Casa da Misericórdia, orientando/encaminhando adultos com deficiência e financiando o transporte de alguns utentes por viaturas de IPSS do concelho.

COLABORAÇÃO EM INICIATIVAS DE SOLIDARIEDADE

Em colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, têm vindo a ser desenvolvidas, no concelho, três ações anuais de sensibilização e de angariação de fundos: uma caminhada solidária (na primavera), um peditório na altura dos finados e uma caminhada solidária noturna (no outono).

A boa colaboração dos vários agentes locais (Juntas de Freguesia, Associações Culturais, Párocos, IPSS e outras pessoas envolvidas), temos vindo a superar o número de participantes e consequentemente os contributos para a causa da luta contra o cancro.

O Serviço de Ação Social do Município colaborou com o projeto "Sementes de Natal 2017" desenvolvido pelos alunos do 12 º ano do Agrupamento de Escolas (projeto de Religião e Moral). Foram referenciadas 40 famílias em situação de carência e vulnerabilidade social, para apoio em géneros alimentares e outros bens essenciais.

Resultante da parceria do Município e com a Comunidade 0937 (Projeto Fairy Briks) tem sido possível oferecer brinquedos LEGO a crianças com doenças crónicas e/ou internadas ou em situação de carência socioeconómica, como objetivos de favorecer a estimulação e o entretenimento de forma criativa com as construções da LEGO.

Também existe colaboração com o Banco Alimentar de Luta contra a Fome na campanha "Papel por alimentos" e a colaboração na "Operação Tampinhas" para angariação de material específico/ajudas técnicas para pessoas com incapacidades.

OCUPAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

O serviço de Ação Social promoveu a participação de crianças/jovens em atividades infantojuvenis desenvolvidas pelos serviços socioeducativos do Município: CEIA, Centro Cultural, Equipamentos Desportivos, Museu e Biblioteca/Espaço Jovem, com objetivos de animação, partilha e integração social. Desta forma, foram disponibilizadas diferentes oportunidades de socialização e desenvolvimento pessoal e social a crianças/jovens de famílias em acompanhamento social, que participaram, por grupos, em diversas atividades lúdico-pedagógicas em períodos de férias escolares, abertas a toda a comunidade.

Em colaboração com o projeto Couracção CLDS 3G, no período de férias escolares do verão, em determinados dias do mês de julho, mais de 30 adolescentes e jovens (dos 12 aos 17 anos) estiveram ocupados em diversas atividades.

Este programa de atividades de verão teve como objetivo envolver os jovens em atividades de ocupação salutar. Procurando responder aos interesses e necessidades juvenis foram dinamizadas atividades de promoção de competências pessoais e sociais, ao nível da

participação cívica, da cidadania, educação ambiental, promoção da saúde, inclusão social e prevenção de comportamentos de risco.

Em grupo, tiveram experiências interessantes de aprendizagem e socialização positiva no contacto com outras pessoas e entidades, nomeadamente com séniores, pessoas com deficiência do CAO, técnicos de prevenção do CRI, GNR, artesãos, nutricionista, Chef de cozinha, animadores de teatro, dança, música e desporto, entre outros, em diversas oficinas, atelieres, workshops e convívios.

Na dinamização das atividades colaboraram 4 jovens monitores dos programas OTL (longa duração), apoiados pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude).

BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO

O Banco Local de Voluntariado contribuiu para a realização das campanhas semestrais de recolha de alimentos para o Banco Alimentar (em maio e em dezembro). Estas ações têm envolvido cerca de 45 voluntários.

A organização e dinamização da Loja Social do Município também tem contado com a colaboração de algumas voluntárias, que realizam a seleção, triagem, acondicionamento dos bens rececionados, bem como facilitam o atendimento à população mais desfavorecida, no momento da entrega de bens/apoios disponíveis.

O Banco Local de Voluntariado também procede à angariação e seleção de voluntários para apoio em atividades de animação sociocultural (Artes em Peça da Lego, Feira do Livro, Mundo ao Contrário, Natal Encantado).

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Na área da proteção da infância e juventude, o Município continuou a disponibilizar o apoio logístico necessário, ao nível dos recursos humanos e materiais (técnicos, instalações, viatura, material consumível…) para o adequado funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Paredes de Coura. A CPCJ de Paredes de Coura tem realizado o acompanhamento de processo de promoção e proteção, através da intervenção junto e com as famílias e da articulação com as entidades com competência em matéria de infância e juventude. Sempre com a colaboração do Município, foram desenvolvidas atividades de prevenção e sensibilização sobre os direitos e proteção da infância, no contexto escolar e comunitário, tendo envolvido crianças, famílias e comunidade em geral, principalmente no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O GIP de Paredes de Coura mantém a sua atividade de apoio às Juntas de Freguesia e instituições do Concelho, ao nível da elaboração de candidaturas a programas de apoio ao emprego, documentos necessários e sempre em articulação com o Centro de Emprego do Alto Minho.

Ao nível da captação de ofertas de emprego, o GIP estabelece contactos frequentes com as empresas do concelho e arredores, assim como com as empresas de trabalho temporário e o próprio Serviço de Emprego dos Arcos de Valdevez, além da consulta diária do serviço online NetEmprego do IEFP, das empresas de trabalho temporário e outros sites de pesquisa de emprego na internet.

O Município de Paredes de Coura submeteu várias candidaturas no âmbito do Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+) que se designa como a realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados e beneficiários de Rendimento Social de Inserção.

REDE SOCIAL

No âmbito do trabalho em parceria da Rede Social, foi iniciado o processo de atualização do Diagnóstico Social e foram desenvolvidas ações/atividades, juntamente com entidades parceiras, que ainda decorreram do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016 e das intenções e dinâmicas do conjunto de parceiros do CLAS - Conselho Local de Ação Social de Paredes de Coura. As ações e atividades foram ao encontro das prioridades-eixos estratégicos de intervenção - I: Desenvolvimento da Economia Local; II: Família e Comunidade. A mobilização e rentabilização de meios e recursos locais possibilitou e estimulou a diversidade de práticas e parcerias, nas questões da empregabilidade e potencialidades económicas e na promoção de competências e estilos de visa saudáveis das famílias e comunidade. O Plano de Ação da Rede Social envolveu toda a rede de parceiros na concretização de ação e atividades que contribuíram para a superação dos objetivos do PDS.

CLDS 3G COURACÇÃO

O Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS 3G Couração, promovido pelo OUSAM e pelo Município, tem vindo a desenvolver diversas atividades mediante as necessidades definidas pelos diferentes parceiros da Rede Social, principalmente no eixo: Família e Comunidade, bem como tem dinamizado ações na área da Empregabilidade e Economia local.

Salientamos algumas atividades realizadas durante 2017, sendo que algumas terão continuidade ao longo de 2018:

- Sessões de estimulação cognitiva (semanais) - para séniores
- Comemoração do Dia do Idoso – Concerto da Banda Marciel da GNR do Porto (3 de outubro)
- Concerto de Natal – coro infantil da Trofa (dia 19 dezembro)
- Programa Mais Família, sobre as temáticas (iniciado em novembro):
- Uso responsável da internet – para grupos de pais e grupos de filhos adolescentes
- Alimentação saudável – para grupos do pré-escolar e 4º ano e grupos de pais
- Sessões sobre Educação para o Voluntariado – para alunos do ensino profissional (21 de novembro)
- Sessões de Educação Socio-emocional – para alunos do 5º, 6º e 7 º ano (ano letivo 2017/2018)
- Sessão sobre Direitos Humanos e Igualdade de género – para alunos do ensino profissional (7 de dezembro)
- Sessões sobre "Brincar é um assunto sério!" – para alunos do 1º ciclo (outubro a dezembro)
- Workshops de costura (reutilização de peças de vestuário) – para técnicos e animadores (25 de novembro e 2 de dezembro)
- Portal associativo – em fase de finalização e posterior apresentação as associações
- Sessões sobre empreendedorismo – para alunos ensino secundário e profissional
- Programa "Imagem e Embalagem" (promoção dos produtos locais) – para produtores da Loja Rural
- Imagem umbrella "Coura me" (promoção dos produtos locais)

AMBIENTE E FLORESTA

ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL CONCELHIA É ÚNICA EM PORTUGAL

Desde o ano de 2003 que se vinham registando intenções de criar em Paredes de Coura uma Zona de Intervenção Florestal que viesse facilitar o ordenamento da floresta no concelho, estimular o investimento dos baldios e proprietários privados e, sobretudo, facilitar o recurso a fundos comunitários para investimento no setor.

Desde o final do ano de 2016, foram promovidas reuniões em todos os baldios do concelho com vista a esclarecer os compartes e permitir que estes aprovassem a adesão dos Baldios – que representam mais de metade da área florestal do concelho – a esta nova estrutura que, não implicando um investimento significativo, se pretendia que desse suporte e bonificasse as candidaturas a fundos comunitários.

Todos os Baldios do concelho deliberaram aderir à ZIF de Paredes de Coura e o pedido de constituição foi entregue no ICNF em final de setembro, estando agora pendente a publicação da decisão final.

Esta foi uma forte aposta do executivo camarário – que esteve presente em todas as reuniões com os compartes – e corresponderá à primeira ZIF em Portugal a abranger todo o território de um concelho – um total de 13.819 hectares, dos quais 9.010 hectares correspondem a área florestal, ou seja, cerca de 65% da área total do concelho.

PLANO DE PAISAGEM DE PAREDES DE COURA

Resultado da aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Paredes de Coura ao Norte 2020 – Património Natural, o Plano de Paisagem das Terras de Coura constituiu um projeto-piloto a nível nacional e de aplicação da Convenção Europeia da Paisagem ao nível municipal.

A elaboração do plano visou a definição de unidades de paisagem que caracterizam o território de Paredes de Coura, assim como a definição dos seus objetivos de qualidade, terminando com a elaboração de um Programa de ações, projetos e medidas de proteção, gestão e ordenamento para as Unidades de Paisagem. O processo contou, em todas as fases, com o envolvimento das juntas de freguesia, membros da assembleia, escolas do concelho, funcionários municipais e da população em geral, contribuindo com a sua perceção sobre a paisagem local e, através dela, com o reconhecimento do seu valor.

PROJETO MATA VIVA

O projeto Portugal Mata Viva estabeleceu a sede no concelho de Paredes de Coura e pretende aplicar à escala global a lógica da remuneração dos serviços de ecossistema prestados ao Mundo pelas zonas com valia ambiental, tendo como ponto de partida o concelho de Paredes de Coura e, concretamente, a Área de Paisagem Protegida do Corno de Bico.

O ponto de partida para compreender este projeto é perceber que o estado de degradação ambiental causado pelo Homem criou a necessidade de determinadas áreas do planeta serem produtores para a Humanidade de serviços tão vitais como o oxigénio, a água, a conservação genética das espécies e o controlo da temperatura, entre outros. Ainda a uma escala global, todos aceitamos que a Amazónia é o pulmão do Mundo. No entanto, ninguém acreditará que possa continuar a sê-lo no futuro se quem lá vive não tiver oportunidade de ser remunerado por e assim possa resistir à pressão – também económica – para desmatar.

Noventa e cinco por centro do território de Paredes de Coura tem mais valia ambiental Courenses desde sempre enfrentam, de algum modo, as limitações à utilização plena da sua propriedade sem nunca ter sentido algum benefício minimamente correspondente ao que é garantido ao Mundo.

Não se trata da exploração económica, a ideia é garantir que a efetiva conservação é feita a tempo e mediante o pagamento de um preço justo, antes que a escassez dos recursos torne absolutamente insustentável. Parece um futuro longínquo, mas até há poucas décadas nunca ninguém imaginou que fosse possível não existir água para abastecer uma cidade – como recentemente aconteceu na cidade do Cabo – e ninguém imaginaria que em certas cidades do Mundo o nível de concentração de poluição fosse tão alto e o oxigénio tão escasso que o ar se torna venenoso.

O que o Projeto Portugal Mata viva pretende fazer é, partindo da experiência de sucesso com 10 anos vivida no Brasil, contabilizar, com o recurso aos métodos científicos das Universidades parceiras (UNESP, Instituto Politécnico de Coimbra e Instituto Politécnico de Viana do Castelo), e converter em moeda (o crédito floresta) os serviços de ecossistemas produzidos no território de Paredes de Coura. O valor arrecadado reverte em partes equitativas para o proprietário da terra, para a comunidade e para o sistema de acreditação, podendo ser, a todo o momento, verificada a identidade, georreferenciação e registo fotográfico da propriedade que presta o serviço adquirido. Com esta hipótese de fiscalização, garante-se que o valor pago é efetivamente investido na conservação de uma determinada parcela cujo proprietário fica contratualmente vinculado a cuidar por períodos renováveis de um ano.

Por isso, o projeto de sustentabilidade é, também, de desenvolvimento local e com potencialidades para combater o despovoamento do interior e o progressivo abandono da floresta portuguesa.

O LOBO E O HOMEM

O Município está a preparar um projeto denominado 'O Lobo e o Homem' que pretende reverter o valor económico associado ao lobo para apoiar as pessoas vítimas dos prejuízos causados pelos seus ataques, em particular, mas também à comunidade em geral.

Este projeto multidisciplinar conta com vários parceiros operacionais para tentar reverter este conflito, em benefícios económicos para a comunidade courense com ações a implementar que terão em vista dois objetivos fundamentais, a diminuição de prejuízos e aumento da

rentabilidade da pecuária, por um lado, e por outro o incentivo à valorização económica e ecoturística da imagem do lobo que possa gerar receitas para as populações locais.

Além da Município de Paredes de Coura, que concebeu, candidatou e obteve financiamento comunitário para o projeto, serão parceiros de terreno a Associação Aldeia e o CIBIO. A Aldeia é uma associação de âmbito nacional e com mais de uma década de experiência no tratamento destes problemas, conta com o trabalho técnico de Isabel Sá, engenheira do ambiente e do veterinário e professor universitário courense João Brandão Rodrigues.

O CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, por sua vez, é o parceiro científico do projeto. Dispõe de uma equipa de cientistas, entre os quais se destaca Francisco Alvares que se envolveu pessoalmente no projeto e esteve na anterior sessão da assembleia municipal a dar esclarecimentos sobre o projeto.

Serão também envolvidas outras entidades, como o próprio ICNF (Instituto público com a responsabilidade neste assunto) e a ACHLI – Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico, pois o que se pretende é que as soluções sujam do diálogo das instituições com a comunidade.

Prevê-se adequar um espaço no edifício da antiga sede da Junta de Freguesia de Castanheira que seja destinado aos proprietários lesados, para prestação de apoio na declaração de ataques ao ICNF e informação sobre os requisitos de indemnização por ataques de lobo, bem como as medidas de prevenção de ataques. Neste particular aspeto, os produtores poderão ter apoio para a submissão de candidaturas aos fundos comunitários do PDR2020 para financiamento de cães de proteção do gado e instalação de vedações.

Procurar-se-á fazer reuniões com a população nas várias freguesias e também a edição de um manual de boas práticas para criadores de gado com os métodos de proteção dos animais e as novas regras (a lei foi mudada em Janeiro de 2018) para ter direito de compensação por ataques.

No caso das medidas de prevenção de ataques, está prevista a possibilidade de financiamento para a construção de cercas comunitárias (para vários proprietários) para confinamento de gado bovino e a criação de um grupo de criadores locais de cães de proteção de gado, como por exemplo o cão de castro laboreiro ou da serra da estrela, para serem cedidos as proprietários pecuários.

Pretende-se também incentivar a criação e edição de materiais para comercialização com iconografia associada ao lobo e com base em ilustrações e/ou artesanato de artistas locais, com breve descrição do projeto e informação sobre a ecologia do lobo e os conflitos com humanos.

As escolas e as crianças do concelho estarão também envolvidas durante dois anos letivos através de sessões de educação ambiental e saídas de campo, para os alunos do 1º. e 2.º ciclos e ensino secundário, com o apoio dos cientistas e parceiros do projeto. No final, está prevista a criação de um espetáculo cultural participativo com a comunidade escolar do concelho em torno do tema homem-lobo.

Por último, está prevista a realização de um documentário de média duração sobre a execução do projeto, com uma versão de curta duração sobre o conflito homem-lobo, sobretudo para poder promover o concelho no futuro.

LIMPEZAS OBRIGATÓRIAS DOS TERRENOS

No âmbito da nova legislação em vigor, entre os dias 1 e 10 de março o Município fez mais de 10 ações de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias do concelho, sempre à noite e durante os fins de semana.

Essas ações que contaram com a presença do Presidente e Vereador, equipas e sapadores e as Equipas de Proteção Florestal (EPF) da GNR, foram dados esclarecimentos sobre as novas regras a cumprir, bem como o esclarecimento de dúvidas pelos presentes, que foram anotadas para que os sapadores e a GNR pudessem ir ao local e analisar no terreno a melhor forma de proceder.

A autarquia produziu panfletos informativos que foram, distribuídos pelos presentes com o objetivo de informar e de alertar as populações para as situações de perigo para pessoas e bens mas também a aplicação de multas e de encargos económicos pesados para os proprietários. Além do recurso a vídeos e imagens de suporte, foram também apresentadas algumas ferramentas informáticas e disponibilizadas no site do Município, desenvolvidas para auxiliar as pessoas a perceber as suas obrigações

Alertou-se para o facto de que de acordo com a lei, os proprietários dos terrenos que confrontam com habitações têm de limpa-los numa faixa de, no mínimo, 50 metros de largura a contar da parede exterior. Nesta faixa de 50 metros não é obrigatório nem se aconselha que sejam cortadas todas as árvores, pelo contrário. As árvores que existam têm de ter 10 metros de distância entre copas, se forem pinheiros ou eucaliptos, e 4 metros de distância entre copas, se forem outros tipos de árvore. Em todo o caso, salvo azevinhos ou outras árvores protegidas por lei, não pode haver árvores a menos de 5 metros da habitação ou ramos que propendam sobre ela. Por outro lado, dentro deste raio de 50 metros, a vegetação rasteira deve estar cortada e não pode ser deixada acumulada ou seca no chão.

Apesar das obrigações legais dos proprietários se manterem as mesmas, as novidades introduzidas pelo governo em 2018 são o prazo mais curto para que seja cumprida a obrigação pelos particulares (até 15 de março) e o fato de as coimas serem a dobrar. Em 2018 um proprietário que não faça a limpeza incorre numa multa que poderá ir dos 280,00 aos 10.000 euros, no caso de um particular, e de 1600,00 a 120.000 euros, no caso de empresas e coletividades. Além da multa, os proprietários que não procederem à limpeza dos terrenos, verão invadida a sua propriedade para que, de acordo com a lei, as Câmara Municipais garantam a limpeza até ao final de maio, cobrando de seguida do proprietário faltoso o valor gasto na limpeza.

A lei mantém a obrigação de garantir as limpezas até 15 de março, mas, entretanto, foi publicada nesse mesmo dia uma nova alteração que prevê que os autos de contraordenação levantados ficarão sem efeito se, até 31 de maio, o responsável fizer a limpeza a que estava legalmente obrigado. Na prática, significa que quem não tenha feito a limpeza até dia 15 de março, e seja multado entretanto por isso, não terá de pagar multa se limpar os terrenos antes de 31 de maio, funcionando o auto levantado como uma espécie de aviso e segunda oportunidade.

INVESTIMENTO NA ÁREA FLORESTAL

A Câmara Municipal contratou serviços para a Instalação de Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI) em todo o território de Paredes de Coura. Trata-se de uma estrutura estratégica de proteção, implantada nos montes circundantes ao concelho (Corno de Bico, Serra da Boulhosa, Monte do Carvalho, Serra do Lousado, Monte de Santa Rita de Romarigães, Monte de Agualonga, Cunha e Travanca) que se alicerça nos caminhos florestais existentes e à qual se acrescentam faixas laterais de desbaste de vegetação.

Os trabalhos executados abrangeram as freguesias de Romarigães, Coura, Ferreira, Rubiães, Cossourado e Linhares, Bico e Cristelo, Agualonga, Castanheira e Cunha, e também em todas aquelas que se encontram nos limites do concelho, uma vez que o maior risco de incêndios decorre da sua propagação dos concelhos vizinhos para o nosso. Foram também executados trabalhos de redução do volume da vegetação em áreas estratégicas, através de ações de fogo controlado, nas freguesias de Cossourado e Ferreira (Monte de S. Silvestre), sabendo-se que estão previstas já há bastante tempo ações de fogo controlado no Monte de Vilarinho, freguesia de Insalde.

No total, os trabalhos implicaram um investimento superior aos 300.000 euros que o Município conseguiu financiar através de, pelo menos, três candidaturas a fundos comunitários, e abrangeram uma área de intervenção que corresponde a 400 hectares de área florestal.

PAREDES DE COURA É PIONEIRA NO COMBATE À VESPA ASIÁTICA

A vespa velutina, vulgarmente conhecida como asiática, é um inseto predador de outros insetos polinizadores, particularmente das abelhas domésticas – o que lhe valeu o rótulo de *vespa assassina* e provoca avultados prejuízos económicos no setor da apicultura pela diminuição da produção de mel. É oriunda da Ásia (Sul da Índia, Laos, Vietnam, China, Tailândia, Malásia e Indonésia) e foi introduzida acidentalmente na Europa em 2004, a partir do porto de Bordéus, através da importação de produtos hortícolas por via marítima. Desde então expandiu-se e está hoje em dia presente na maioria da Europa Ocidental, tendo já colonizado a maior parte dos distritos Portugueses, chegando até ao Alentejo.

O primeiro ninho detetado em Paredes de Coura registou-se em Rubiães, no Largo da Chão, em 2012, altura em que se desconheciam completamente quais os métodos de eliminação dos ninhos, as ferramentas e os equipamentos de proteção individual adequados que garantissem segurança. Apesar de uma versão breve de 2013, só no ano de 2014 houve a primeira versão consolidada do *Plano de Ação para a Vespa Velutina* que teve como uma das ações a adoção da plataforma para comunicação de ninhos e de avistamento de vespas, designada SOSVESPA (www.sosvespa.web).

O Município de Paredes de Coura opera, desde a sua implementação, esta ferramenta tendo registado nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, respetivamente, 43, 86, 124 e 167 ninhos, num total de 420 registados e tratados. Em todo o caso, uma parte significativa dos ninhos só são detetados depois da queda da folhagem das árvores, quando ciclo reprodutivo anual da vespa velutina se fechou e os ninhos se encontram maioritariamente vazios ou com atividade reduzida.

OS MÉTODOS DE ELIMINAÇÃO DE NINHOS

Existem vários métodos de eliminação e a sua evolução tem sido feita à medida da adaptação da vespa ao ambiente. Desde a pulverização dos ninhos com dióxido de enxofre, à queima com maçaricos de gás ou à pulverização dos ninhos com inseticidas.

Em Paredes de Coura utilizou-se sempre a pulverização com inseticida com a imediata remoção do ninho (até ao ano de 2015). Este método é mais moroso e não raras vezes implica a escalada em árvores de até 40 metros de altura. Sendo um método que implica a remoção dos ninhos, é implícito que em grande percentagem deles haja a necessidade de escalar as árvores, situação por si perigosa, com o perigo acrescido de ser uma operação noturna.

Tendo estes aspetos em consideração, para diminuir riscos e aumentar a eficiência, o serviço de Proteção Civil do Municipal adquiriu em 2014 um carro todo terreno com grua que permitiu tratar, dependendo da dispersão dos ninhos na área do concelho, cerca de 4 a 5 ninhos por noite – o que era claramente insuficiente.

Em 2015, após formação dos membros da equipa, foi adotado um novo método que consiste em introduzir nos ninhos um *cavalo de tróia*, através da aplicação de um inseticida concentrado no interior do ninho. Desta forma, opera-se a uma distância superior a 10 metros do ninho e, maioritariamente a partir do solo, diminuindo-se o perigo a que os operadores estavam sujeitos ao escalar a árvore. Atualmente, são muito menos os casos em que continua a ser necessária a utilização de todo o terreno com plataforma elevatória e escalada das árvores. O método permite também que os trabalhos sejam feitos durante o dia e numa média de até 12 ninhos por dia. Uma particularidade deste método é que, uma vez que destrói as vespas por meio de inseticida – que estas acabam por levar também para os ninhos secundários enquanto ele faz efeito – torna desnecessária a remoção do ninho que acaba, abandonado, por cair por efeito do vento e da chuva.

Apesar de ser este último o método mais eficaz de destruição até ao momento, exploram-se as possibilidades de utilização futura de marcadores de paintball com pequenas bolas de inseticida.

ARMADILHAGEM É FUNDAMENTAL – ATIVIDADE CONJUNTA COM A ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA

Apesar da necessidade do trabalho de destruição dos ninhos, não menos importante é a captura de *rainhas fundadoras* durante a primavera, antes de iniciarem a construção de novos ninhos, uma vez que cada uma dessas vespas dará origem com o ciclo reprodutivo a um novo ninho que poderá ultrapassar as 2000 vespas.

Decorreram, durante o presente ano letivo, sessões de esclarecimento complementadas com oficinas de construção, aplicação e manutenção de armadilhas, junto dos alunos do 2.º ciclo da EB 2,3/s de Paredes de Coura para que cada aluno, juntamente com a sua família, *adote* uma armadilha que será aplicada e mantida durante o período de primavera, num total de 320

armadilhas. Realizaram-se, igualmente, sessões com as juntas de freguesia, associações ou outros parceiros porque é fundamental envolver o mais possível a população no processo de vigilância e controlo da espécie invasora.

VESPA DAS GALHAS DO CASTANHEIRO EM PAREDES DE COURA

A vespa das galhas do Castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus* Yasumatsu) é originária da China e iniciou a sua dispersão mundial na Ásia, posteriormente, na América do Norte e na Europa. A primeira deteção europeia referenciada foi em Itália, em 2002, posteriormente em França, Eslovénia, República Checa, Eslováquia, Espanha e mais recentemente (junho de 2014) em Portugal e na Alemanha. Foi detetada pela primeira vez em Portugal em finais de maio 2014 no Minho.

Este inseto é considerado uma das pragas mais prejudiciais para os castanheiros em todo o mundo uma vez que, ao atacar os gomos – onde as fêmeas depositam os avos – e formar galhas, reduz o crescimento dos ramos e a frutificação, originando a diminuição drástica da produção e da qualidade da castanha, podendo conduzir mesmo à morte dos castanheiros.

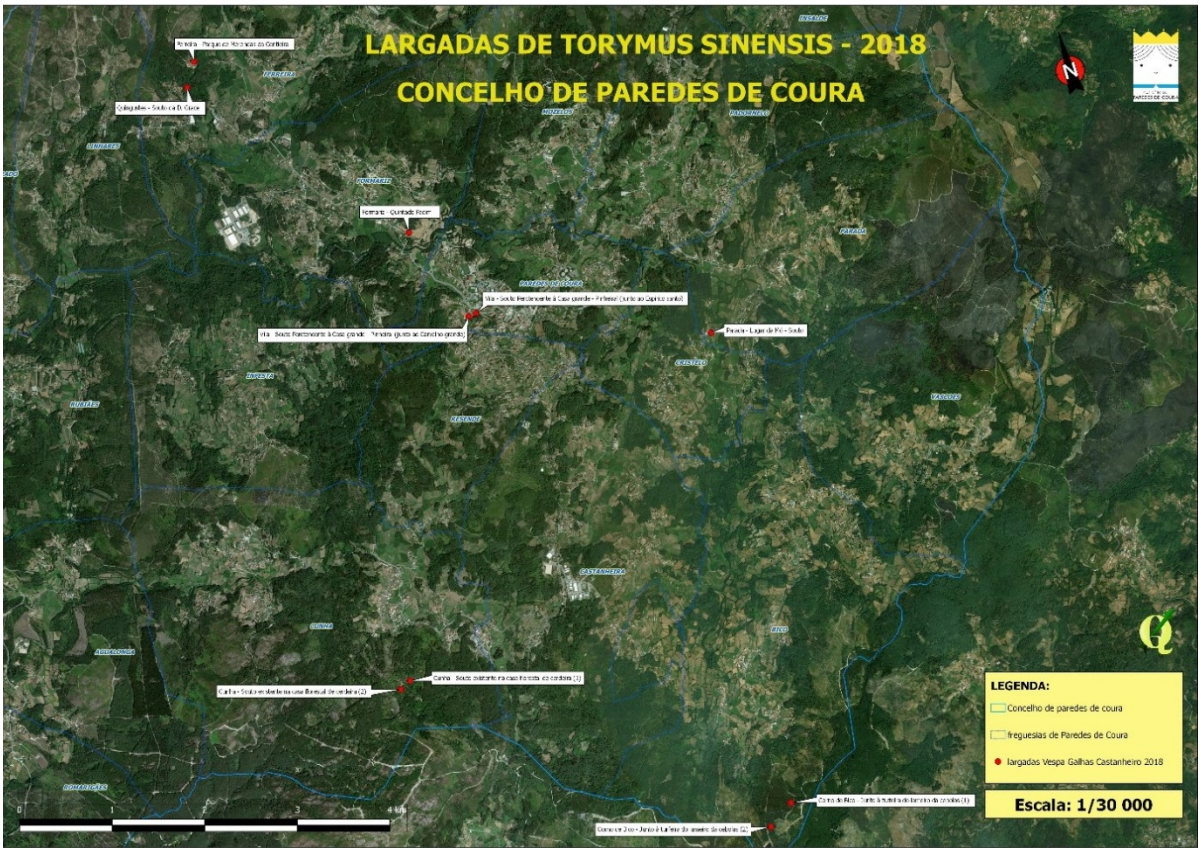
Desde que foi detetada, tem vindo a ser implementadas medidas conducentes ao seu controlo, tal como previsto no plano de ação nacional para controlo da vespa das galhas do castanheiro, da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, envolvendo as Direções Regionais de Agricultura, entidades de ensino superior e produtores de castanha.

Como meios de erradicação desta praga há a possibilidade de corte e destruição das árvores afetadas e o combate químico, através de inseticida, das vespas. No entanto, o modo mais eficaz de controlo da praga é através do combate biológico. Recorre-se para isso a um pequeno inseto parasita específico, o Torymus sinensis, que se alimenta das larvas da vespa e que, por isso, depois de introduzido poderá extermina-la. Apesar de ser um processo complicado e que poderá levar quatro a cinco anos a ser evidente, é o mais eficaz identificado até ao momento.

Os pequenos insetos parasitoides produzidos em laboratório são largados no início da primavera, para ser eficaz, em soutos com mais de três castanheiros em continuidade.

As primeiras largadas experimentais do parasita foram realizadas em abril de 2015 nas zonas onde tecnicamente essa opção foi recomendada. Após rebentação do castanheiro em 2015 novos focos foram detetados em Trás-os-Montes, na Beira Alta e na Madeira elevando para mais de 100 o número de freguesias afetadas.

Atualmente, verificou-se que em Paredes de Coura a vespa das galhas do castanheiro está disseminada por todo o concelho, o que motivou o Município de Paredes de Coura a aderir, no final de 2016, ao "Protocolo Biovespa", vindo a subscreve-lo posteriormente.



ALTO MINHO TREX

O Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno de Bico recebeu, em novembro, alguns dos melhores especialistas do Mundo para debater o tema do uso do fogo como forma de gestão e prevenção de grandes incêndios florestais. Em debate estiveram temas como a ecologia do fogo, a organização e gestão de incidentes (ICS/IMT), bem como a gestão do fumo e dos seus impactos.

A ação, designada Alto Minho Trex, foi promovida pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e o Município de Paredes de Coura e visa, fazendo uso da experiência acumulada no concelho, aprofundar a formação dos técnicos, nacionais e estrangeiros, envolvidos no uso do fogo.

Esta iniciativa, frequentemente realizada nos EUA, teve lugar pela primeira vez na Europa. Uma iniciativa inédita e pioneira que contou com a colaboração de especialistas da conceituada organização "The Nature Conservancy".

Os cerca de cem especialistas, oriundos de Portugal, Espanha, Brasil, EUA e Canadá, estiveram reunidos durante 7 dias em regime de internato, no CEIA, em plena Paisagem Protegida de Corno do Bico, para debater, trocar experiências e executar diversas queimas em ambientes e ecossistemas diversificados dos 10 municípios do Alto Minho. Estas ações de uso de fogo controlado, ou chamado "fogo frio", estão já previstas nos planos de fogo controlado desenvolvidos pelos respetivos Gabinetes Técnicos Florestais de cada Município.

Decorreu ainda no mesmo período o Alto Minho FIRECAMP – o maior evento nacional dedicado ao estudo dos fogos florestais no contexto dos riscos e das alterações climáticas e que constitui um espaço de excelência, onde se juntam operacionais das diversas unidades de combate e prevenção, técnicos e responsáveis políticos de vários países, para o intercâmbio de conhecimentos e técnicas.

1.3 SÍNTESE DA CONTA ANUAL DA AUTARQUIA

A- Processo Orçamental

A1 – Execução Orçamental da Receita:

1. O orçamento inicial da receita para 2017 foi aprovado com uma previsão no valor de 13 416 155 euros e sofreu duas revisões, tendo o seu valor final sido de 12 387 127,48 euros.

2. A receita liquidada totalizou 11 041 402,87 euros que, adicionada à receita por cobrar no início do ano, no valor de 77 410,82 euros, e deduzida das liquidações anuladas, totaliza 11 109 064,75 euros. A receita cobrada ascendeu a 11 021 524,66 euros, ficando por arrecadar o montante de 87 240,09 euros. A diferença entre a receita prevista e a cobrada resulta, essencialmente, da rubrica receitas de capital, dado que a previsão de receitas correntes atingiu cerca de 103% do valor orçado. Assim, constata-se que as receitas de capital tiveram uma execução abaixo do previsto, atendendo ao facto das transferências relativas de valores fundos oriundos de fundos comunitários terem sido executadas em cerca de 26% do valor previsto.

3. Principais fontes de receita cobrada:

Unidade: Euros

Tipos de Receita	Valor
Receitas Fiscais	1 266 893,11
FEF	6 312 818,00
Fundos Comunitários	459 620,88
Vendas de Bens e Serviços	1.466 713,48
Passivos Financeiros	150 000,00
Outras transferências	1 110 006,15

4. A evolução das receitas correntes e receitas de capital nos últimos cinco anos (Figura 1), demonstra que as receitas correntes foram sempre superiores às receitas de capital. No presente ano, o valor das receitas de capital apresenta um acréscimo em relação ao ano anterior (passou de 11% para 13% do valor total, atendendo à abertura do quadro PORTUGAL 2020.

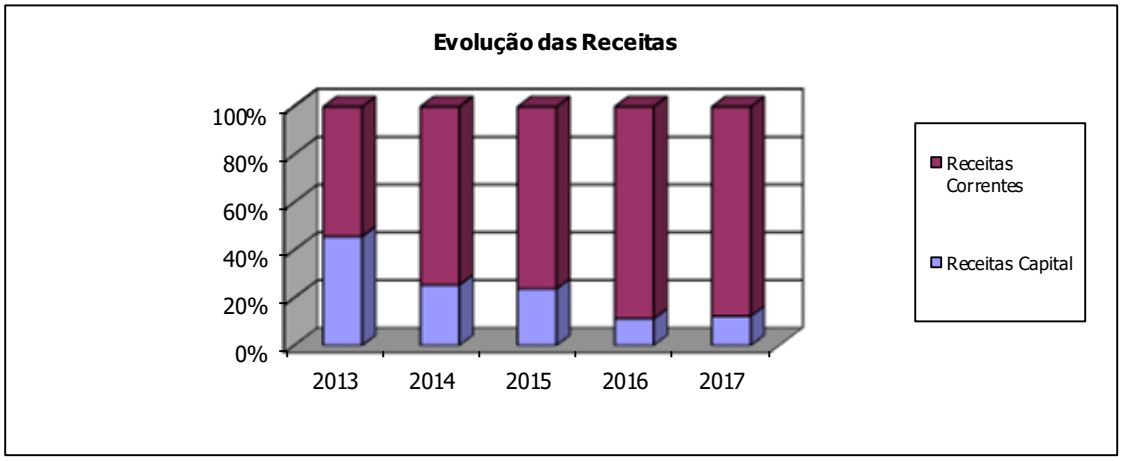


Figura1

5. Da análise dos diferentes tipos de receitas existentes, constata-se que, ao longo destes cinco anos, as transferências constituíram a principal fonte de receita do Município (Figura 2). Os passivos financeiros são fontes de receita com caráter muito variável por estarem dependentes da realização de empréstimos, sendo que em 2017 apenas se recorreu a um financiamento de curto prazo, no valor de 150 mil euros e à contabilização do fundo de eficiência energética. Ao nível dos rendimentos de propriedade, nos dois últimos anos, o valor arrecadado é semelhante e resulta da alienação de lotes de terreno nas zonas industriais a valor simbólico.

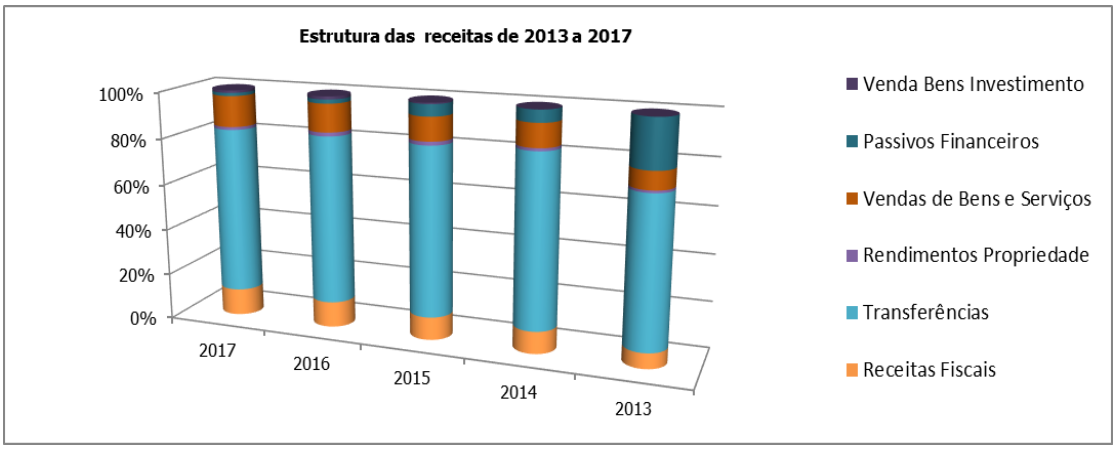


Figura2

A2 – Execução Orçamental da Despesa

1. O orçamento da despesa foi aprovado com o valor de 13 416 155 euros, sofreu duas revisões, tendo o seu valor final sido de 12 387 127,48 euros. Do valor orçamentado foram assumidos compromissos no montante de 11 519 909,25 euros. Daqui resulta uma taxa de realização de cerca de 89%, tendo sido pagos 11 019 300,75 euros.

2. O montante pago, no ano 2017, foi superior ao do ano anterior em cerca de 5%, como resultado da diminuição ténue das despesas correntes e o aumento das despesas de capital (28% em relação ao ano anterior). Este aumento deve-se, essencialmente ao aumento ao nível das despesas de capital, através do investimento direto da Autarquia, que sofreu uma oscilação positiva na ordem dos 30%.

3. Principais agregados da despesa:

Unidade: Euros

Tipos de Despesa	Valor
Pessoal	2 958 923,16
Investimentos Diretos	2 426 645,91
Transferências	1 044 271,39
Serviço da Dívida	792 862,71
Aquisição de bens e serviços correntes	3 626 408,95

4. Saldo da gerência de 2017 para 2018:

Unidade: Euros

Tipo de Saldo	Valor
Execução Orçamental	2 523,91
Operações de Tesouraria	674 541,02

5. Poupança Corrente:

	ORÇAMENTO	PRESTAÇÃO CONTAS
RECEITAS CORRENTES	9 411 444,00	9 664 334,30
AMORTIZAÇÃO MÉDIA EMPRÉSTIMOS M/L PRAZOS	564.640,00	564.640,00
DESPESAS CORRENTES	7 945 010,00	7 430 902,09
POUPANÇA CORRENTE	**901 794,00**	**2 233 432,21**

As despesas ao longo dos últimos cinco anos apresentaram oscilações, que coincidiram com o final do QCA IV e com o início do quadro do PORTUGAL 2020. No ano de 2017 as despesas de capital apresentam uma subida em relação ao ano anterior, pelo início de diversas obras financiadas ao abrigo do novo quadro comunitário como: reabilitação da escola EB 2,3/S, Quartel das Artes, Centro de Investigação de Castanheira, Criação de faixas de redução de combustível, bem como a melhoria da rede viária do concelho, entre outras.

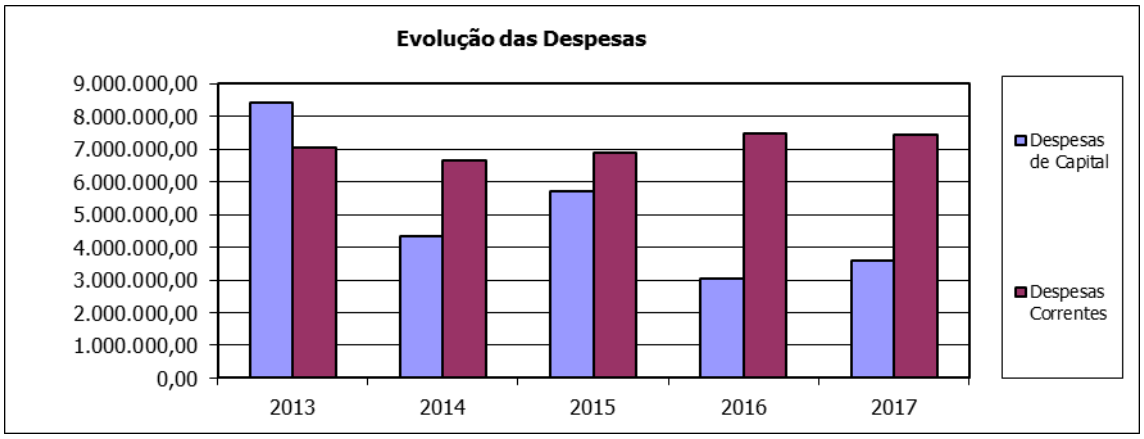


Figura 3

Resumo da execução da despesa de 2017

	Despesas	Dotação		Movimentos Acumulado				Grau	Saldo			
		Inicial	Actual	Cabimento	Compromisso	Facturado	Pago	Execução	Cabimento	Compromisso	A Facturar	A Pagar
	DESPESAS CORRENTES											
1	DESPESAS COM O PESSOAL	3 278 080	3 021 880,00	2 958 923,16	2 958 923	2 958 923	2 958 923,16	97,92%	62 957	0	0	0
2	AQUISIÇÃO DE BENS E SERV	3 330 080	4 020 380,00	3 950 276,55	3 920 201	3 626 409	3 626 408,95	90,20%	70 103	30 076	293 792	0
3	JUROS E OUTROS ENCARGOS	100 500	74 000,00	71 585,49	71 585	71 585	71 585,49	96,74%	2 415	0	0	0
4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	779 250	731 750,00	713 156,44	712 460	679 040	679 039,86	92,80%	18 594	696	33 420	0
6	OUTROS DESPESAS CORRENTES	119 500	97 000	94 944,63	94 945	94 945	94 944,63	97,88%	2 055	0	0	0
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	**7 607 410**	**7 945 010**	**7 788 886**	**7 758 114**	**7 430 902**	**7 430 902**	**93,53%**	**156 124**	**30 772**	**327 212**	**0**
	DESPESAS DE CAPITAL											
7	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAP	4 492 500	3 139 235,48	2 644 208,93	2 599 043	2 426 646	2 426 645,91	77,30%	495 027	45 166	172 397	0
8	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITA	469 501	449 501,00	366 230,31	366 230	365 232	365 231,53	81,25%	83 271	0	998	0
9	ACTIVOS FINANCEIROS	76 744	76 744,00	75 244,00	75 244	75 244	75 244,00	98,05%	1 500	0	0	0
10	PASSIVOS FINANCEIROS	770 000	776 637,00	721 277,22	721 277	721 277	721 277,22	92,87%	55 360	0	0	0
	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	**5 808 745**	**4 442 117**	**3 806 960**	**3 761 794**	**3 588 399**	**3 588 399**	**80,78%**	**635 157**	**45 166**	**173 395**	**0**
	Total	**13 416 155**	**12 387 127**	**11 595 847**	**11 519 908**	**11 019 301**	**11 019 300,75**	**88,96%**	**791 281**	**75 939**	**500 607**	**0**

MUNICÍPIO DE
PAREDES DE COURA

Evolução das despesas de 2013 a 2017

Código	2013		2014			2015			2016			2017		
	Valor	%	Valor	%	Variação	Valor	%	Variação	Valor	%	Variação	Valor	%	Variação
01- Despesas com Pessoal	289592,67	18,72%	2903982,57	26,46%	0,28%	2891646,81	22,96%	-0,42%	2904861,25	27,69%	0,46%	2958923,16	28,20%	1,86%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3064153,7	19,81%	2735159	24,92%	-10,74%	2919010,35	23,18%	6,72%	3412115,86	32,52%	16,89%	3626408,95	34,57%	6,28%
03 - Encargos Correntes da Dívida	364281,76	2,36%	420979,1	3,84%	15,56%	397268,16	3,15%	-5,63%	377452,74	3,60%	-4,99%	71585,49	0,68%	-81,03%
04 - Transferências Correntes	676810,36	4,38%	584650,36	5,33%	-13,62%	570970,89	4,53%	-2,34%	647471,59	6,17%	13,40%	679039,86	6,47%	4,88%
05 - Subsídios	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
06 - Outras Despesas Correntes	42746,86	0,28%	0	0,00%	-100,00%	117128,98	0,93%	0,00%	120736,64	1,15%	3,08%	94944,63	0,90%	-21,36%
Despesas Correntes	**7.043.914,35**	**45,54%**	**6644771,03**	**60,55%**	**-5,67%**	**6896025,19**	**54,75%**	**3,78%**	**7462638,08**	**71,13%**	**8,22%**	**7430902,09**	**70,83%**	**-0,43%**
07 - Aquisição Bens de	6262962,05	40,49%	2622946,46	23,90%	-58,12%	3940226,57	31,28%	50,22%	1759932,26	16,78%	-55,33%	2426645,91	23,13%	37,88%
08 - Trasferência de Capital	1451438,64	9,38%	552853,45	5,04%	-61,91%	525001,78	4,17%	-5,04%	474680,62	4,52%	-9,58%	365231,53	3,48%	-23,06%
09 - Activos Financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	75244	0,60%	0,00%	75244	0,72%	0,00%	75244	0,72%	0,00%
10 - Passivos Financeiros	709855,69	4,59%	1153447,33	10,51%	62,49%	1158209,9	9,20%	0,41%	718786,24	6,85%	-37,94%	721277,22	6,88%	0,35%
Despesas de Capital	**8.424.256,38**	**54,46%**	**4329247,24**	**39,45%**	**-48,61%**	**5698682,25**	**45,25%**	**31,63%**	**3028643,12**	**28,87%**	**-46,85%**	**3588398,66**	**34,20%**	**18,48%**
Total	**15.468.170,73**	**100,00%**	**10974018,27**	**100,00%**	**-29,05%**	**12594707,44**	**100,00%**	**14,77%**	**10491281,2**	**100,00%**	**-16,70%**	**11019300,75**	**105,03%**	**5,03%**

A3 – Execução das Grandes Opções do Plano

1. As grandes opções do plano foram aprovadas com o valor de 6 524 929,48 euros. Do valor previsto foram pagos 5 457 491,13 euros, o que representa uma taxa de execução de cerca de 84%.

Execução das Grandes Opções do Plano

Objectivo	Descrição	2017	%
1.	**Funções Gerais**	**900.972,51**	17%
1.1	Serviços gerais de administração pública	537.264,05	
1.1.1.	Administração Geral	537.264,05	
1.1.1.1.	Edifícios	270.870,90	
1.1.1.2	Equipamento e Maquinaria	264.132,45	
1.1.1.3	Outros	2.260,70	
1.2	Segurança e Ordem Pública	363.708,46	
1.2.1	Protecção Civil e luta contra incêndios	363.708,46	
2.	**Funções Sociais**	**2.268.652,20**	42%
2.1	Educação	729.657,14	
2.1.1.	Ensino não superior	729.657,14	
2.1.1.1	Ensino pré escolar	19.793,96	
2.1.1.2	Ensino Básico e Secundário	709.863,18	
2.3	Segurança e Acção Sociais	110.913,36	
2.3.2	Acção Social	110.913,36	
2.4	Habitação e Serviços Colectivos	252.120,33	
2.4.2	Planeamento e gestão urbanística	78.307,50	
2.4.3	Saneamento	8.263,42	
2.4.4	Abastecimento de água	22.650,96	
2.4.5	Resíduos sólidos	60.259,52	
2.4.6	Protecção do meio ambiente e conservação natureza	82.638,93	
2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.175.961,37	
2.5.1	Cultura	981.527,38	
2.5.2	Desporto, recreio e Lazer	187.933,99	
2.5.3	Outras actividades civicas e religiosas	6.500,00	
3.	**Funções Económicas**	**1.288.424,60**	24%
3.2	Indústria e energia	4.375,50	
3.3	Transportes e Comunicações	1.040.949,01	
3.3.1	Transportes Rodoviários	1.040.949,01	
3.3.1.1.	Viação Rural	1.010.260,11	
3.3.1.3.	Outros	30.688,90	
3.4	Comércio e Turismo	114.041,06	
3.4.2	Turismo	114.041,06	
3.5	Outras funções económicas	129.059,03	
4.	**Outras funções**	**999.441,82**	18%
4.1	Operações da dívida autárquica	564.640,02	
4.2	Transferências entre administrações	344.328,47	
4.3	Diversas não especificadas	90.473,33	
TOTAL GERAL		**5.457.491,13**	**100%**

2. Analisando os dados abaixo verifica-se que as funções sociais são as que apresentam uma maior preponderância, atendendo aos apoios aos níveis da educação, cultura, desporto, bem como a reabilitação da escola EB 2,3/S, cuja conclusão ocorrerá até ao final de 2018. O apoio aos idosos e aos cidadãos portadores de deficiência foi uma das prioridades, pelo trabalho desenvolvido ao nível da animação proporcionada, com caráter regular, nos lares e centros de dia do concelho.

   Ao nível da cultura apostou-se na continuidade da diversificação de atividades proporcionadas à população em geral, sem descurar os idosos e as crianças e jovens, através da oferta de eventos em que estes grupos etários eram o alvo principal e, uma forma de integração com a população em geral. De salientar as atividades relacionadas com as mais distintas formas de arte, desde a música, ao teatro ao cinema e outras atividades lúdicas como: lego, congresso vegetariano, entre outras.

   No desporto as iniciativas foram, de igual modo, diversificadas abarcando atividades desde a pesca desportiva, ciclismo, desporto natureza, jogos tradicionais, atividades todo-o-terreno e outras (Figura 4).

   De salientar, a continuidade na requalificação de edifícios públicos de modo a torná-los mais eficientes e a permitir uma melhoria da qualidade do serviço público prestado a todos os seus utilizadores.

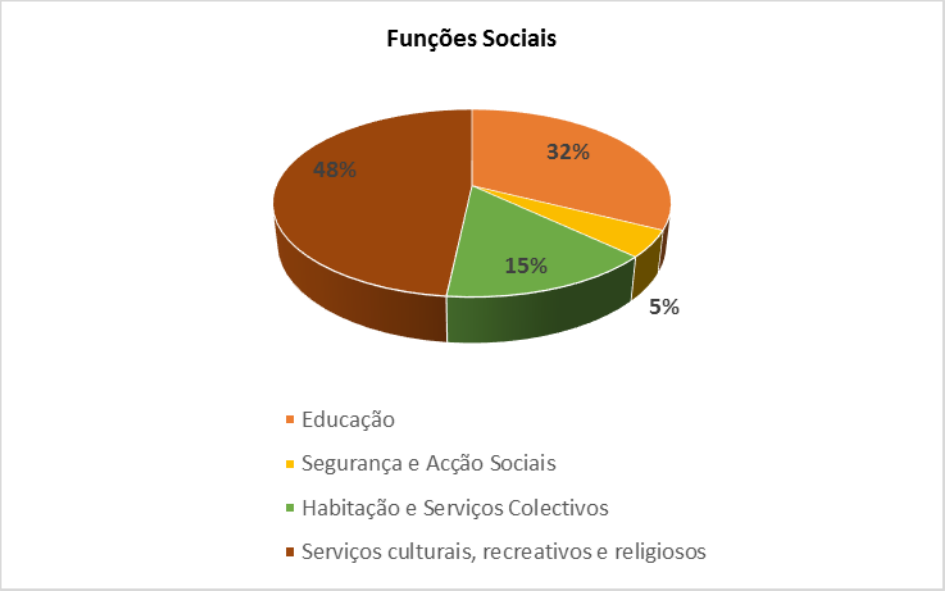


Figura 4

3. Ao proceder a uma análise da evolução das despesas em GOP, verifica-se que as despesas com funções sociais foram as mais relevantes. Estas despesas incorporam gastos com educação, apoios sociais, proteção do meio ambiente, saneamento, abastecimento de água, desporto, cultura e lazer. De realçar os apoios às associações do concelho, por serem entidades promotoras e colaboradoras nos eventos levados a cabo pelo Município ao longo do ano.

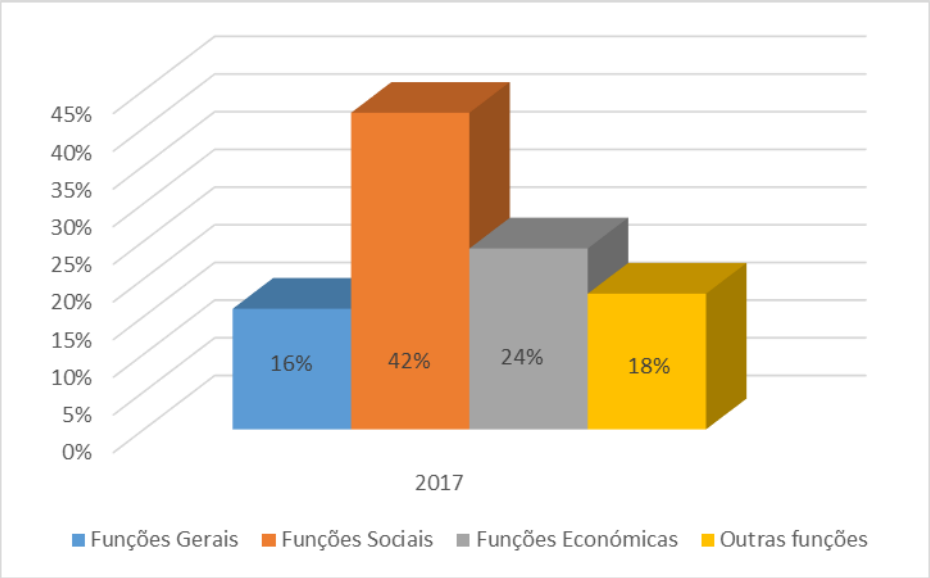


Figura 5

A4. Cálculo da Dívida total

Cálculo da dívida total a 31/12/2016

		% participação
Receita corrente líquida 2016	9.314.150,65	
Receita corrente líquida 2015	9.066.742,83	
Receita corrente líquida 2014	8.664.862,28	
	27.045.755,76	

Média últimos 3 anos	**9.015.251,92**
1,5 x média	**13.522.877,88**

Dívida Autarquia 31/12/2016:	
Empréstimos médio e longo prazos	4.789.459,96
Dívidas a fornecedores	627.366,87
Outros credores	735.542,23
Estado	91.361,65
Valor total	6.243.730,71
Operações de tesouraria	-678.473,67

Obrigações do FAM	-376.216,65	
Valor para efeitos dívida no Município	5.189.040,39	
Águas do Norte, SA	Excluída	a)
Valorminho, SA	Excluída	b)
ANMP	331,7	0,28%
CIM	4.471,03	10,00%
AMVM	2.385,23	20,00%
UNIMINHO	2.027,95	10,00%
MINHOCOM	65.493,84	10,20%
ADEMINHO	1.298.166,32	c)- Afetação passivos
	6.561.916,46	

a) Excluída por se tratar de uma sociedade de direito privado cujo capital social é detido em 59% pela AdP -Águas de Portugal SGPS, SA

b) Excluída por se tratar de uma sociedade de direito privado cujo capital social é detido em 51% pela EGF - Empresa geral de Fomento

c) - Como critério de repartição da dívida pelos associados foi utilizado o seguinte:

i) Os passivos já especificamente comprometidos por cada município são-lhe exclusivamente afetos

ii) Os passivos de natureza geral são afectos na base proporcional de 1/3 cada (igualdade das quotas mas excluindo o Associado Peneda Gerês por estar isento de contribuir)

Cálculo da dívida total a 31/12/2017

		% participação
Receita corrente líquida 2017	9.664.334,30	
Receita corrente líquida 2016	9.314.150,65	
Receita corrente líquida 2015	9.066.742,83	
	28.045.227,78	

Média últimos 3 anos	**9.348.409,26**
1,5 x média	**14.022.613,89**

Dívida Autarquia 31/12/2017:	
Empréstimos a médio e longo prazo	4.224.819,94
Dívidas a fornecedores	183.344,95
Outros credores	1.113.846,36
Estado	95.616,42
Valor total	5.617.627,67
Operações de tesouraria	-674.541,02

Obrigações do FAM	-300.972,65	
Valor para efeitos dívida no Município	**4.642.114,00**	
Águas do Norte, SA	Excluída	a)
Valorminho, SA	Excluída	b)
ANMP	357,80	0,28%
CIM	15.572,31	10,00%
AMVM	0,00	20,00%
UNIMINHO	218,10	10,00%
MINHOCOM	134.376,96	10,20%
ADEMINHO	1.125.388,44	c)- Afetação passivos
	5.918.027,61	

a) Excluída por se tratar de uma sociedade de direito privado cujo capital social é detido em 59% pela AdP -Águas de Portugal SGPS, SA

b) Excluída por se tratar de uma sociedade de direito privado cujo capital social é detido em 51% pela EGF - Empresa geral de Fomento

c) - Como critério de repartição da dívida pelos associados foi utilizado o seguinte:

i) Os passivos já especificamente comprometidos por cada município são-lhe exclusivamente afetos

ii) Os passivos de natureza geral são afetos na base proporcional de 1/3 cada (igualdade das quotas mas excluindo o Associado Peneda Gerês por estar isento de contribuir)

B - Processo Económico-Financeiro

1-Os balanços de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 apresentaram os seguintes valores:

Unidade: Euros

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Total do Ativo Líquido	79 024 644,56	74 895 056,26	74 472 299,65	72 647 390,16	71 337 488,30
Fundos Próprios	42 498 663,10	38 292 798,70	38 432 415,27	38 692 704,49	39 070 892,03
Passivo – Dívidas	7 996 531,94	7 718 097,70	6 959 596,37	6 243 730,31	5 617 627,67

2- As demonstrações de resultados apresentaram os seguintes valores:

Unidade: Euros

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Resultados Operacionais	-63.582,58	27.419,74	-315.650,71	-882.427,16	-695.134,65
Resultados Financeiros	-45.181,15	72.804,79	74.526,97	148.298,72	117.122,29
Resultados Correntes	-108.764,03	100.223,93	-241.123,74	-734.128,44	-578.012,36
Resultados Extraordinários	-160.601,77	817.181,75	929.195,02	936.953,98	956.721,58
Resultados Líquidos	-384.338,64	917.405,68	688.071,28	202.825,54	378.709,22

3- As rubricas do Ativo Imobilizado apresentaram os seguintes valores:

Unidade: Euros

Movimentos	2013	2014	2015	2016	2017
Amortizações do exercício	3.381.393,78	2.912.970,70	3.105.540,75	3.275.205,22	3.361.274,01

4 – Outros registos relevantes:

Unidade: Euros

Rubricas	2013	2014	2015	2016	2017
Proveitos Diferidos	28.229.244,45	28.431.094,38	28.487.749,90	27.056.727,00	26.015.994,12
Acréscimos de Custos	300.205,07	453.065,48	592.538,11	654.227,96	632.974,48

II – Execução Global do Orçamento

2.1 Comparação entre o orçamento final e o orçamento executado:

O orçamento das receitas e das despesas apresenta taxas de execução de 89% nas receitas e de cerca de 89% nas despesas. De referir que as taxas de execução se reportam, em ambas as situações, a valores efetivamente recebidos e pagos durante o ano de 2017.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2017						
Descrição	Orçamento		Execução	Desvio		% Desvio
	Inicial (a)	Final (b)	(c)	(b) - (a)	(c) - (b)	
RECEITAS:						
Correntes	9.365.944,00	9.411.444,00	9.664.334,30	45.500,00	252.890,30	2,7%
Capital	4.050.211,00	2.975.683,48	1.355.917,88	-1.074.527,52	-1.619.765,60	-54,4%

Descrição	Orçamento		Execução (c)		Desvio		% Desvio
	Inicial (a)	Final (b)	Comprometido	Pago	(b) - (a)	(c) - (b)	
DESPESAS:							
Correntes	7.607.410,00	7.945.010,00	7.758.114,31	7.430.902,09	337.600,00	-186.895,69	-2,4%
Capital	5.808.745,00	4.442.117,48	3.761.794,94	3.588.398,66	-1.366.627,52	-680.322,54	-15,3%

Da análise do orçamento aprovado resulta a existência de uma dotação orçamental não comprometida no valor de 867 218,23 euros.

2.2 Alterações e Revisões Orçamentais

Ao longo do exercício efetuaram-se alterações e duas revisões às dotações orçamentais, tendo em vista o ajustamento das previsões às realizações efetivadas, no que concerne ao orçamento das receitas, das despesa e grandes opções do plano.

2.3 Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O POCAL consagra o princípio do equilíbrio orçamental como modelo orçamental e contabilístico das Autarquias Locais.

No entanto, determina que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes.

2.4 Movimentos da Conta de Gerência

Os movimentos financeiros efetuados durante o ano de 2017, correspondem aos valores apresentados no quadro abaixo.

Unidade: Euros

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
(1) Saldo Transitado de 2016	1572,48	678 473,67	680 046,15
(2) Receitas arrecadadas	11 020 252,18	739 473,14	11 759 725,32
(3) Despesas pagas	11 019 300,75	743 405,79	11 762 706,54
Saldo a transitar para 2018 (1+2-3)	2 523,91	674 541,02	677 064,93

A discriminação dos valores apresentados neste quadro encontra-se no mapa de fluxos de caixa, constante dos documentos de prestação de contas.

III – Processo Orçamental

3.1 Execução Orçamental da Receita

A análise da receita debruça-se ao nível das respetivas previsão e cobrança. Para tal, apresenta-se uma análise da estrutura orçamental, aos níveis de execução e evolução da receita nos últimos cinco anos.

3.1.1 Estrutura da Receita Total

A estrutura da receita total mostra-nos que as receitas correntes representam 88% do valor total das receitas cobradas (Figura 6).

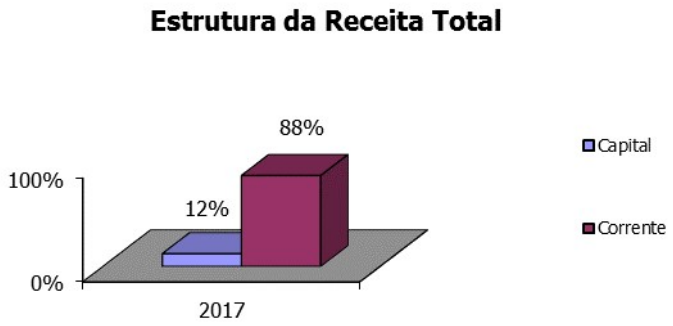


Figura 6

3.1.2 Estrutura das Receitas Correntes

As receitas correntes são constituídas, essencialmente, por transferências correntes, impostos direitos e vendas de bens e serviços.

As transferências correntes constituem cerca de 70% do valor total das receitas correntes. Daqui ressalta a importância crucial dos fundos municipais resultantes da aplicação da Lei das Finanças Locais, do Protocolo estabelecido com o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, no âmbito das competências em matéria de educação e dos projetos financiados pelo IEFP no âmbito dos programas de emprego e GIP[1] (Figura7).

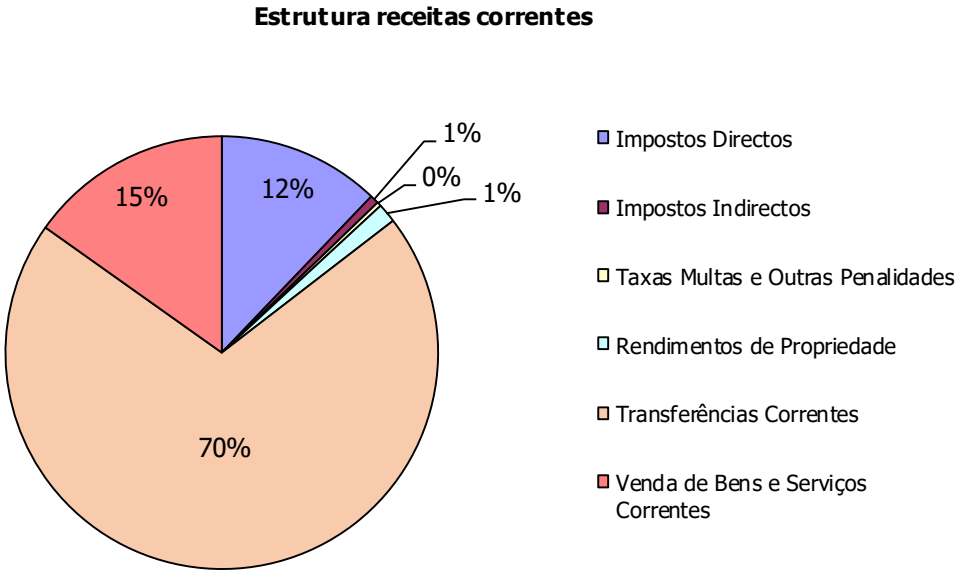


Figura 7

[1] GIP – Gabinete de Inserção Profissional

3.1.3 Estrutura das Receitas de Capital

As receitas de capital são constituídas, por transferências de capital, vendas de bens de investimento e passivos financeiros. As transferências compõem-se por fundos municipais resultantes da aplicação da lei das finanças locais (47%) e comparticipações de fundos comunitários em projetos financiados (34%) e os passivos financeiros resultaram da contração de um empréstimo a curto prazo no montante de 150.000 euros, pago na íntegra no final do ano. A venda de bens de investimento resultou da alienação de lotes nas zonas industriais (Figura 8).

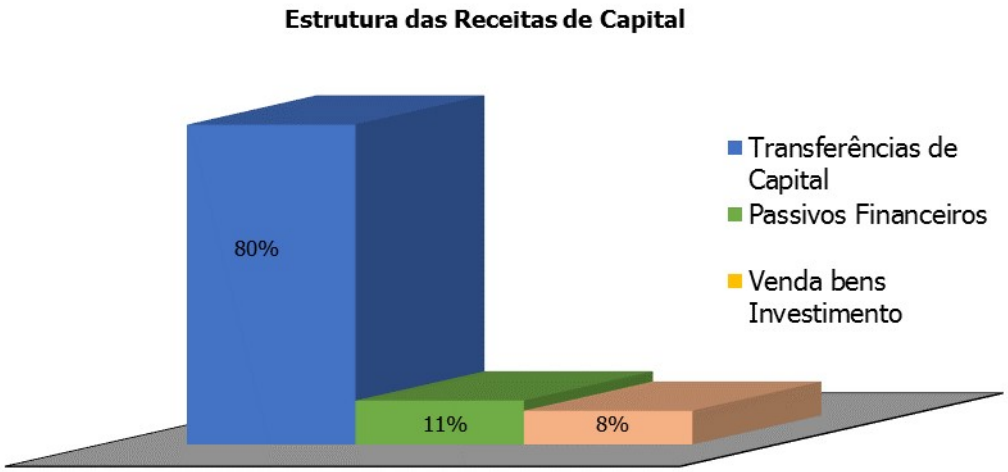


Figura 8

3.1.4 Evolução da Receita Global nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017

Da análise dos dados indicados no quadro abaixo, observa-se um aumento ao nível das receitas correntes e a uma diminuição das receitas de capital. Este acréscimo das receitas correntes resulta de um aumento progressivo, ao longo deste período, das receitas fiscais.

Evolução das receitas

Tipo de Receita	2013	2014	2015	2016	2017
Capital	6.862.567,14	2.939.918,11	2.813.356,70	1.176.456,18	1.355.917,88
Corrente	8.174.731,73	8.664.862,28	9.066.742,83	9.314.150,65	9.664.334,30
Total	**15.037.298,87**	**11.604.780,39**	**11.880.099,53**	**10.490.606,83**	**11.020.252,18**

3.2 Execução Orçamental da Despesa

A análise da despesa far-se-á ao nível da despesa global, da estrutura das despesas correntes e de capital.

Por último, será feita uma análise à evolução da despesa total nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

3.2.1 Estrutura da Despesa Total

A estrutura da despesa total mostra-nos que as despesas correntes apresentam um valor superior às despesas de capital, por incorporarem todas as despesas relacionadas com o funcionamento deste Autarquia, aos mais diversos níveis: social, cultural, educação, bem como do seu funcionamento estrutural (Figura 9).

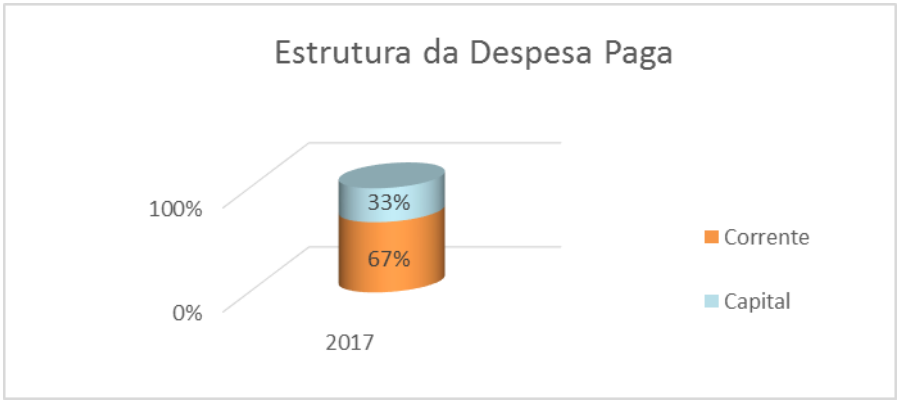


Figura 9

3.2.2 Estrutura das Despesas Correntes

A estrutura das despesas correntes, no ano de 2017 é constituída, essencialmente, por despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes (cerca de 99%), conforme se pode concluir da análise da figura nº 10.

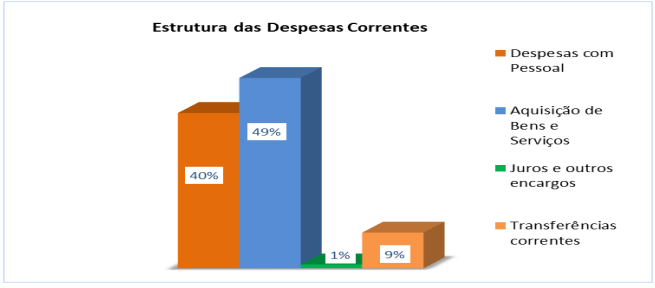


Figura 10

3.2.3 Estrutura das Despesas de Capital

Ao nível das despesas de capital, observa-se que o investimento direto da Autarquia representa cerca de 68% do seu valor.

Os passivos financeiros representam a amortização da divida de curto, médio e longo prazos, representando cerca de 20% do total das despesas de capital (Figura 11).

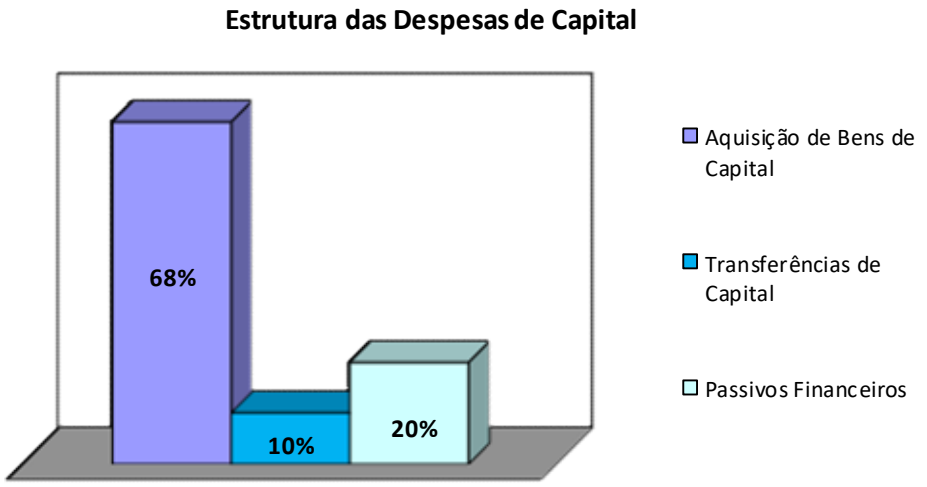
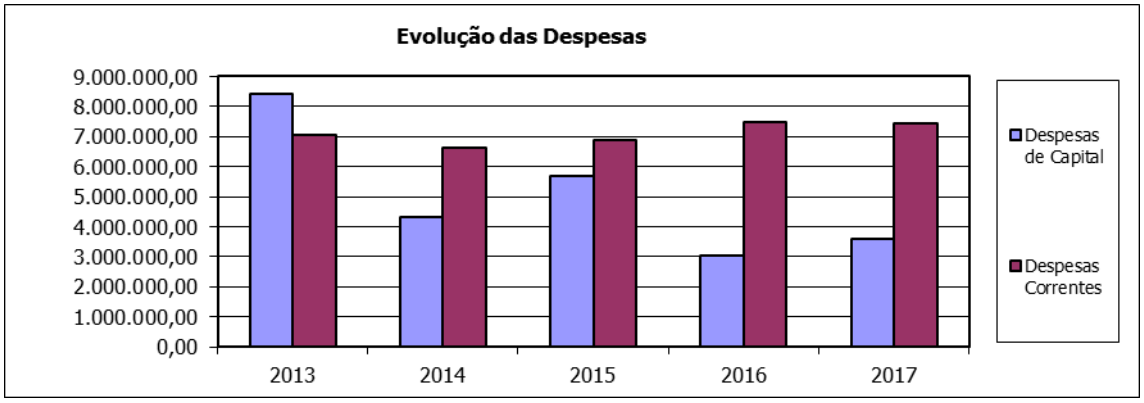


Figura 11

3.2.4 Evolução da Despesa Global nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017

Analisando os dados abaixo apresentados, verifica-se que as despesas de capital apresentam um comportamento de oscilação, no período em análise. No ano presente estas despesas apresentam uma subida em relação ao ano anterior, em consequência das obras financiadas pelo PORTUGAL 2020, ainda numa fase de arranque.



IV – DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO

4.1 – Análise da Estrutura do Balanço

- No exercício do ano findo, não se verificou qualquer alteração nos princípios e critérios contabilísticos relativamente aos anos anteriores, sendo possível fazer uma análise comparativa e evolutiva da Autarquia entre os anos de 2013 e 2017. Cumpre assim referir que:

- O Ativo reconhece os bens da Autarquia e seus direitos adquiridos, inclui os acréscimos de proveitos e custos diferidos, atendendo à especialização dos exercícios;

- O Passivo reconhece as obrigações e responsabilidades perante terceiros. Porém, têm que ser considerados os acréscimos de custos e os proveitos diferidos atendendo, igualmente, ao princípio da especialização dos exercícios;

- Os Fundos Próprios representam o património da Autarquia que, no seu conjunto, inclui o património inicial à data de elaboração do primeiro balanço, acrescido do património adquirido através do incremento económico da sua atividade, traduzido nos valores contidos nas contas de reservas, doações e resultados transitados, bem como do resultado líquido do exercício.

a) Ativo:

A estrutura do ativo não se alterou de forma significativa relativamente aos anos anteriores. A estrutura do ativo do corrente exercício é constituída, essencialmente, por imobilizado (Figura 12). De relevar que, na sua composição, se observa a ausência de imobilizado incorpóreo e de títulos negociáveis.

A estrutura do ativo é composta do seguinte modo:

- Bens do Domínio Público;
- Imobilizações Corpóreas,
- Circulante;
- Investimentos financeiros;
- Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa, de acordo com o gráfico (Figura12).

Unidade: Euros

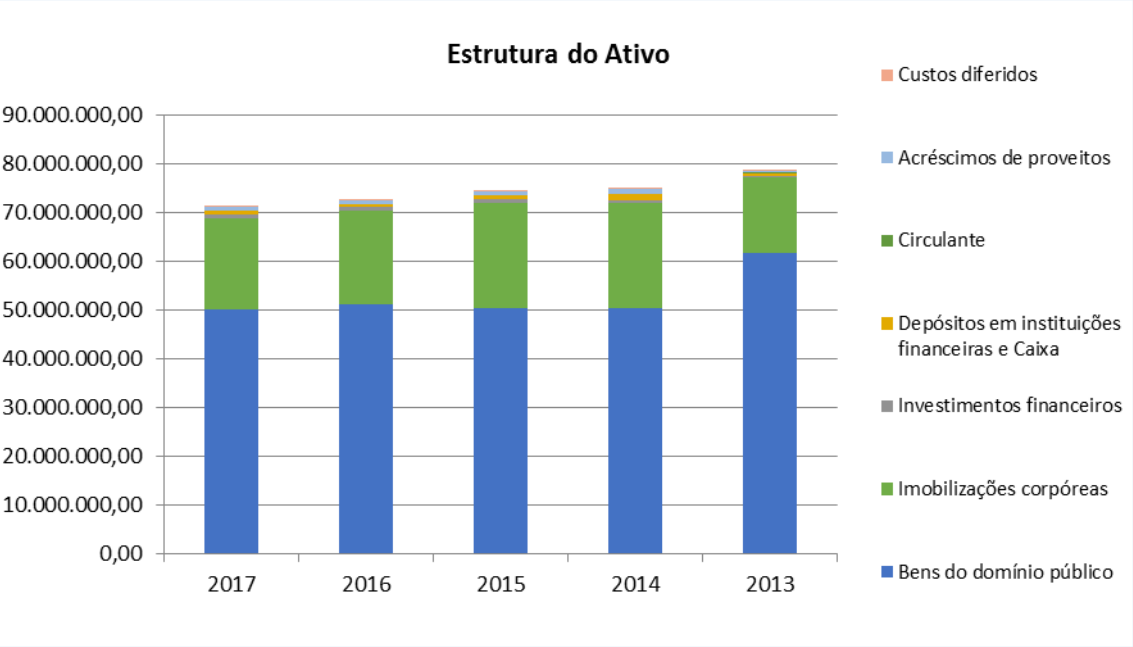


Figura 12

Imobilizado:

O total do imobilizado representa 69700.16 euros, cerca de 97% do total do ativo Líquido, ao longo do período em apreço. Os Bens do Domínio Público representam, no corrente ano, cerca de 70% do valor do imobilizado e as imobilizações corpóreas representam cerca de 27% daquele valor.

No que respeita à rubrica "investimentos financeiros", que representava cerca de 0.24% do total do ativo líquido em 2013, apresentando no presente ano um valor de 1%. O valor do presente ano foi influenciado pela subscrição de obrigações do FAM[2], em 2014, no valor de 526.704,65 euros. O pagamento desta subscrição será efetuado em prestações de igual valor desde o presente ano até 2021, sendo o montante em no final deste ano 300 972,65 euros.

De salientar que, em 2018, o valor da participação no FAM irá sofrer um ajustamento, por força do art.º 303º da LOE/2018. Este diploma prevê uma restituição progressiva das contribuições para o FAM em 25% por ano.

[2] FAM – Fundo Apoio Municipal

Os valores apresentados relativos ao imobilizado dos anos de 2013 a 2017, encontram-se representados com a devida ponderação no gráfico abaixo (figura 13).

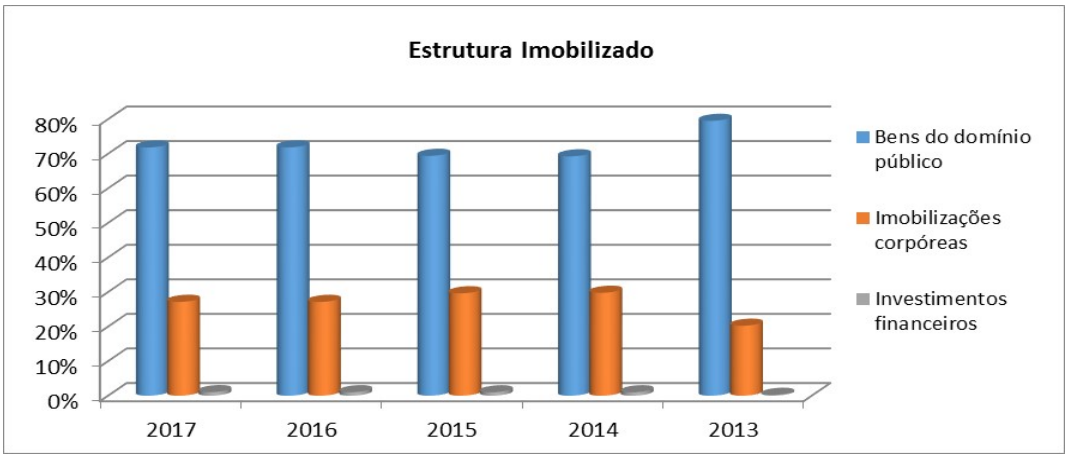


Figura 13

Circulante:

O activo circulante apresenta um valor 83.193 euros.

O valor de inventários é de 27.785 euros, superior ao do exercício anterior, por necessidade de ajustamento nas quantidades e tipo de materiais em armazém, para garantir a cobertura das necessidades de serviço, nas intervenções executadas pelo Município. O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado e apresenta um valor reduzido em relação ao total do ativo líquido.

Os valores a cobrar representam 55.408 euros, que correspondem a 87.715 euros de valores em dívida, abatidos de 32.307 euros considerados incobráveis.

Disponibilidades:

As disponibilidades apresentam um valor de 677.065 euros, semelhante ao do exercício anterior, representando no corrente ano cerca de 1% do total do ativo. Na sua composição as operações de tesouraria representam cerca de 99,6% do seu valor total. De notar que, em relação ao ano anterior, o saldo de operações orçamentais apresenta um valor de natureza residual, semelhante ao ocorrido no ano anterior.

b) Fundos Próprios e Passivo:

A estrutura dos Fundos Próprios e Passivo é composta por:

- Fundos próprios;
- Passivo de médio e longo prazos;

- Dívidas a Terceiros – curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos

O peso do passivo (dívidas), no presente ano, apresenta uma diminuição relativamente aos anos em análise, pela diminuição da dívida de médio e longo prazos, apesar do curto prazo ter sofrido um ligeiro acréscimo.

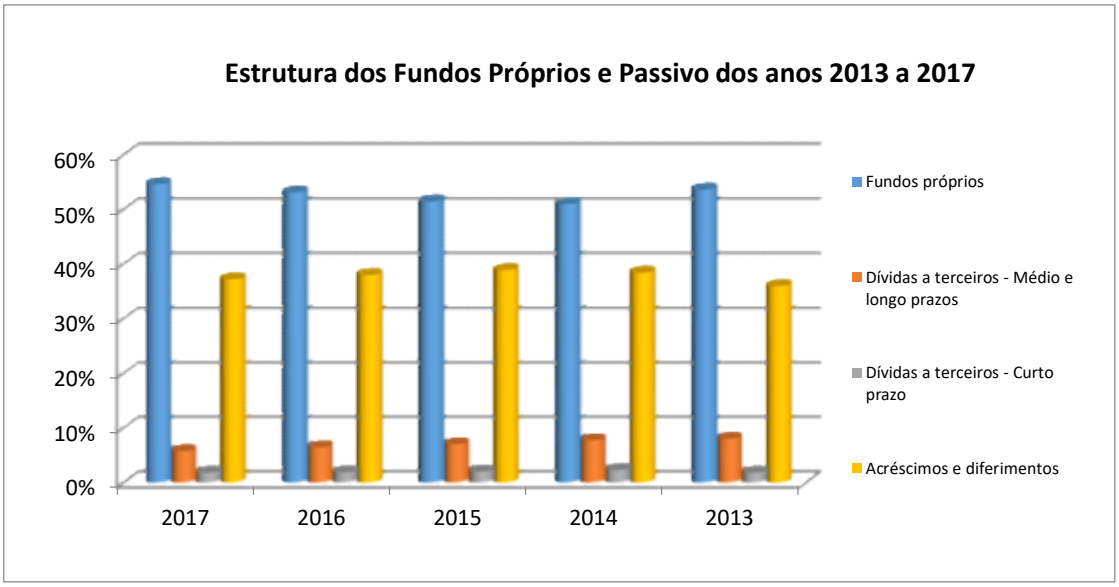


Figura 14

Fundos Próprios:

Os fundos próprios, num total de 39.070.892 euros, são constituídos por património, reservas legais, reservas livres, doações, resultados transitados e resultado líquido. As reservas sofreram o acréscimo resultante da incorporação do resultado líquido do ano anterior no valor de 202 825,44 euros (Fig 15)

Os valores registados em resultados transitados refletem correções do valor das amortizações dos bens do imobilizado feitas em anos anteriores.

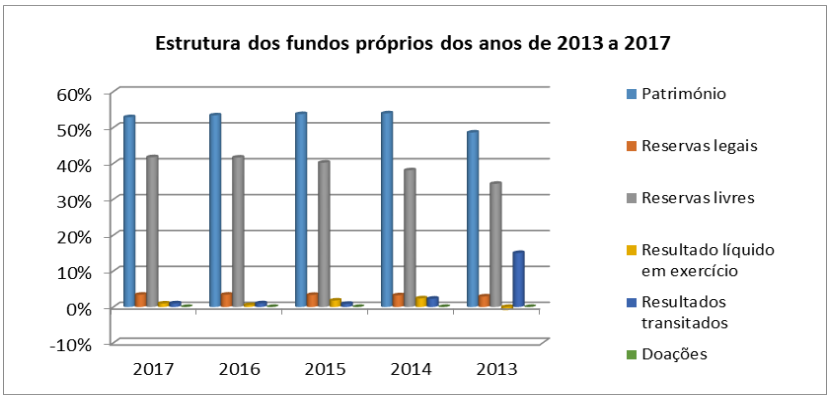


Figura 15

Capitais Permanentes:

Analisando os capitais permanentes, ou seja, a soma do valor dos fundos próprios e passivos de médio e de longo prazo, constata-se que o seu valor sofreu um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior devido a:

- Diminuição das dívidas de médio e longo prazos, em consequência da amortização corrente dos empréstimos já contratados, aliado à circunstância da não contração de novos empréstimos desta natureza.

-Aumento dos fundos próprios pela transferência para reservas do resultado líquido positivo do exercício anterior e pelo resultado líquido deste ano, também positivo, mas de montante inferior àquela redução.

No presente ano, o valor dos capitais permanentes representa 43.295.712 euros, cerca de 61% do valor do balanço (Figura 16).

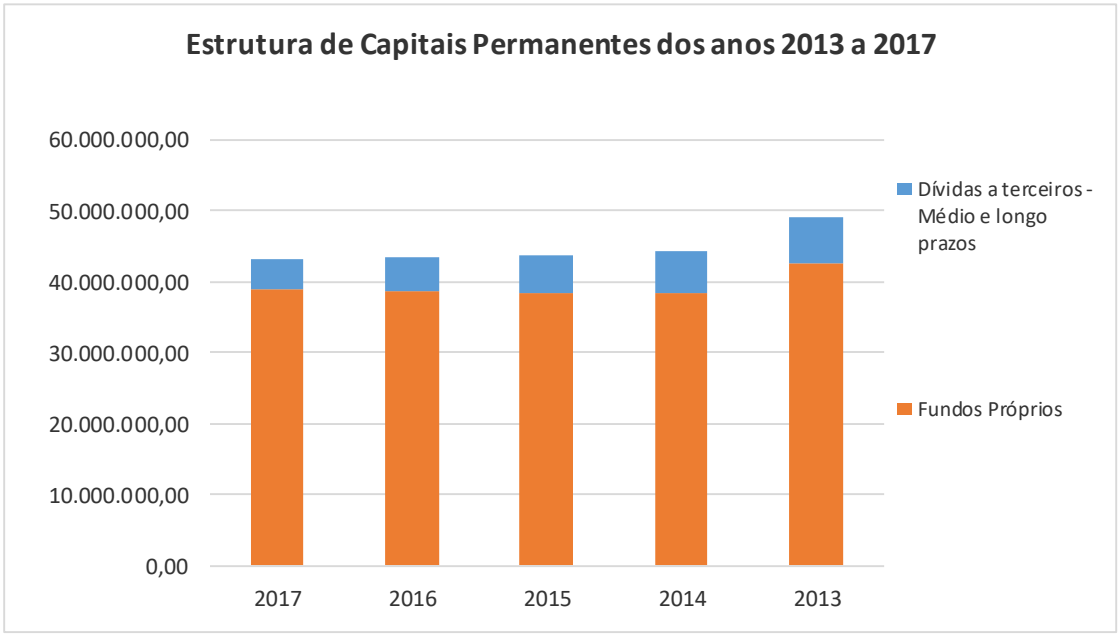


Figura 16

Passivo de médio e longo prazos:

O valor total desta rubrica representa no exercício presente 4.224.820 euros, cerca de 6% do valor do balanço. De referir, que esta rubrica apresenta, desde 2013, uma descida (12%) em virtude de não ter existido contração de novos empréstimos desta natureza.

Passivo de Curto Prazo:

Os passivos de curto prazo, que totalizam 1.392.808 euros, são constituídos, por dívidas a fornecedores conta corrente, fornecedores de imobilizado, Estado e outros credores. De realçar que, nos fornecedores de imobilizado o valor corresponde, em 80%, a retenções como garantia de obras, bens e serviços (Figura 17).

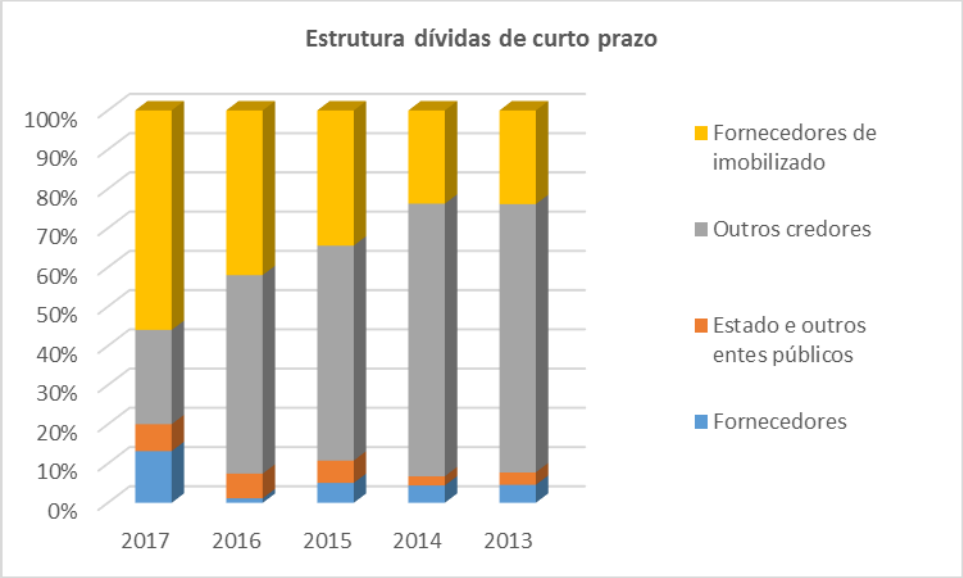


Figura 17

Acréscimos e diferimentos:

A rubrica acréscimos e diferimentos é composta por acréscimos de custos e proveitos diferidos.
Os acréscimos de custos, que totalizam 632.974 euros, têm apresentado oscilações ao longo do período em análise, representado no ano corrente 0,9% do valor total do balanço.
Os proveitos diferidos, que totalizam 26.015.994 euros e são essencialmente constituídos por Subsídios de Investimento ao imobilizado em 25.432.799 euros, apresentaram uma tendência de crescimento do ano de 2013 ao ano de 2015 e um decréscimo a partir dessa altura, em consequência da diminuição dos recebimentos de fundos comunitários e pelos efeito do progressivo dos ajustamentos que em cada ano são efetuados , por transferência para resultados do exercício (resultados extraordinários), na proporção que aqueles representam na amortização dos bens subsidiados.

4.2 – Análise da Demonstração de Resultados

Custos:

Analisando a estrutura de custos apresentada na demonstração de resultados, verifica-se que, nos anos de 2013 a 2017, os fornecimentos e serviços, pessoal, transferências, subsídios concedidos e as amortizações do exercício correspondem a cerca de 92% do seu valor total (Figura 18).

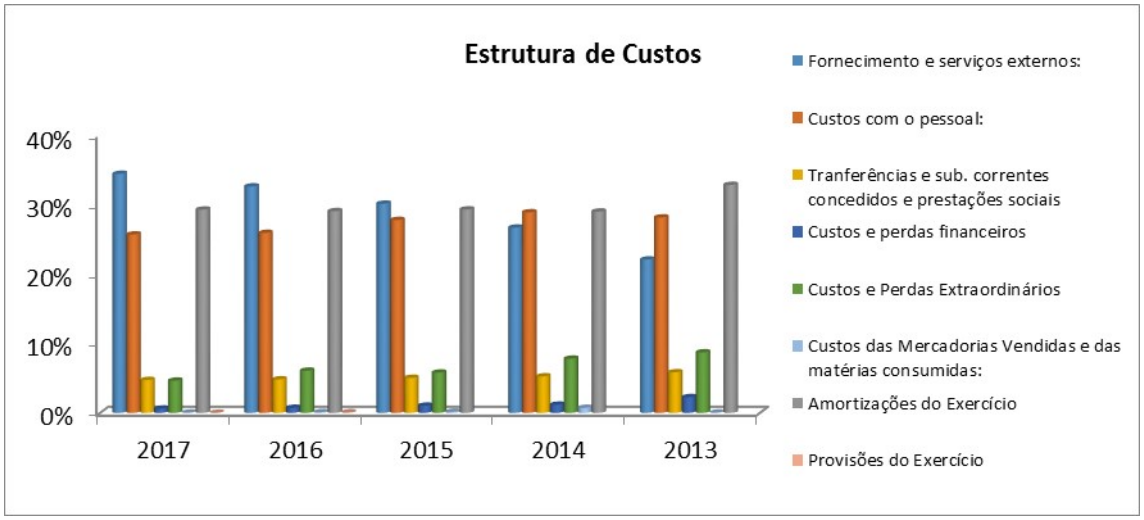


Figura 18

Os custos e perdas financeiros apresentaram uma descida relativamente ao exercício anterior. Os valores suportados com juros decresceram, atendendo à diminuição da taxa de referência EURIBOR e à diminuição dos valores em dívida de empréstimos. De referir que os custos com pessoal são similares aos do ano anterior.

Proveitos:

Analisando a estrutura de proveitos presente na demonstração de resultados (Fig 19), verifica-se que as transferências apresentam, durante o período em análise, um total de 7.458.639 euros, com uma ligeira tendência de crescimento (cerca de 3%).

Os impostos e taxas, com 1.313.632 euros, apresentam neste exercício económico um crescimento relativamente ao ano anterior, nomeadamente, ao nível dos impostos diretos. Estes impostos apresentam, na sua generalidade, valores superiores aos do ano anterior (mais cerca de 14%). De realçar, a grande subida ocorrida na derrama (cerca de 28%), que decorre dos resultados líquidos positivos das empresas sediadas no concelho.

Durante o período em análise, dos proveitos e ganhos extraordinários, que totalizam 1.489.809 euros, 1.408.474 euros referem-se à contabilização da imputação aos resultados de subsídios de investimentos pelo reconhecimento do valor proporcional às amortizações efetuadas em bens comparticipados com fundos comunitários e 36.256 euros do reconhecimento como proveito do exercício do valor da renda referente à concessão das infraestruturas de águas .

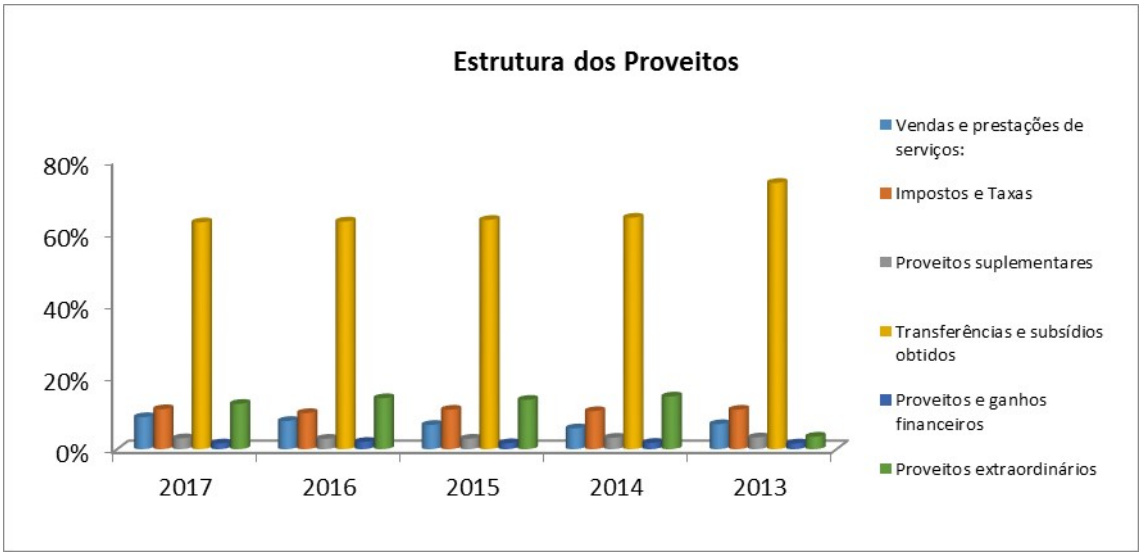


Figura 19

Em conclusão, podemos afirmar que esta Autarquia prosseguiu a sua política de apoios aos níveis: social, educacional, cultural e desportivo, com o intuito de proporcionar à população uma melhor qualidade de vida, bem como garantir o acesso a equipamentos diversificados e em boas condições de funcionamento. A continuação na aposta da requalificação de edifícios públicos implica o aumento de gastos de funcionamento com a reentrada destes equipamentos ao serviço público.

4.3 - Indicadores Financeiros:

Rácios	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Cobertura das despesas pelas receitas	1,00	1,00	0,94	1,06	0,97
Cobertura das despesas sem recurso a empréstimos	0,99	0,98	0,90	1,00	0,77
Peso do pessoal nas receitas correntes	0,31	0,31	0,32	0,34	0,41
Peso da despesa total na receita total	1,00	1,00	1,06	0,95	1,03
Peso das receitas de transferências comunitárias no investimento autárquico	0,19	0,14	0,39	0,67	0,41
Peso dos empréstimos no investimento autárquico	0,06	0,10	0,15	0,23	0,49
Peso do investimento na receita total	0,22	0,17	0,33	0,23	0,42
Rendibilidade líquida das vendas e prestações de serviços	0,36	0,23	1,21	1,45	-0,59
Rendibilidade operacional das vendas e prestações de serviços	-0,66	-0,98	-0,42	0,04	-0,1
Rendibilidade dos fundos próprios	0,01	0,01	0,02	0,02	-0,01
Autonomia Financeira	9,25	6,41	7,18	7,16	6,58
Liquidez Geral	0,55	0,55	0,50	0,58	0,00
Liquidez reduzida	0,06	0,54	0,44	0,57	0,00
Liquidez Imediata	0,63	0,47	0,45	0,54	0,00
Prazo médio de pagamentos	17	3	a)	a)	a)
Prazo médio recebimentos	14	32	17	7	5

a) - Prazo médio de pagamentos reportado pela DGAL

Nota : As fórmulas de cálculo foram retiradas do seguinte livro:

Portela R. Correia F. Nicolau J. Pocal - Regime Geral, ATAM, 2003, ISBN: 972-956223-8-5

V- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando existir saldo positivo na conta de resultados líquidos, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

a) Reforço do património,

b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – reservas legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Nesta conformidade, propõe-se que a aplicação do resultado líquido seja feita da seguinte forma:

Reservas legais: 18 935,46 euros

Reservas livres: 359 773,76 euros

MUNICÍPIO DE
PAREDES DE COURA

Mapa síntese bens inventariáveis

Ano Económico 2017

ENTIDADE

C.M.P.C.

Data de Emissão : 2018/04/16

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 41.1.0 - Partes de capital

Ano : 2017

Pagina: 1

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
501	01	01	INVESTIMENTOS FINANCEIROS , PARTES DE CAPITAL , Associação Nacional de Municipios Portugueses	187.834,00	187.834,00										187.834,00	187.834,00		
501	01	02	INVESTIMENTOS FINANCEIROS , PARTES DE CAPITAL , Caixa Agricola Alto Minho	1.070,00	1.070,00					1.070,00				1.070,00			-1.070,00	-1.070,00
Total				188.904,00	188.904,00					1.070,00				1.070,00	187.834,00	187.834,00	-1.070,00	-1.070,00

ENTIDADE

C.M.P.C.

Data de Emissão : 2018/04/16

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 41.1.3 - Empresas privadas ou cooperativas

Ano : 2017

Pagina: 1

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
501	01	02	INVESTIMENTOS FINANCEIROS , PARTES DE CAPITAL , Caixa Agricola Alto Minho			1.070,00		10,00	1.080,00						1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00
Total						1.070,00		10,00	1.080,00						1.080,00	1.080,00	1.080,00	1.080,00

ENTIDADE

C.M.P.C.

Data de Emissão : 2018/04/16

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 41.2.2 - Fundo de Apoio Municipal

Ano : 2017

Pagina: 1

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
501	01	03	INVESTIMENTOS FINANCEIROS , PARTES DE CAPITAL , Fundo de Apoio Municipal	526.704,65	526.704,65										526.704,65	526.704,65		
Total				526.704,65	526.704,65										526.704,65	526.704,65		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 2

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.1 - Terrenos e recursos naturais

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	06	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , OUTROS TERRENOS	965.358,06	965.358,06										965.358,06	965.358,06		
401	06	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , OUTROS TERRENOS	100.905,60	100.905,60										100.905,60	100.905,60		
Total				1.066.263,66	1.066.263,66										1.066.263,66	1.066.263,66		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 2

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1.02 - Instalações de Serviços

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	477,60	49,73							49,73	477,60	49,73	477,60			-49,73
107	05	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	2.974,13	865,49							371,77	2.540,41	371,77	2.974,13	433,72		-371,77
110	05	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA A INDUSTRIA ELÉTRICA E ELETRÓNICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	674,47									674,47		674,47			
110	24	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA MANEJO DE TRANSPORTE DE MATERIAL , APARELHOS ELEVADORES	3.701,40	308,46							308,46	3.701,40	308,46	3.701,40			-308,46
111	01	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , MOBILIÁRIO DE OFICINA , OUTRO MOBILIÁRIO DE USO ESPECÍFICO	7.462,94									7.462,94		7.462,94			
301	02	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	11.781,79	11.292,89							585,08	1.023,89	585,08	11.781,79	10.677,81		-585,08
Total				26.992,24	12.426,57							1.315,04	15.830,71	1.315,04	26.992,24	11.111,53		-1.315,04

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 3

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1.02 - Instalações de Serviços

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações Do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	02	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CULTURAL	266.640,81	263.050,54							3.345,80	6.936,07	3.345,80	266.640,81	259.704,74		-3.345,80
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	10.573,50	7.313,36							528,67	3.788,81	528,67	10.573,50	6.784,69		-528,67
Total				304.286,55	282.790,47							5.189,51	26.605,59	5.189,51	304.286,55	277.600,96		-5.189,51

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 3

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1.03 - Instalações desportivas e recreativas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações Do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
104	05	08	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGAÇÃO, DE MEDIDA E DE UTILIZAÇÃO TEC , INSTRUMENTOS ASTRONOMICOS METEOROLOGICOS GEOFISICOS , DESUMIFICADORES	5.009,43									5.009,43		5.009,43			
107	02	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	344,02	186,33							43,00	200,69	43,00	344,02	143,33		-43,00
110	02	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIP. DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. , BOMBAS	813,05	415,09							101,63	499,69	101,63	813,05	313,37		-101,63
111	02	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS MEDIDA(CALIBRADORES/VERIF., FERR./ESP., PRECIS.) , OUTRAS FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE PRECISÃO	5.952,21									5.952,21		5.952,21			
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	20.494,58	17.942,29							253,01	2.805,31	253,01	20.494,58	17.688,27		-253,01
Total				32.613,29	18.543,71							397,64	14.467,32	397,64	32.613,29	18.145,97		-397,64

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 4

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1.06 - Escolas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	01	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , ARMÁRIOS	217,71	72,59							27,22	172,34	27,22	217,71	45,37		-27,22
107	01	07	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , CADEIRAS	3.723,65	1.248,12							466,12	2.949,65	466,12	3.723,65	774,00		-466,12
107	01	16	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , ESTANTES	1.071,41	357,17							133,92	848,16	133,92	1.071,41	223,25		-133,92
107	01	20	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , MESAS	2.703,76	900,87							338,05	2.140,94	338,05	2.703,76	562,82		-338,05
107	01	23	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , SECRETÁRIAS	16.222,55	4.921,28							2.027,83	13.429,10	2.027,83	16.222,55	2.793,45		-2.027,83
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	10.090,47	2.781,31							1.261,31	8.570,47	1.261,31	10.090,47	1.520,00		-1.261,31
107	02	16	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , REPOSTEIROS, TOLDOS, ESTORES,CORTINAS E CORTINADOS	762,60	275,38							254,21	741,43	254,21	762,60	21,17		-254,21
107	02	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , OUTROS ARTIGOS E UTENSILIOS	306,86	57,55							38,36	287,67	38,36	306,86	19,19		-38,36
107	09	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO SANITÁRIO , BOMBAS	590,40	553,50							147,60	184,50	147,60	590,40	405,90		-147,60
112	03	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO	738,01									738,01		738,01			
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES			8.193,16			8.193,16			409,66	409,66	409,66	8.193,16	7.783,50	8.193,16	7.783,50
401	05	03	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , FERROVIARIAS	618,28	317,49							29,53	330,32	29,53	618,28	287,96		-29,53
			Total	37.845,70	11.377,26	8.193,16			8.193,16			5.133,81	30.802,25	5.133,81	45.238,86	14.436,61	8.193,16	3.059,35

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 5

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.1.08 - Outros

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
112	03	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	2.149,20									2.149,20		2.149,20			
301	02	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , OUTROS EDIFIIOS PARA O SECTOR DOS SERVIÇOS	406.826,70	276.087,22							11.297,60	142.116,98	11.297,60	406.826,70	264.709,72		-11.297,60
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	167,76	140,97							1,21	28,00	1,21	167,76	139,76		-1,21
401	02	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESCOLAR	5.725,29	5.188,83							38,17	574,63	38,17	5.725,29	5.150,66		-38,17
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	178.773,46	106.403,75							8.403,54	80.773,25	8.403,54	178.773,46	98.060,21		-8.403,54
401	08	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , COM FINALIDADE SOCIO-CULTURAL , OUTROS IMOV. DE RELEVANCIA HISTORICA E CULTURAL	1.478,70	1.352,58							9,92	119,04	9,92	1.478,70	1.352,66		-9,92
			Total	595.121,11	389.110,45							19.750,44	225.761,10	19.750,44	595.121,11	369.360,01		-19.750,44

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 5

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.02 - Esgotos

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	10388817,80	7.247.971,59	17.871,88			17.871,88			521.176,64	3.662.822,85	521.176,64	10.406.689,68	6.744.666,83	17.871,88	-503.304,76
			Total	10.388.817,80	7.247.971,59	17.871,88			17.871,88			521.176,64	3.662.822,85	521.176,64	10.406.689,68	6.744.666,83	17.871,88	-503.304,76

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 6

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.03 - Iluminação pública

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	03	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , CANDEEIROS, GLOBOS, LUSTRES, PLAFONIER															
107	03	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , HOLOFOTES															
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	16.141,98									16.141,98		16.141,98			
391	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	68.332,15	64.630,79	591,88			591,88			3.433,90	7.135,26	3.433,90	68.924,03	61.788,77	591,88	-2.842,02
Total				84.474,13	64.630,79	591,88			591,88			3.433,90	23.277,24	3.433,90	85.066,01	61.788,77	591,88	-2.842,02

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 6

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.04 - Parques e jardins

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	02	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESCOLAR	36.883,95	16.990,41							1.713,31	21.606,85	1.713,31	36.883,95	15.277,10		-1.713,31
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	2.625,00	1.068,30							121,15	1.665,85	121,15	2.625,00	958,15		-121,15
Total				39.508,95	18.372,71							1.834,46	23.272,70	1.834,46	39.508,95	16.236,25		-1.834,46

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 7

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.05 - Instalações desportivas e recreativas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	01	18	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , REDES	8.119,07									8.119,07		8.119,07			
401	04	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , COMPLEXOS DESPORTIVOS	71,00	53,20							0,48	3,28	0,48	71,00	67,72		-0,48
Total				8.190,07	53,20							0,48	8.122,35	0,48	8.190,07	67,72		-0,48

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 7

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.06 - Captação, tratamento e distribuição de água

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
117	01	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO															
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	527.386,12	341.212,75	13.259,81			13.259,81			31.749,02	217.922,39	31.749,02	540.645,93	322.723,54	13.259,81	-18.489,21
401	04	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , EQUIPAMENTOS NÃO INTEGRADOS NOS EDIFICIOS P/ SERVIÇOS	1.765.560,33	1.098.492,56							156.927,51	823.995,28	156.927,51	1.765.560,33	941.565,05		-156.927,51
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES			2.766,60			2.766,60			69,16	69,16	69,16	2.766,60	2.697,44	2.766,60	2.697,44
Total				2.292.946,45	1.439.705,31	16.026,41			16.026,41			188.745,69	1.041.986,83	188.745,69	2.308.972,86	1.266.986,03	16.026,41	-172.719,28

ENTIDADE

C.M.P.C.

Data de Emissão : 2018/04/16

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.07 - Viação rural

Ano : 2017

Pagina: 8

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações Do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	04	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , PARQUES DE VIATURAS			20.756,74			20.756,74			86,49	86,49	86,49	20.756,74	20.670,25	20.756,74	20.670,25
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.322.195,34	625.280,81	82.879,91			82.879,91			57.123,28	753.948,81	57.123,28	1.404.986,25	651.037,44	82.879,91	25.756,63
301	05	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , INFRA-ESTRUTURAS , RODOVIARIAS	239.554,08	139.782,82	180.058,75			180.058,75			13.178,33	112.949,59	13.178,33	419.612,83	306.663,24	180.058,75	166.880,42
301	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	515.427,46	272.473,29							25.316,20	268.270,32	25.316,20	515.427,46	247.157,14		-25.316,20
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	2.996.482,13	1.644.838,91			20.831,71	20.831,71			153.809,25	1.505.452,47	153.809,25	3.017.313,84	1.511.861,37	20.831,71	-132.977,54
401	05	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , RODOVIARIAS	5.288,48	2.173,12	570.677,89		41.910,70	612.588,59			14.773,58	17.880,86	14.773,58	617.869,07	599.988,21	612.588,59	597.815,09
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	95.512,59	93.131,29			27.828,57	27.828,57			9.028,02	11.409,32	9.028,02	123.341,16	111.931,84	27.828,57	18.800,55
Total				5.174.363,09	2.777.688,29	854.373,29		90.570,98	944.944,27			273.315,07	2.668.997,56	273.315,07	6.119.367,35	3.449.309,89	944.944,27	671.629,20

ENTIDADE

C.M.P.C.

Data de Emissão : 2018/04/16

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.98 - Sinalização e trânsito

Ano : 2017

Pagina: 8

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações Do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	06	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , OBRAS DE ARTE, MÓVEIS ANTGOS, COLECÇÕES E ANTIGUIDADES , OUTROS															
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUEM-ISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO															
Total																		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 9

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.08 - Sinalização e trânsito

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
112	03	01	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , APARELHOS DE ILUMINAÇÃC E SEGURANÇA	95.504,02									95.504,02		95.504,02			
112	03	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO	18.856,39									18.856,39		18.856,39			
112	03	06	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , TRIÂNGULOS DE SINALIZAÇÃO															
112	03	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	554,02									554,02		554,02			
118	05	04	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	96,47									96,47		96,47			
118	05	99	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO															
Total				115.010,90									115.010,90		115.010,90			

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 9

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.09 - Infra-estruturas para distr. de energia electrica

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , Outro material, aparelhos, utens. e instal. de uso especifio	4.379,45									4.379,45		4.379,45			
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	28.632,83	4.728,71							1.305,76	25.209,88	1.305,76	28.632,83	3.422,95		-1.305,76
Total				33.012,28	4.728,71							1.305,76	29.589,33	1.305,76	33.012,28	3.422,95		-1.305,76

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 10

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.09 - Infra-estruturas para distr. de energia electrica

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
110	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	2.560,58	775,66							320,08	2.105,00	320,08	2.560,58	455,58		-320,08
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	19.375,50	13.751,19	3.783,62			3.783,62			2.921,50	8.545,99	2.921,50	23.159,12	14.813,23	3.783,62	832,04
Total				54.948,36	19.255,56	3.783,62			3.783,62			4.547,42	40.240,22	4.547,42	58.731,98	18.491,76	3.783,62	-763,60

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 10

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.11 - Cemitérios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	04	05	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , CEMITERIOS	27.819,55	23.610,14							352,82	4.562,23	352,82	27.819,55	23.257,32		-352,82
Total				27.819,55	23.610,14							352,82	4.562,23	352,82	27.819,55	23.257,32		-352,82

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 10

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.12 - Outras

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	03	01	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , BASTIDORES (armario)															
Total																		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 11

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.12 - Outras

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
104	06	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS OPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRAFICO E CINEMATOGRA , OUTRO EQUIPAMENTO E MASTERIAL DE USO ESPECÍFICO	25.160,68	11.322,32							5.032,13	18.870,49	5.032,13	25.160,68	6.290,19		-5.032,13
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	3.636,86	3.447,44							454,61	644,03	454,61	3.636,86	2.992,83		-454,61
112	01	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS , OUTRO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA	364.721,82									364.721,82		364.721,82			
112	03	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO	15.000,79	1.565,80							575,39	14.010,38	575,39	15.000,79	990,41		-575,39
112	03	06	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , TRIÂNGULOS DE SINALIZAÇÃO	1.223,85	402,63							152,95	974,17	152,95	1.223,85	249,68		-152,95
112	03	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	13.782,98	4.983,78	3.382,50			3.382,50			2.867,83	11.586,53	2.867,83	17.084,98	5.498,45	3.382,50	514,67
115	02	05	EQUIPAMENTO E ARMAMENTO DE DEFESA , EMBALAGENS E RECIPIENTES ESPECIAIS PARA MUNIÇÕES , GRADES															
117	05	01	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUIPAMENTO DE VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL , CONTENTORES	2.250,90	2.166,84							219,37	303,43	219,37	2.250,90	1.947,47		-219,37
118	05	04	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	5.129,56	1.572,48							641,23	4.198,31	641,23	5.129,56	931,25		-641,23
118	05	99	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	134,54	46,25							16,82	105,11	16,82	134,54	29,43		-16,82
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	401.142,59	230.224,47							19.025,54	189.903,65	19.025,54	401.142,59	211.238,93		-19.025,54
301	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , INFRA-ESTUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTUTURAS	3.009.235,92	2.921.028,05							37.955,56	126.180,53	37.955,56	3.009.235,92	2.883.054,49		-37.955,56
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.533.003,23	959.105,55	2.589,80			2.589,80			73.880,76	647.178,44	73.880,76	1.535.593,03	887.814,59	2.589,80	-71.291,96
Total				5.374.342,31	4.135.897,61	5.972,30			5.972,30			140.832,19	1.375.276,89	140.832,19	5.380.314,61	4.681.037,72	5.972,30	-134.859,89

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 12

CONTA IMOBILIZADO : 42.2.2.12 - Outras

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	67.018,87	40.790,27							3.157,96	29.386,56	3.157,96	67.018,87	37.632,31		-3.157,96
Total				5.441.361,18	4.176.887,88	5.972,30			5.972,30			143.990,15	1.468.663,45	143.990,15	5.447.333,48	4.038.870,03	5.972,30	-138.017,85

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 12

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	02	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , COMPUTADORES	12.366,72									12.366,72		12.366,72			
101	01	07	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , IMPRESSORAS	10.820,55									10.820,55		10.820,55			
101	01	08	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , LEITORES DE CD-ROM	553,65									553,65		553,65			
101	01	13	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MONITORES	4.666,34									4.666,34		4.666,34			
101	01	16	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PC PORTATEIS	1.315,19									1.315,19		1.315,19			
101	01	18	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PROJECTORES DE IMAGEM DE ECRÃ(Data display)	6.161,24	3.490,73	3.777,31			3.777,31			1.359,95	4.830,46	1.359,95	9.938,55	5.908,09	3.777,31	2.417,36
101	01	21	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , TECLADOS	39,72									39,72		39,72			
101	01	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , Outro equipamento informatico	78.652,81									78.652,81		78.652,81			
101	02	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , OUTROS SOFTWARES	9.991,72									9.991,72		9.991,72			
102	01	08	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , EQUIPAMENTO DE REGISTO E REPRODUÇÃO DE SOM	8.237,17	2.546,58	5.533,12			5.533,12			667,88	6.355,47	667,88	13.770,29	7.414,82	5.533,12	4.865,24
102	01	14	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TELEMOVEIS	258,65									258,65		258,65			
Total				133.863,75	6.040,31	9.310,43			9.310,43			2.027,83	129.051,27	2.027,83	142.374,18	13.322,91	9.310,43	7.282,60

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 13

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , Outro material, aparelhos, utens. e instal. de uso especifio	541,99									541,99		541,99			
102	02	00	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , DISPOSITIVOS DE COMUNICACOES COM FIBRAS OPTICAS , Dispositivos de comunicações c/ fibras ópticas	805,95									805,95		805,95			
103	01	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Armarios			862,82			862,82			188,47	188,47	188,47	862,82	674,35	862,82	674,35
103	01	08	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Estantes	3.498,30									3.498,30		3.498,30			
103	01	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Sofas	1.134,54									1.134,54		1.134,54			
103	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Outro mobiliario	2.557,61	659,53							183,02	2.081,00	183,02	2.557,61	476,61		-183,02
103	02	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , DE CALCULAR	74,67									74,67		74,67			
103	02	11	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS			338,25			338,25			16,91	16,91	16,91	338,25	321,34	338,25	321,34
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , Outro equipamento de material de escritorio	116,85									116,85		116,85			
103	03	05	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , EQEIPAMENTO DE REPROGRAFIA , Maquinas de Encadernar	915,57									915,57		915,57			
104	01	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , EQUIP.MATERIAL DE LABORATORIO , Outro equipamento e material de laboratorio	21.265,47	16.455,43							3.037,93	7.847,97	3.037,93	21.265,47	13.417,50		-3.037,93
104	04	11	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , EQUIPAMENTO DE ANALISE QUIMICA , EQUIMENTO DETECTOR DE GÁS	446,37									446,37		446,37			
104	05	07	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS ASTRONOMICOS METEOROLOGICOS GEOFISICOS , CATAVENTOS	279,84									279,84		279,84			
104	05	24	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS ASTRONOMICOS METEOROLOGICOS GEOFISICOS , TERMO-HIGRÓMETROS	391,20									391,20		391,20			
Total				165.092,11	23.155,37	10.511,50			10.511,50			5.454,16	147.359,90	5.454,16	175.603,61	28.212,71	10.511,50	5.057,34

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 14

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
104	06	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS OPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRAFICO E CINEMATOGRA , OUTRO EQUIPAMENTO E MASTERIAL DE USO ESPECÍFICO	57.001,89	37.051,23							11.400,38	31.351,04	11.400,38	57.001,89	25.650,85		-11.400,38
104	08	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS PARA MEDIDA DO TEMPO , OUTROS INSTRUMENTOS DE USO ESPECÍFICO	13.637,01	10.714,79							1.948,15	4.870,37	1.948,15	13.637,01	8.766,64		-1.948,15
105	06	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , MÁQUINAS DE LAVAR LOIÇA	1.896,30									1.896,30		1.896,30			
105	06	08	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , UTENSILIOS DE COZINHA	124,40									124,40		124,40			
105	06	09	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , CALAMDRAS	2.220,83									2.220,83		2.220,83			
105	06	14	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , ARCAS CONGELADORAS	625,71	186,51							58,31	494,51	58,31	625,71	131,20		-58,31
105	06	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE HOTELARIA	631,65									631,65		631,65			
106	01	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , ARMÁRIOS	5.403,36									5.403,36		5.403,36			
106	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , OUTRO EQUIPAMENTO ESPECÍFICO	6.444,71	2.903,33							527,88	4.068,26	527,88	6.444,71	2.375,45		-527,88
106	02	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS AUXILIARES DE INSTRUÇÃO ESCOLAR , JOGOS DIDÁCTICOS	10.881,03	3.414,77							1.241,77	8.708,03	1.241,77	10.881,03	2.173,00		-1.241,77
106	02	15	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS AUXILIARES DE INSTRUÇÃO ESCOLAR , QUADROS ESCOLARES	5.492,89	1.285,32							546,98	4.754,55	546,98	5.492,89	738,34		-546,98
			Total	269.451,89	78.714,32	10.511,50			10.511,50			21.177,63	211.915,29	21.177,63	279.963,39	68.048,19	10.511,50	-10.666,13

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 201

Pagina: 15

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS AUXILIARES DE INSTRUÇÃO ESCOLAR , OUTRO EQUIPAMENTO E UTENSÍLIOS DE USO ESPECÍFICO	2.845,89	350,07							185,40	2.681,22	185,40	2.845,89	164,67		-185,40
106	03	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , COLUNAS PARA REPRODUÇÃO DE SOM	3.883,28									3.883,28		3.883,28			
106	03	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , GRAVADORES	59,71									59,71		59,71			
106	03	11	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , GRAVADORES/REPRODUTORES	973,63	876,27							194,72	292,88	194,72	973,63	681,55		-194,72
106	03	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , MONITORES	34.736,74	15.377,04							4.855,97	24.215,67	4.855,97	34.736,74	18.521,07		-4.855,97
106	03	14	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , PROJECTORES DIVERSOS	10.807,90	1.802,85							306,45	5.395,50	306,45	10.807,90	1.502,40		-306,45
106	03	18	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , TELEVISORES	2.370,10	900,95							271,25	1.740,40	271,25	2.370,10	629,70		-271,25
106	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , OUTROS	17.855,92	13.604,51							2.550,87	6.802,28	2.550,87	17.855,92	11.053,64		-2.550,87
106	04	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , INSTRUMENTOS MUSICAIS, INCLUINDOEQUIPAMENTO DE ORQUESTRA , BOMBOS	63,75									63,75		63,75			
106	04	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , INSTRUMENTOS MUSICAIS, INCLUINDOEQUIPAMENTO DE ORQUESTRA , CAVAQUINHOS	51,00									51,00		51,00			
106	04	38	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , INSTRUMENTOS MUSICAIS, INCLUINDOEQUIPAMENTO DE ORQUESTRA , MARACAS	57,33									57,33		57,33			
106	04	60	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , INSTRUMENTOS MUSICAIS, INCLUINDOEQUIPAMENTO DE ORQUESTRA , VIOLINOS	846,00									846,00		846,00			
			Total	344.003,14	111.626,01	10.511,50			10.511,50			29.536,29	261.913,42	29.536,29	354.514,64	82.601,22	10.511,50	-19.024,79

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Página: 16

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	04	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , INSTRUMENTOS MUSICAIS, INCLUINDOEQUIPAMENTO DE ORQUESTRA , OUTROS INSTRUMENTOS E APARELHOS MUSICAIS	1.390,32									1.390,32		1.390,32			
106	05	06	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES 3 DOCUMENTOS , LIVROS	9.289,12	9.289,12										9.289,12	9.289,12		
106	05	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES 3 DOCUMENTOS , OUTRAS PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS	67.634,03	67.634,03										67.634,03	67.634,03		
107	01	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , ARMÁRIOS	108,00	72,00							72,00	108,00	72,00	108,00			-72,00
107	01	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , BANCOS	119,96	79,96							79,96	119,96	79,96	119,96			-79,96
107	01	07	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , CADEIRAS	4.173,54	66,54	137,26			137,26			146,70	4.253,60	146,70	4.310,80	57,20	137,26	-9,44
107	01	16	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , ESTANTES	82.620,14	36,02							29,13	82.611,25	29,13	82.620,14	8,89		-29,13
107	01	20	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , MESAS	5.533,05	1.913,26	5.342,90			5.342,90			5.475,49	9.895,28	5.475,49	10.875,95	1.780,67	5.342,90	-132,59
107	01	23	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , SECRETÁRIAS	2.544,77									2.544,77		2.544,77			
107	01	24	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , SOFÁS	319,00	212,00							212,00	319,00	212,00	319,00			-212,00
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	363.436,03	37.624,24	5.378,35			5.378,35			9.878,91	335.684,79	9.878,91	368.808,38	33.123,58	5.378,35	-4.500,56
107	02	12	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , JOGOS DE TABEIES	222,16									222,16		222,16			
Total				861.386,26	228.555,28	21.370,01			21.370,01			45.430,48	698.261,46	45.430,48	932.756,27	204.494,81	21.370,01	-24.060,47

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 17

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	02	20	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , VASOS	52,11									52,11		52,11			
107	02	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , OUTROS ARTIGOS E UTENSILIOS	1.886,42	937,04							200,80	1.150,18	200,80	1.886,42	736,24		-200,80
107	03	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , CANDEEIROS, GLOBOS, LUSTRES, PRAFONIER	293,80	58,60							58,60	293,80	58,60	293,80			-58,60
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	1.257,42	890,57							157,18	523,63	157,18	1.257,42	733,49		-157,18
107	04	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , APARELHOS DE AR CONDICIONADO	4.656,60	991,04	799,50			799,50			139,02	3.804,58	139,02	5.456,10	1.651,52	799,50	660,48
107	04	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , DESUMIDIFICADORES	917,45									917,45		917,45			
107	04	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , VENTOINHAS	24,38									24,38		24,38			
107	04	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE USO ESPECIFICO	383,19									383,19		383,19			
107	05	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , AQUECEDORES	1.158,77	402,48	275,00			275,00			104,74	861,03	104,74	1.433,77	572,74	275,00	170,26
107	05	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , CALDEIRAS	2.886,39	1.978,95							360,81	1.268,25	360,81	2.886,39	1.618,14		-360,81
107	05	08	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , ESQUENTADORES	1.727,23	1.637,28							215,90	305,85	215,90	1.727,23	1.421,38		-215,90
Total				886.630,80	235.451,34	22.444,51			22.444,51			46.667,53	707.846,21	46.667,53	919.074,53	211.228,32	22.444,51	-24.223,02

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina 18

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	06	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , EQUIPAMENTO FRIGORÍFICO E DE REFRIGERAÇÃO	260,00		330,00			330,00			220,00	480,00	220,00	590,00	110,00	330,00	110,00
107	06	06	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , TALHERES E UTENSÍLIOS DE COZINHA	943,31									943,31		943,31			
107	06	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , OUTRO MATERIAL, APARELHOS E UTENSÍLIOS DE USO ESPECIFICO	424,42	106,09							60,63	378,96	60,63	424,42	45,46		-60,63
107	07	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , FERROS DE ENGOMAR	74,14									74,14		74,14			
107	07	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , MÁQUINAS DE COSTURA	139,27									139,27		139,27			
107	07	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA	1.339,06	1.169,54							294,53	464,05	294,53	1.339,06	875,01		-294,53
107	07	05	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , MÁQUINAS DE SECAR ROUPA	275,65									275,65		275,65			
107	08	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE LIMPEZA , ASPIRADORES	2.988,15	2.392,54	402,89			402,89			575,73	1.171,34	575,73	3.391,04	2.219,70	402,89	-172,84
107	09	05	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO SANITÁRIO , LAVATÓRIOS	130,88									130,88		130,88			
107	09	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO SANITÁRIO , OUTRO MATERIAL DE USO ESPECIFICO	25,44									25,44		25,44			
109	01	99	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (EXCLUI VEICULOS AUTOMOVEIS) , MATERIAL RODANTE OU DE TRANSPORTE , OUTRO MATERIAL E EQUIPAMENTO DE TRANSPORTES	41.182,15	32.133,75							5.073,75	14.122,15	5.073,75	41.182,15	27.060,00		-5.073,75
109	03	99	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PREPARAÇÃO DO SOLO E COLHEITAS , OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	14.583,70	1.541,67							250,01	13.292,04	250,01	14.583,70	1.291,66		-256,01
109	03	04	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM , SEGADEIRAS DE RELVA	1.612,80									1.612,80		1.612,80			
Total				960.608,99	272.794,93	23.177,40			23.177,40			53.142,18	740.956,24	53.142,18	983.786,39	242.830,15	23.177,40	-29.964,78

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Pagina: 1º

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Rem	Designacao	Brute	liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
110	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	446,24									446,24		446,24			
110	02	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIP. DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. , BOMBAS	420,54	144,55							52,57	328,56	52,57	420,54	91,98		-52,57
110	02	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIP. DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. , EQUIPAMENTO DE BOMBAGEM, CANALIZAÇÃO E DIST. DE COMBUSTÍVEL	493,06									493,06		493,06			
110	03	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA , APARELHOS DE MEDIDA E CONTROLO	3.397,87	2.967,79							2.967,79	3.397,87	2.967,79	3.397,87			-2.967,79
110	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA , OUTRAS MÁQUINAS DE USO ESPECIFICO	4.505,87	4.106,79							518,75	917,83	518,75	4.505,87	3.588,04		-518,75
110	16	09	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA TRABALHAR METAIS , MÁQUINAS E MARTELOS DE FORJAR	542,23									542,23		542,23			
110	16	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA TRABALHAR METAIS , OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE USO ESPECÍFICO	107,13									107,13		107,13			
111	01	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , MOBILIÁRIO DE OFICINA , OUTRO MOBILIÁRIO DE USO ESPECÍFICO	3.055,17									3.055,17		3.055,17			
111	02	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , OUTOS APARELHOS E UTENSILIOS OFICINAIS	6.122,76									6.122,76		6.122,76			
112	01	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS , EXTINTORES	219,04									219,04		219,04			
112	02	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA E SALVAMENTO(EXCLUI EQUIP. MARÍTIMO) , OUTRO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA			10.888,61			10.888,61			1.064,47	1.064,47	1.064,47	10.888,61	9.824,14	10.888,61	9.824,14
112	03	06	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , TRIÂNGULOS DE SINALIZAÇÃO	10.574,80									10.574,80		10.574,80			
112	03	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	700,74	233,57							140,14	607,31	140,14	700,74	93,43		-140,14
Total				991.183,64	280.247,63	34.066,01			34.066,01			57.885,99	758.741,91	57.885,99	1.025.169,65	256.427,74	34.066,01	-23.819,89

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 20

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.3 - Equipamento básico

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
112	04	01	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO MARÍTIMO DE SALVAMENTO E SEGURANÇA , APARELHOS DE SALVAMENTO	1.351,11	1.193,48							270,22	427,85	270,22	1.351,11	923,26		-270,22
114	02	01	EQUIPAMENTOS DE JOGO , EQUIP. ADSTRITO ÀS SALAS DE JOGO DO BINGO , Aparelhos electrónicos, informáticos, de som, cinema, TV, qu	7.397,13									7.397,13		7.397,13			
116	01	39	EQUIPAMENTO DE MATADOURO , EQUIPAMENTO DE MATADOURO , TERMOACUMULADOR DE VAPOR	1.684,31	1.157,96							210,54	736,89	210,54	1.684,31	947,42		-210,54
117	01	02	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , BOMBAS DE DOSEAMENTO	1.805,55									1.805,55		1.805,55			
117	01	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	61.066,33	10.091,51							2.273,04	53.247,76	2.273,04	61.066,33	7.818,57		-2.273,04
117	05	01	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUIPAMENTO DE VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL , CONTENTORES	4.513,87	1.423,55							295,72	3.390,04	295,72	4.513,87	1.123,83		-295,72
117	06	01	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUI. DE MOVIMENTAÇÃO/COMPACTAÇÃO/PRENSAGEM/CONFINA.RESÍDUOS , EQUIP.DE MONITORIZAÇÃO QUALI. DAS ÁGUAS SUBTER. DO SOLO/AR	31.308,83	6,37							6,37	31.308,83	6,37	31.308,83			-6,37
202	03	03	GASÓLEO , DE CARGA , DE 2001 ATÉ 3000	19.750,00	15.470,83							1.975,00	5.254,17	1.975,00	19.750,00	13.495,83		-1.975,00
401	05	03	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , FERROVIARIAS															
431	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS															
Total				1.119.980,77	309.591,43	34.066,01			34.066,01			62.920,79	873.310,13	62.920,79	1.154.046,78	280.736,65	34.066,01	-28.854,78

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 21

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.4 - Equipamento de transporte

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações do exercicio	Amortizações Acumuladas	Amortizações Total	Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	01	07	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , BICICLETAS	1.646,73									1.646,73		1.646,73			
106	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , OUTRO EQUIPAMENTO ESPECÍFICO	370,14	69,42							46,27	346,99	46,27	370,14	23,15		-46,27
108	01	99	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (EXCLUI VEICULOS AUTOMOVEIS) , MATERIAL ROLANTE OU DE TRANSPORTE , OUTRO MATERIAL E EQUIPAMENTO DE TRANSPORTES	383,98									383,98		383,98			
111	04	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , EQUIPAMENTO PARA ESTAÇÕES DE SERVIÇO OU DE ABASTE. COMBUST. , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	10.231,20									10.231,20		10.231,20			
201	01	02	GASOLINA , LIGEIROS DE PASSAGEIROS , MAIS DE 1000 ATÉ 1300	22.338,72									22.338,72		22.338,72			
201	01	04	GASOLINA , LIGEIROS DE PASSAGEIROS , DE 1601 ATÉ 1800															
201	04	04	GASOLINA , PESADOS DE PASSAGEIROS , MAIS DE 3000	6.370,41									6.370,41		6.370,41			
201	08	01	GASOLINA , MOTOS E MOTOCICLOS , ATÉ 50 DE CILINDRADA	4.815,86									4.815,86		4.815,86			
201	10	02	GASOLINA , BARCOS , DE MADEIRA	4.579,56									4.579,56		4.579,56			
202	01	03	GASÓLEO , LIGEIROS DE PASSAGEIROS , DE 2001 ATÉ 3000	66.450,60	3.361,19							3.361,19	66.450,60	3.361,19	66.450,60			-3.361,19
202	01	04	GASÓLEO , LIGEIROS DE PASSAGEIROS , MAIS 3000	36.765,98	4.353,80							2.487,90	34.900,08	2.487,90	36.765,98	1.865,90		-2.487,90
202	02	01	GASÓLEO , MISTOS , ATÉ 1500 DE CILINDRADA	35.015,61									35.015,61		35.015,61			
202	02	03	GASÓLEO , MISTOS , DE 2001 ATÉ 3000	220.249,49	20.236,18							20.236,18	220.249,49	20.236,18	220.249,49			-20.236,18
202	02	04	GASÓLEO , MISTOS , MAIS DE 3000															
202	03	01	GASÓLEO , DE CARGA , ATÉ 1500 DE CILINDRADA															
202	03	02	GASÓLEO , DE CARGA , MAIS DE 1500 ATÉ 2000															
202	03	03	GASÓLEO , DE CARGA , DE 2001 ATÉ 3000	64.265,46		17.220,00			17.220,00			861,00	65.130,46	861,00	81.485,46	16.359,00	17.220,00	16.359,00
202	03	04	GASÓLEO , DE CARGA , MAIS DE 3000	208.359,78	23.283,23							2.472,55	187.549,10	2.472,55	208.359,78	20.810,68		-2.472,55
202	04	04	GASÓLEO , PESADOS DE PASSAGEIROS , MAIS DE 3000	358.878,66	189.521,50			44.352,15	44.352,15			23.793,93	193.851,09	23.793,93	403.236,81	210.179,72	44.352,15	20.658,22
202	07	02	GASÓLEO , ESPECIAIS , MAIS DE 1500 ATÉ 2000															
202	07	04	GASÓLEO , ESPECIAIS , MAIS DE 3000															
202	09	01	GASÓLEO , TRACTORES , AGRÍCOLAS															
			Total	1.040.726,18	240.825,32	17.220,00		44.352,15	61.572,15			53.256,82	853.859,88	53.258,82	1.102.298,33	249.238,45	61.572,15	8.313,13

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 22

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.4 - Equipamento de transporte

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
206	03	01	OUTROS COMBUSTÍVEIS , MOTOCICLOS , MOTOCICLOS (mistura)	2.547,55									2.547,55		2.547,55			
Total				1.043.273,73	240.925,32	17.220,00		44.352,15	61.572,15			53.259,02	855.607,43	53.259,02	1.194.845,88	249.238,45	61.572,15	8.313,13

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 22

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , Outro equipamento de material de escritorio	1.155,55	252,80							144,45	1.047,20	144,45	1.155,55	108,35		-144,45
103	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , Outro equipamneto de reprografia	172,27	120,22							21,54	73,59	21,54	172,27	98,68		-21,54
105	06	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , LOIÇAS	2.832,79									2.832,79		2.832,79			
105	06	07	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , TALHERES E UTENSÍLIOS DE COZINHA	9.256,51									9.256,51		9.256,51			
105	06	17	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO E OUTRAS	1.598,82									1.598,82		1.598,82			
105	06	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE HOTELARIA	3.076,81									3.076,81		3.076,81			
106	01	64	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , BALIZAS	897,07	576,02							112,14	439,19	112,14	897,07	457,88		-112,14
Total				18.988,82	943,04							278,13	18.324,91	278,13	18.988,82	664,91		-278,13

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 23

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , OUTRO EQUIPAMENTO ESPECÍFICO	891,94									891,94		891,94			
106	03	03	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , COLUNAS PARA REPRODUÇÃO DE SOM	507,60	326,30							72,52	253,82	72,52	507,60	253,78		-72,52
107	01	07	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MOBILIÁRIO DE ESCRI.) , CADEIRAS	701,10									701,10		701,10			
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MOBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	5.557,83	1.046,84							550,60	5.059,39	550,60	5.557,83	498,44		-550,40
107	02	14	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , LENÇÓIS	80,00	53,32							53,32	80,00	53,32	80,00			-53,32
107	02	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , OUTROS ARTIGOS E UTENSILIOS	254,67	110,39							96,28	240,56	96,28	254,67	14,11		-96,28
107	03	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , APARELHOS DE ILUMINAÇÃO NÃO ELÉTRICA	746,09	49,76							49,76	746,09	49,76	746,09			-49,76
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	8.492,86	1.992,93							1.061,78	7.560,91	1.061,78	8.492,86	931,15		-1.061,78
107	05	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , CALDEIRAS	399,83									399,83		399,83			
107	06	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , EQUIPAMENTO FRIGORÍFICO E DE REFRIGERAÇÃO	258,70									258,70		258,70			
107	06	05	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , MOBILIÁRIO DE COZINHA	88,50	25,89	147,60			147,60			84,86	147,50	84,86	236,10	88,54	147,60	62,74
107	07	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , FERROS DE ENGOMAR	198,20									198,20		198,20			
Total				37.166,34	4.590,58	147,60			147,60			2.247,25	34.863,01	2.247,25	37.313,94	2.450,93	147,60	-2.099,65

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina:

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	07	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE ROUPA , MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA	943,67	198,59							125,43	870,51	125,43	943,67	73,16		-125,43
107	08	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE LIMPEZA , ASPIRADORES	740,38									740,38		740,38			
107	10	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE ALFAIATARIA E CHAPELARIA , OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE USO ESPECIFICO	115,73									115,73		115,73			
108	02	01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (EXCLUI VEICULOS AUTOMOVEIS) , EQUIPAMENTO PARA ACONDICIONAMENTO OU EMBALAGEM , CONTENTORES, TAMBORES E OUTRAS EMBALAGENS	207,10									207,10		207,10			
109	01	99	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PREPARAÇÃO DO SOLO E COLHEITAS , OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	3.674,55	2.066,92	545,00			545,00			493,39	2.101,01	493,39	4.219,55	2.118,54	545,00	51,62
109	02	99	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , EQUIPAMENTO PARA DEFESA CONTRA AS EPIZOOTIAS, DOENÇAS E FRIO , RATOEIRAS	2,00									2,00		2,00			
109	03	01	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM , ARRANCADORES DE RELVA	146,96									146,96		146,96			
109	03	03	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM , CORTADORES	557,60									557,60		557,60			
109	03	05	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM , TESOURAS MECÂNICAS	188,18									188,18		188,18			
109	03	99	EQUIPAMENTO PARA AGRICULTURA E JARDINAGEM , UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS PARA JARDINAGEM , OUTROS	4.346,99	3.182,17							543,36	1.708,17	543,36	4.346,99	2.638,81		-543,36
110	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	852,04									852,04		852,04			
110	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA , OUTRAS MÁQUINAS DE USO ESPECIFICO	624,00									624,00		624,00			
110	04	07	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , CONSTRUÇÕES DE PRÉ-FABRICADOS E EQUIPAMENTO PARA CONST.CIVIL , DE OFICINAS DE SERRALHARIA	368,08									368,08		368,08			
Total				49.933,61	9.998,26	692,60			692,60			3.469,42	43.344,77	3.809,42	50.626,21	7.281,44	692,60	-2.716,82

EMTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 25

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Perramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
110	04	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , CONSTRUÇÕES DE PRÉ-FABRICADOS E EQUIPAMENTO PARA CONST.CIVIL , OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS EM CONSTRUÇÃC CIV	701,63									701,63		701,63			
110	15	09	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA TRABALHAR MADEIRA , REBARBADORAS	79,65									79,65		79,65			
110	15	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA TRABALHAR MADEIRA , SERRAS E TORNOS MACÂNICOS	178,44									178,44		178,44			
110	18	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA INDUSTRIAL , MÁQUINAS E UTENSILIOS PARA LAVANDARIA E TINTHRARIA	49,78									49,78		49,78			
110	18	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA INDUSTRIAL , OUTRAS MÁQUINAS E UTENSILIOS DE USO ESPECÍFICO	4.670,55									4.670,55		4.670,55			
110	20	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA MANEJO DE TRANSPORTE DE MATERIAL , APARELHOS ELEVADORES	138.222,69									138.222,69		138.222,69			
110	25	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , BOMBAS E COMPRESSORES , COMPRESSORES	198,63									198,63		198,63			
111	01	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , MOBILIÁRIO DE OFICINA , OUTRO MOBILIÁRIO DE USO ESPECÍFICO	2.950,22	275,52							50,87	2.725,57	50,87	2.950,22	224,65		-50,87
111	02	01	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , FERRAMENTAS E UTENSILIOS	357,44									357,44		357,44			
111	02	02	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , MÁQUINAS-FERRAMENTAS LIGEIRAS	670,94	424,93	318,00			318,00			372,53	618,70	372,69	988,94	370,24	318,00	-54,69
111	02	03	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , MÁQUINAS-FERRAMENTAS PESADAS	67.886,52	13.435,86							8.485,81	62.936,47	8.485,81	67.886,52	4.950,05		-8.485,81
111	02	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , OUTOS APARELHOS E UTENSILIOS OFICINAIS	6.657,91	544,96	1.040,00			1.040,00			414,15	6.527,16	414,15	7.697,91	1.170,81	1.040,00	625,85
111	03	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS MEDIDA(CALIBRADORES/VERIF., FERR./ESP., PRECIS.) , OUTRAS FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE PRECISÃO	360,52	72,48							54,36	362,40	54,36	306,52	18,12		-54,36
Total				272.936,53	24.752,01	2.050,60			2.050,60			12.787,39	260.973,82	12.787,39	274.989,13	14.015,31	2.050,60	-10.736,79

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 26

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.5 - Ferramentas e utensílios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
112	01	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS , OUTRO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA	445,16									445,16		445,16			
112	03	01	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , APARELHOS DE ILUMINAÇÃO E SEGURANÇA	1.772,35	620,32							354,47	1.506,50	354,47	1.772,35	265,85		-354,47
112	03	06	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , TRIANGULOS DE SINALIZAÇÃO			1.128,03			1.128,03			94,00	94,00	94,00	1.128,03	1.034,03	1.128,03	1.034,03
117	01	02	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , BOMBAS DE DOSEAMENTO	2.846,82									2.846,82		2.846,82			
117	01	03	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , BOMBAS DE RECIRCULAÇÃO E ELEVAÇÃO	2.542,61									2.542,61		2.542,61			
117	01	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	37.051,34									37.051,34		37.051,34			
218	07	03	OUTROS BENS , MÁQUINAS, APARELHOS E FERRAMENTAS , FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.428,32	1.166,69							357,08	618,71	357,08	1.428,32	809,61		-357,08
202	09	01	GASÓLEO , TRACTORES , AGRÍCOLAS	14.974,03									14.974,03		14.974,03			
			Total	333.959,16	26.539,92	3.178,63			3.178,63			13.592,85	321.852,99	13.592,85	337.177,79	16.124,80	3.178,63	-10.414,22

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 26

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.6 - Equipamento administrativo

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	01	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , BASTIDORES (armario)	40,10	9,63							5,02	35,49	5,02	40,10	4,61		-5,02
101	01	02	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , COMPUTADORES	21.219,94	3.599,12	1.875,75			1.875,75			1.461,63	19.382,45	1.461,63	23.095,69	4.013,24	1.875,75	414,12
			Total	21.260,04	3.608,75	1.875,75			1.875,75			1.466,65	19.117,94	1.466,65	23.135,79	4.017,85	1.875,75	409,10

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Folha: 2

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.6 - Equipamento administrativo

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	03	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , EQUIPAMENTO DE REDE	1.107,08									1.107,08		1.107,08			
101	01	05	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , GRAVADORES DE CD-ROM	54,71									54,71		54,71			
101	01	07	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , IMPRESSORAS	5.260,69	1.793,45	1.500,00			1.500,00			1.227,59	4.694,83	1.227,59	6.760,69	2.065,86	1.500,00	272,41
101	01	09	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , LEITORES OPTICOS	180,55									180,55		180,55			
101	01	13	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MONITORES	17.293,11		202,95			202,95			16,91	17.310,02	16,91	17.496,06	186,04	202,95	186,04
101	01	14	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , MULTIPLEXADORES	72,29									72,29		72,29			
101	01	16	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , PC PORTATEIS	8.736,27	1.407,61	1.057,80			1.057,80			1.110,11	8.438,77	1.110,11	9.794,07	1.355,30	1.057,80	-52,31
101	01	19	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , ROUTER	3.341,70									3.341,70		3.341,70			
101	01	20	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , SCANERS (digitalizador de imagem)	5.113,39	1.313,82							525,54	4.325,11	525,54	5.113,39	788,28		-525,54
101	01	21	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , TECLADOS	370,06									370,06		370,06			
101	01	27	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , UNIDADES DE DISCO	47,40		553,50			553,50			322,89	370,29	322,89	600,50	230,61	553,50	230,61
101	01	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , Outro equipamento informatico	560.414,33	35.299,77	28.285,27			28.285,27			18.928,48	544.045,04	18.928,48	588.699,60	44.654,56	28.285,27	9.353,79
101	02	03	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SOFTWARE DE APLICAÇÃO	6.891,18									6.891,18		6.891,18			
101	02	07	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , SOFTWARE DE REDE	8.992,11									8.992,11		8.992,11			
101	02	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , OUTROS SOFTWARES	766.443,88	121.358,39	96.656,45			96.656,45			95.343,90	740.429,33	95.343,90	863.100,33	122.670,94	96.656,45	1.312,55
102	01	15	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , TERMINAL DE RÁDIO BASE (fixo)	1.063,09	101,25							101,25	1.063,09	101,25	1.063,09			-101,25
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , Outro material, aparelhos, utens. e instal. de uso especifico	24.160,22	5.306,02							2.894,20	21.749,40	2.894,20	24.160,22	2.411,82		-2.894,20
102	02	60	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , DISPOSITIVOS DE COMUNICACOES COM FIBRAS OPTICAS , Dispositivos de comunicações c/ fibras ópticas	154,20									154,20		154,20			
103	01	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Armarios	2.282,27									2.282,27		2.282,27			
103	01	05	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Cadeiras	2.012,95									2.012,95		2.012,95			
103	01	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Sofas	1.900,54	1.346,20							237,57	791,91	237,57	1.900,54	1.108,63		-237,57
Total				1.437.152,06	171.534,26	130.131,72			130.131,72			122.176,09	1.387.153,89	122.176,09	1.567.283,78	179.489,89	130.131,72	7.955,63

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Página: 28

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.6 - Equipamento administrativo

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
103	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MOBILIARIO , Outro mobiliario	174.854,50	98.944,52							21.604,47	99.554,45	21.604,47	174.854,50	75.340,05		-21.604,47
103	02	10	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , SELOS BRANCOS E SINETAS	1.249,98									1.249,98		1.249,98			
103	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , MAQUINAS DE ESCRITORIO , Outro equipamento de material de escritorio	59,71									59,71		59,71			
103	03	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , Fotocopiadoras	20.136,98									20.136,98		20.136,98			
103	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL DE ESCRITORIO E DE REPROGRAFIA , EQUIPAMENTO DE REPROGRAFIA , Outro equipamneto de reprografia	39,59									39,59		39,59			
104	05	08	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS ASTRONOMICOS METEOROLOGICOS GEOFISICOS , DESUMIFICADORES	148,35									148,35		148,35			
104	05	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS ASTRONOMICOS METEOROLOGICOS GEOFISICOS , OUTROS INSTRUMENTOS DE USO ESPECÍFICO	67,45	6,40							6,40	67,45	6,40	67,45			-6,40
104	06	10	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS OPTICOS E EQUIPAMENTO FOTOGRAFICO E CINEMATOGRA , MÁQUINAS FOTOGRÁFICOS	940,94									940,94		940,94			
104	09	01	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , INSTRUMENTOS DE PESAGEM , BALANÇAS	3.028,29	268,21							268,21	3.028,29	268,21	3.028,29			-268,21
106	02	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS AUXILIARES DE INSTRUÇÃO ESCOLAR , OUTRO EQUIPAMENTO E UTENSÍLIOS DE USO ESPECÍFICO	1.539,50									1.539,50		1.539,50			
106	03	13	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , MONITORES	348,82	55,96							51,60	344,52	51,60	348,82	4,30		-51,60
106	03	16	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , RETROPROJECTORES	3.385,54	725,45							483,64	3.143,73	483,64	3.385,54	241,81		-483,64
106	05	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES 3 DOCUMENTOS , OUTRAS PUBLICAÇÕES E DOCUMENTOS	1.721,37	1.721,37										1.721,37	1.721,37		
Total				1.644.714,08	271.257,11	130.131,72			130.131,72			144.591,41	1.518.848,38	144.591,41	1.774.845,80	256.797,42	130.131,72	-14.459,69

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 2º

CONTA IMOBILIZADO : 42.6 - Equipamento administrativo

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	01	07	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , CADEIRAS	805,32									805,32		805,32			
107	01	16	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , ESTANTES	69.245,24	69,48							46,33	69.222,09	46,33	69.245,24	23,16		-46,33
107	01	20	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , MESAS	12.342,79	2.605,06							1.029,68	10.767,41	1.029,68	12.342,79	1.575,38		-1.029,68
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	945,25	157,41							118,16	856,00	118,16	945,25	42,25		-118,16
107	04	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , APARELHOS DE AR CONDICIONADO	233,68	73,00							29,21	199,89	29,21	233,68	43,79		-29,21
107	04	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , CONDICIONADORES	3.691,28	807,47							461,42	3.345,23	461,42	3.691,28	346,05		-461,42
107	04	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AR CONDICIONADO E DE CIRCULAÇÃO DE AR , DESUMIDIFICADORES	128,38									128,38		128,38			
107	05	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , AQUECEDORES	2.079,55	320,22							259,76	2.019,09	259,76	2.079,55	60,46		-259,76
107	08	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HEGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE LIMPEZA , ASPIRADORES	835,64									835,64		835,64			
110	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	134,47									134,47		134,47			
111	01	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , MOBILIÁRIO DE OFICINA , OUTRO MOBILIÁRIO DE USO ESPECÍFICO	17,48									17,48		17,48			
111	02	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS E MÁQUINAS-FERRAMENTAS , OUTOS APARELHOS E UTENSILIOS OFICINAIS	580,30									580,30		580,30			
Total				1.735.753,46	275.295,76	130.131,72			130.131,72			146.535,97	1.606.989,67	146.535,97	1.865.885,19	258.895,51	130.131,72	-16.404,25

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 38

CONTA IMOBILIZADO : 42.6 - Equipamento administrativo

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
111	03	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS MEDIDA(CALIBRADORES/VERIF., FERR./ESP., PRECIS.) , OUTRAS FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE PRECISÃO	350,49									350,49		350,49			
112	01	99	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS , OUTRO EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA	664,12	276,72							166,03	553,43	166,03	664,12	110,69		-166,03
Total				1.736.768,07	275.576,48	130.131,72			130.131,72			146.702,00	1.607.883,59	146.702,00	1.866.899,79	259.066,26	130.131,72	-16.576,28

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 39

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	02	99	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , SOFTWARE , OUTROS SOFTWARES	5.724,11									5.724,11		5.724,11			
102	01	99	EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICACOES , EQUIP.TELECOM. E SISTEMAS INTERCOM. DE DIF. SONORA , Outro material, aparelhos, utens. e instal. de uso especifico	5.124,64									5.124,64		5.124,64			
104	01	01	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , EQUIP.MATERIAL DE LABORATORIO , Alambiques laboratoriais	26.066,31	159,16							159,16	26.066,31	159,16	26.066,31			-159,16
104	01	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , EQUIP.MATERIAL DE LABORATORIO , Outro equipamento e material de laboratorio	11.896,52									11.896,52		11.896,52			
104	02	99	EQUIPAMENTO PARA INVESTIGACAO, DE MEDIDA E DE UTILIZACAO TEC , EQUIP.ENSAIO PROPRIEDADES FISICAS , Outro equipamento	21.016,43									21.016,43		21.016,43			
105	06	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVICOS DE SAUDE , EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA SERVIÇOS DE HOTELARIA , OUTRO EQUIPAMENTO E MATERIAL DE HOTELARIA	3.911,00	3.281,84							978,55	1.627,71	978,55	3.911,00	2.283,29		-978,55
Total				73.739,01	3.421,00							1.137,71	71.455,72	1.137,71	73.739,01	2.283,29		-1.137,71

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Folha: 31

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
106	01	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO RECREATIVO, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO,MOBILIAR. , OUTRO EQUIPAMENTO ESPECÍFICO	180.631,68									180.631,68		180.631,68			
106	02	04	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , COMANDOS À DISTÂNCIA	67.102,96									67.102,96		67.102,96			
106	03	14	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , PROJECTORES DIVERSOS	87.644,02	2.409,80							2.188,07	87.422,29	2.188,07	87.644,02	221,73		-2.188,07
106	03	18	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , TELEVISORES			712,17			712,17			59,35	59,35	59,35	712,17	652,82	712,17	652,82
106	03	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , EQUIPAMENTO E MATERIAL AUDIO-VISUAL , OUTROS	1.628,41									1.628,41		1.628,41			
106	05	02	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES 3 DOCUMENTOS , CARTAS TOPOGRÁFICAS	8.455,74	8.455,74										8.455,74	8.455,74		
106	05	06	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , LIVROS, PUBLICAÇÕES 3 DOCUMENTOS , LIVROS	4.001,28	4.001,28										4.001,28	4.001,28		
106	05	15	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , OBRAS DE ARTE, MÓVEIS ANTGOS, COLECÇÕES E ANTIGUIDADES , LIVROS	390,00	390,00										390,00	390,00		
106	06	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL RECREATIVO, DESPORTIVO,EDUCACAO,CULTU , OBRAS DE ARTE, MÓVEIS ANTGOS, COLECÇÕES E ANTIGUIDADES , OUTROS	4.997,77	4.997,77										4.997,77	4.997,77		
107	01	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO COMUM(EXCLUI MIBILIÁRIO DE ESCRI.) , OUTRO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO	182.681,30	12.842,90							12.842,90	182.681,30	12.842,90	182.681,30			-12.842,90
107	02	15	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , ARTIGOS E UTENSILIOS DE DECORAÇÃO E CONFORTO , QUADROS E MOLDURAS	1.745,79									1.745,79		1.745,79			
107	03	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , CANDEEIROS, GLOBOS, LUSTRES, PRAFONIER	2.740,23									2.740,23		2.740,23			
Total				515.758,19	36.518,49	712,17			712,17			16.228,03	595.467,73	16.228,03	516.470,36	21.002,53	712,17	-15.515,86

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 32

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
107	03	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUI-DISP.DE ILUM) , HOLOFOTES	1.264,63									1.264,63		1.264,63			
107	03	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO E DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO(INCLUIDISP.DE ILUM) , OUTRO EQUIPAMENTO E DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO	48.744,21	191,17							65,55	48.618,59	65,55	48.744,21	125,62		-65,55
107	05	03	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIP. DE AQUECIMENTO DE AMBIENTE E AQUECEDORES DE ÁGUA DOM. , CALDEIRAS	897,90	878,19							112,24	130,95	112,24	897,90	766,95		-112,24
107	06	02	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , EQUIPAMENTO FRIGORÍFICO E DE REFRIGERAÇÃO	249,69		250,00			250,00			166,67	416,36	166,67	499,69	83,33	250,00	83,33
107	06	04	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , MÁQUINAS E APARELHOS DE COZINHA	470,01									470,01		470,01			
107	06	99	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE COZINHA , OUTRO MATERIAL, APARELHOS E UTENSÍLIOS DE USO ESPECIFICO	36,00									36,00		36,00			
107	08	01	EQUIPAMENTO DE CONFORTO, HIGIENE E DE UTILIZACAO COMUM , EQUIPAMENTO DE LIMPEZA , ASPIRADORES	135,30									135,30		135,30			
108	02	01	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE (EXCLUI VEICULOS AUTOMOVEIS) , EQUIPAMENTO PARA ACONDICIONAMENTO OU EMBALAGEM , CONTENTORES, TAMBORES E OUTRAS EMBALAGENS	55.351,35									55.351,35		55.351,35			
110	01	01	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA , APARELHOS DE MEDIDA, DE CONTROLO E OUTROS	1.905,98	1.856,27							238,25	277,96	238,25	1.905,98	1.628,02		-238,25
110	05	99	EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA A INDUSTRIA , EQUIPAMENTO PARA A INDUSTRIA ELÉTRICA E ELETRÓNICA , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECIFICO	3.985,30	482,53							251,75	3.754,52	251,75	3.985,30	230,78		-251,75
111	01	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , MOBILIÁRIO DE OFICINA , OUTRO MOBILIÁRIO DE USO ESPECÍFICO	182,94									182,94		182,94			
Total				728.581,50	39.837,65	962,17			962,17			17.062,49	706.106,34	17.062,49	729.543,67	23.837,33	962,17	-16.100,32

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 33

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
111	03	99	EQUIPAMENTO DE OFICINA, FERRAMENTAS E UTENSILIOS , FERRAMENTAS MEDIDA(CALIBRADORES/VERIF., FERR./ESP., PRECIS.) , OUTRAS FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE PRECISÃO	131,94									131,94		131,94			
112	01	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIOS , EXTINTORES	298,79									298,79		298,79			
112	03	01	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , APARELHOS DE ILUMINAÇÃO E SEGURANÇA	9.359,60									9.359,60		9.359,60			
112	03	03	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , DISPOSITIVOS DE SINALIZAÇÃO	9.802,99									9.802,99		9.802,99			
112	03	06	EQUIPAMENTO SINALIZACAO, ALARME, INCENCIOS E SEGURANCA. , SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE ALARME , TRIÂNGULOS DE SINALIZAÇÃO	22.435,02									22.435,02		22.435,02			
115	02	05	EQUIPAMENTO E ARMAMENTO DE DEFESA , EMBALAGENS E RECIPIENTES ESPECIAIS PARA MUNIÇÕES , GRADES	1.170,12									1.170,12		1.170,12			
117	01	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	8.021,32	1.945,47							448,83	6.524,68	448,83	8.021,32	1.496,64		-448,83
117	05	01	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUIPAMENTO DE VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL , CONTENTORES	31.404,78	18.811,17	8.623,49			8.623,49			7.305,50	19.899,11	7.305,50	40.028,27	20.129,16	8.623,49	1.317,99
117	05	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUIPAMENTO DE VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	29.844,36									29.844,36		29.844,36			
119	05	04	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	328,35									328,35		328,35			
119	05	99	OUTROS BENS , EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	3.707,40									3.707,40		3.707,40			
301	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , OUTROS TERRENOS	6.268,80	6.268,80										6.268,80	6.268,80		
401	02	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , OUTROS EDIFICIOS PARA O SECTOR DOS SERVIÇOS	53,91									53,91		53,91			
Total				851.748,88	66.903,09	9.585,66			9.585,66			24.816,82	989.682,61	24.816,82	861.334,54	51.671,93	9.585,66	-15.231,16

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 34

CONTA IMOBILIZADO : 42.9 - Outras imobilizações corpóreas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	03	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES COM FINS INDUSTRIAIS , OUTROS EDIFICIOS PARA FINS DE NATUREZA INDUSTRIAL															
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	36.440,29	35.449,90							260,82	1.251,21	260,82	36.440,29	35.189,08		-260,82
Total				888.189,17	102.352,99	9.585,66			9.585,66			25.077,64	810.913,82	25.077,64	897.774,83	86.861,01	9.585,66	-15.491,98

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 34

CONTA IMOBILIZADO : 44.2.2.1.06 - Escolas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
			, ,															
Total																		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 35

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 44.2.2.2.07 - Viação rural

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
101	01	01	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO , HARDWARE , BASTIDORES (armario)															
Total																		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 35

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 44.2.2.2.12 - Outras

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS															
Total																		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 35

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 45.1 - Terrenos e recursos naturais

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	06	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , OUTROS TERRENOS	637.006,81	637.006,81										637.006,81	637.006,81		
Total				637.006,81	637.006,81										637.006,81	637.006,81		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 36

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 45.1 - Terrenos e recursos naturais

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	07	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERIMETRO URBANO , OUTOS TERRENOS	66,39	66,39										66,39	66,39		
401	06	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , EM AGLOMERADOS URBANOS	2.022.402,73	2.022.402,73										2.022.402,73	2.022.402,73		
401	06	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , EM ZONA DIFERENCIADA DE AGLOMERADO URBANO	9.324,00	9.324,00										9.324,00	9.324,00		
401	06	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , OUTROS TERRENOS	3.069.385,22	3.069.385,22										3.069.385,22	3.069.385,22		
401	07	03	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERIMETRO URBANO , ZONA VERDE OU DE LAZER	633,73	633,73										633,73	633,73		
401	07	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERIMETRO URBANO , DESTINADOS A EQUIPAMENTO PUBLICO	100.332,91	100.332,91										100.332,91	100.332,91		
401	07	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERIMETRO URBANO , OUTROS TERRENOS	1.732.847,24	1.732.847,24										1.732.847,24	1.732.847,24		
402	01	06	IMOVEIS RUSTICOS (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS NÃO INCLUIDOS EM PLANO DE URBANIZAÇÃO , ESPAÇO DE PROTECÇÃO OU LAZER	569,32	569,32										569,32	569,32		
402	01	99	IMOVEIS RUSTICOS (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS NÃO INCLUIDOS EM PLANO DE URBANIZAÇÃO , SOLO PARA OUTROS FINS	1.911.198,92	1.911.198,92										1.911.198,92	1.911.198,92		
Total				9.483.767,27	9.483.767,27										9.483.767,27	9.483.767,27		

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 37

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 45.2 - Edifícios

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	361.961,84	307.566,50							2.233,51	56.628,75	2.233,51	361.961,84	305.333,09		-2.233,51
401	01	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , HABITAÇÕES , HABITAÇÕES SOCIAIS	15.902,59	14.728,96							106,73	1.280,76	106,73	15.902,59	14.622,23		-106,73
401	01	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , HABITAÇÕES , OUTRAS	85.064,71	77.636,94							565,41	7.993,18	565,41	85.064,71	77.071,53		-565,41
401	02	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	56.812,81	47.197,25							342,01	9.957,57	342,01	56.812,81	46.855,24		-342,01
401	02	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CULTURAL	146.157,66	143.569,44							1.826,98	4.415,20	1.826,98	146.157,66	141.742,46		-1.826,98
401	02	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESCOLAR	12.256,03	12.053,06	13.403,49		1.469,83	14.873,32			802,50	1.807,47	802,50	27.071,35	25.063,88	14.813,32	14.810,82
401	02	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , OUTROS EDIFICIOS PARA O SECTOR DOS SERVIÇOS	1.721.058,65	1.647.773,74			138.337,95	138.337,95	263.337,95		15.176,78	80.418,77	278.514,73	1.596.058,65	1.515.638,88	-125.000,00	-132.133,86
401	04	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , COMPLEXOS DESPORTIVOS	235.607,06	212.228,04							2.025,64	25.404,66	2.025,64	235.607,06	210.202,40		-2.025,64
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	274.673,04	228.894,30							1.695,08	47.070,82	1.695,08	274.673,04	226.999,22		-1.695,08
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	30.795,79	30.158,50							206,69	843,98	206,69	30.795,79	29.951,81		-206,69
401	08	05	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , COM FINALIDADE SOCIO-CULTURAL , BIBLIOTECAS	342.675,53	322.118,94							2.642,12	22.598,71	2.642,12	342.675,53	319.476,82		-2.642,12
401	08	06	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , COM FINALIDADE SOCIO-CULTURAL , ARQUIVOS	1.174.547,40	1.102.487,94							8.232,64	90.292,16	8.232,64	1.174.547,40	1.094.255,30		-8.232,64
Total				4.456.312,51	4.146.213,71	13.403,49		139.747,78	153.151,27	263.337,95		35.856,09	337.911,97	299.194,04	4.346.125,83	4.008.213,86	-110.186,68	-137.998,85

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Página: 38

Data de Emissão : 2018/04/16

CONTA IMOBILIZADO : 45.3 - Outras construções e infraestruturas

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
117	01	99	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , ABASTECIMENTO PÚBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , OUTRO EQUIPAMENTO DE USO ESPECÍFICO	3.668,45	1.340,24							452,36	2.750,47	462,36	3.668,45	877,98		-462,36
117	06	01	ABASTECIMENTO PUBLICO E ÁGUAS RESIDUAIS , EQUI. DE MOVIMENTAÇÃO/COMPACTAÇÃO/PRENSAGEM/CONFI NA.RESÍDUOS , EQUIP.DE MONITORIZAÇÃO QUALI. DAS ÁGUAS SUBTER. DO SOLO/AR															
301	04	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , COMPLEXOS DESPORTIVOS	27.632,97	25.634,41							184,68	2.223,24	184,68	27.632,97	25.448,73		-184,68
301	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PRIVADO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	92.254,98	74.745,16							1.885,37	19.434,29	1.885,37	92.254,98	72.859,79		-1.885,37
401	02	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CULTURAL	164.616,26	160.904,39							1.192,62	4.904,49	1.192,62	164.616,26	159.711,77		-1.192,62
401	02	03	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA SOCIAL															
401	02	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ESCOLAR	8.402.409,31	7.415.873,87			19.305,77	19.305,77			112.139,67	1.098.675,11	112.139,67	8.421.715,08	7.323.038,97	19.305,77	-92.833,90
401	02	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS , OUTROS EDIFICIOS PARA O SECTOR DOS SERVIÇOS	16.981,32	6.278,97							793,14	11.455,49	793,14	16.981,32	5.485,83		-793,14
401	04	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , PARQUES DE VIATURAS	9.897.950,33	9.336.218,57							67.220,59	628.960,25	67.220,59	9.897.950,33	9.268.998,08		-67.220,59
401	04	02	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , COMPLEXOS DESPORTIVOS	1.836.889,54	1.514.266,97							27.548,81	350.171,38	27.548,81	1.836.889,54	1.486.718,16		-27.548,81
401	04	03	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , PISCINAS	1.138.288,05	1.040.218,39			17.609,25	17.609,25			8.468,27	106.537,93	8.468,27	1.155.897,30	1.049.359,37	17.609,25	9.140,98
401	04	04	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , EQUIPAMENTOS NÃO INTEGRADOS NOS EDIFICIOS P/ SERVIÇOS	25.158,68	9.302,65							1.175,08	17.831,11	1.175,08	25.158,68	8.127,57		-1.175,08
401	04	05	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , CEMITERIOS	33.374,15	26.383,54							1.720,67	8.711,28	1.720,67	33.374,15	24.662,87		-1.720,67
Total				21.638.331,14	19.611.187,36			36.915,02	36.915,02			222.791,26	2.250.935,04	222.791,26	21.676.246,16	19.425.311,12	36.915,02	-185.876,24

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

Ano : 2017

Pagina: 38

CONTA IMOBILIZADO : 45.3 - Outras construções e infraestruturas

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	04	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , CONSTRUÇÕES DIVERSAS , OUTRAS CONSTRUÇÕES	1.140.841,89	577.952,54	82.909,81			82.909,81			45.180,16	608.069,51	45.180,16	1.223.751,70	615.682,19	82.909,81	37.729,65
401	05	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , RODOVIARIAS	18514459,91	6.959.217,96	11.654,70		325.769,36	337.424,06			1.040.441,84	12.595.683,78	1.040.441,84	18.851.833,97	6.256.200,18	337.424,06	-703.017,78
401	05	99	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , INFRA-ESTRUTURAS , OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS	10955197,55	5.846.717,96	121.868,85		196.842,13	318.710,98			517.338,79	4.725.818,38	517.338,79	10.373.908,53	5.648.090,15	318.710,98	-198.627,81
401	06	01	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS INCLUIDOS EM PLANOS DE URB. COM CAPACIDADE CONSTRU. , EM AGLOMERADOS URBANOS															
402	01	99	IMOVEIS RUSTICOS (DOMINIO PUBLICO) , TERRENOS NÃO INCLUIDOS EM PLANO DE URBANIZAÇÃO , SOLO PARA OUTROS FINS	385.362,50	385.362,50										385.362,50	385.362,50		
Total				51.735.152,89	33.380.438,32	216.433,36		559.526,51	775.959,87			1.825.752,65	20.180.506,72	1.825.752,65	52.511.152,86	32.330.646,14	775.959,87	-1.049.792,18

ENTIDADE

C.M.P.C.

MAPA SÍNTESE DOS BENS INVENTARIADOS

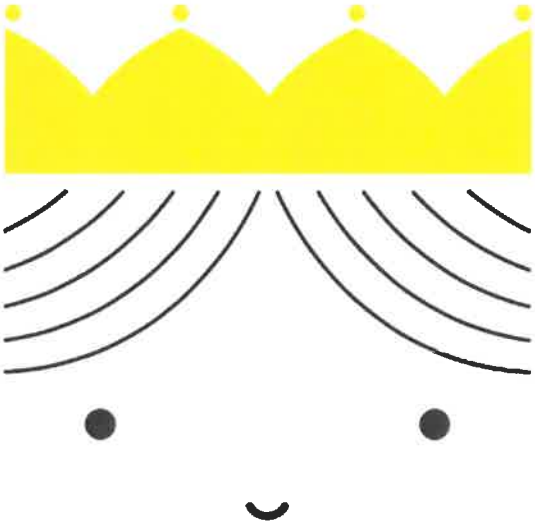
Ano : 2017

Pagina: 39

CONTA IMOBILIZADO : 45.5 - Bens de património histórico, artist. e cultural

Data de Emissão : 2018/04/16

Classificador Geral				Patrimonio inicial		Acrescimos Patrimoniais				Diminuições Patrimoniais					Patrimonio Final		Variação Patrimonial	
Cl.	Tipo	Bem	Designacao	Bruto	Liquido	Aquisições	Reavaliações e outras alterações	Grandes reparações ou beneficiações	Total	Abates	Desvalorizações	Amortizações			Bruto	Liquido	Bruta	Liquida
												Do exercicio	Acumuladas	Total				
(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8=5+6+7)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13=9+10+11)	(14=3+8-9-10)	(15=14-12)	(16=14-3)	(17=15-4)
401	08	94	IMOVEIS URBANOS COM FINALIDADE OPERATIVA (DOMINIO PUBLICO) , COM FINALIDADE SOCIO-CULTURAL , MUSEUS	4.110.604,31	4.003.465,66							30.767,22	137.905,87	30.767,22	4.110.604,31	3.972.698,44		-30.767,22
Total				4.110.604,31	4.003.465,66							30.767,22	137.905,87	30.767,22	4.110.604,31	3.972.698,44		-30.767,22



MUNICÍPIO DE
PAREDES DE COURA

Outros documentos

Ano Económico 2017

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Vitor Paulo Gomes Pereira
Dotação Orçamental	0102/020211 - 23 500,00€
Dotação Orçamental	02/02010202 - 84 000,00€
Valor do Fundo	650,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			**Ordem de Pagamento**			**Ordem de Pagamento**		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	865,82		transporte	1.686,06
210	31-01-2017	57,05	720	31-03-2017	56,47	954	28-04-2017	50,00
211	31-01-2017	81,5	721	31-03-2017	52,51	1422	06-06-2017	50,00
212	31-01-2017	4	722	31-03-2017	219,85	1423	06-06-2017	57,32
213	31-01-2017	41,55	723	31-03-2017	50,00	1424	06-06-2017	10,00
214	31-01-2017	60	928	28-04-2017	20,00	1425	06-06-2017	30,40
215	31-01-2017	54	929	28-04-2017	8,60	1426	06-06-2017	20,30
216	31-01-2017	53,02	930	28-04-2018	5,45	1427	06-06-2017	4,50
217	31-01-2017	50	931	28-04-2018	72,60	1428	06-06-2017	43,60
218	31-01-2017	27	932	28-04-2017	69,00	1784	30-06-2017	80,90
415	27-02-2017	193,2	933	28-04-2017	67,90	1785	30-06-2017	58,97
465	27-02-2017	40	934	28-04-2017	20,00	1786	30-06-2017	45,00
466	27-02-2017	14,45	935	28-04-2017	50,00	2164	25-08-2017	66,97
467	27-02-2017	91	936	28-04-2017	9,00	2165	25-08-2017	40,00
468	27-02-2017	50	937	28-04-2017	49,45	2170	25-08-2017	56,60
719	31-03-2017	49,05	944	28-04-2017	69,41	2171	25-08-2017	50,00
	A transportar	865,82		A transportar	1.686,06			2.350,62

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Vitor Paulo Gomes Pereira
Dotação Orçamental	0102/020211 - 23 500,00€
Dotação Orçamental	02/02010202 - 84 000,00€
Valor do Fundo	650,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			**Ordem de Pagamento**			**Ordem de Pagamento**		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte	2350,62		transporte	2.743,57		transporte	2.743,57
2424	14-09-2017	116,25						
2707	19-10-2017	40,02						
3166	30-10-2017	10						
3167	30-11-2017	15,15						
3541	28-12-2017	10,7						
3542	28-12-2017	129,5						
3543	28-12-2017	9,25						
3577	29-12-2017	62,08						
	A transportar	2.743,57		A transportar	2.743,57			2.743,57

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Tiago Manuel Pereira da Cunha
Dotação Orçamental	0102/020211 - 23 500,00€
Dotação Orçamental	02/02010202 - 84 000,00€
Valor do Fundo	200,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			**Ordem de Pagamento**			**Ordem de Pagamento**		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	490,80		transporte	1.140,03
203	31-01-2017	21,25	943	28-04-2017	38,38	3156	30-11-2017	74,04
204	31-01-2017	44,00	955	28-04-2017	81,10	3157	30-11-2017	20,00
205	31-01-2017	86,58	1288	30-05-2017	30,45	3158	30-11-2017	11,35
429	24-02-2017	6,70	1289	30-05-2017	69,24	3495	27-12-2017	72,55
430	24-02-2017	26,20	1292	31-05-2017	35,80			
431	24-02-2017	30,00	1313	31-05-2017	14,45			
432	24-02-2017	28,01	1778	30-06-2017	12,25			
461	27-02-2017	54,40	1779	30-06-2017	27,35			
712	31-03-2017	11,25	1780	30-06-2017	61,49			
713	31-03-2017	24,50	2166	25-08-2017	22,50			
714	31-03-2017	15,80	2167	25-08-2017	69,03			
715	31-03-2017	13,50	2425	14-09-2017	70,82			
716	31-03-2017	17,80	2858	31-10-2017	26,25			
717	31-03-2017	64,14	2859	31-10-2017	39,92			
942	28-04-2017	46,67	2860	31-10-2017	50,20			
	A transportar	490,80		A transportar	1.140,03			1.317,97

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Maria José Brito Lopes Moreira
Dotação Orçamental	0102/020211 -23 500,00€
Dotação Orçamental	02/02010202 - 84 000,00€
Valor do Fundo	200,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	755,84		transporte	873,48
140	30-01-2017	18,80	3159	30-11-2017	62,63			
206	31-01-2017	59,60	3493	27-12-2017	55,01			
418	27-02-2017	47,01						
439	27-02-2017	94,00						
659	30-03-2017	43,50						
718	31-03-2017	58,43						
851	20-04-2017	42,40						
938	28-04-2017	61,00						
939	28-04-2017	18,20						
1284	30-05-2017	96,02						
1312	31-05-2017	24,30						
1781	30-06-2017	49,00						
2039	31-07-2017	10,00						
2040	31-07-2017	50,01						
2041	31-07-2017	38,55						
2042	31-07-2017	45,02						
	A transportar	755,84		A transportar	873,48			873,48

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Gerência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Ana Clara Ribeiro de Carvalho
Dotação Orçamental	02/020209 - 58 000,00€
Dotação Orçamental	02/020108 - 7 500,00€
Dotação Orçamental	02/02022502 - 67 400,00€
Valor do Fundo	200,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			**Ordem de Pagamento**			**Ordem de Pagamento**		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	176,01		transporte	352,14
51	18-01-2017	14,70	855	20-04-2017	6,45	2612	29-09-2017	14,99
129	25-01-2017	1,62	856	20-04-2017	6,98	2693	18-10-2017	5,50
137	30-01-2017	1,80	941	28-04-2017	14,65	2694	18-10-2017	2,80
138	30-01-2017	0,32	1286	30-05-2017	1,50	2695	18-10-2017	4,20
139	30-01-2017	5,00	1287	30-05-2017	5,00	2696	18-10-2017	1,20
185	31-01-2017	6,19	1291	31-05-2017	7,00	2704	19-10-2017	0,64
441	27-02-2017	5,00	1421	06-06-2017	12,90	2705	19-10-2017	13,10
442	27-02-2017	0,32	1537	13-06-2017	0,75	2706	19-10-2017	2,90
443	27-02-2017	17,75	1639	19-06-2017	0,95	2855	31-10-2017	9,99
444	27-02-2017	47,70	1640	19-06-2017	15,01	2856	31-10-2017	2,71
596	20-03-2017	0,32	1728	26-06-2017	1,50	2857	31-10-2017	11,14
597	20-03-2017	5,85	2006	24-07-2017	9,80	2861	31-10-2017	2,95
598	20-03-2017	3,50	2047	31-07-2017	25,00	2862	31-10-2017	4,45
599	20-03-2017	7,00	2048	31-07-2017	13,75	2868	31-10-2017	11,14
600	20-03-2017	1,15	2049	31-07-2017	0,64	2869	31-10-2017	2,40
601	20-03-2017	8,00	2050	31-07-2017	0,64	2870	31-10-2017	6,45
661	30-03-2017	0,32	2051	31-07-2017	6,71	2964	14-11-2017	30,25
662	30-03-2017	5,00	2168	25-08-2017	7,26	2965	14-11-2017	20,00
663	30-03-2017	36,57	2510	20-09-2017	1,80	3002	21-11-2017	3,80
709	31-03-2017	1,70	2511	20-09-2017	14,49	3003	21-11-2017	21,50
711	31-03-2017	5,60	2610	29-09-2017	22,00	3004	21-11-2017	0,64
854	20-04-2017	0,60	2611	29-09-2017	1,35	3005	21-11-2017	1,28
	a transportar	176,01		a transportar	352,14		Total	526,17

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Gerência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Ana Clara Ribeiro de Carvalho
Dotação Orçamental	02/020209 - 58 000,00€
Dotação Orçamental	02/020108 - 7 500,00€
Dotação Orçamental	02/02022502 - 67 400,00€
Valor do Fundo	200,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			**Ordem de Pagamento**			**Ordem de Pagamento**		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte	526,17		transporte	606,46		transporte	606,46
3006	21-11-2017	7,00						
3007	21-11-2017	2,88						
3153	30-11-2017	21,50						
3154	30-11-2017	0,64						
3155	30-11-2017	0,64						
3443	27-12-2017	19,50						
3444	27-12-2017	1,00						
3445	27-12-2017	17,59						
3446	27-12-2017	7,50						
3494	27-12-2017	2,04						
	a transportar	606,46		a transportar	606,46		Total	606,46

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Maria Joana Pinto Rodrigues
Dotação Orçamental	05/020121 - 32 700,00€
Dotação Orçamental	05/02022502 - 51 000,00€
Valor do Fundo	400,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	395,96		transporte	779,40
147	30-01-2017	6,06	710	31-03-2017	36,79	1777	30-06-2017	21,15
148	30-01-2017	36,98	865	20-04-2017	1,95	1787	30-06-2017	15,50
149	30-01-2017	3,30	866	20-04-2017	6,60	1788	30-06-2017	9,98
150	30-01-2017	10,50	867	20-04-2017	14,90	2005	24-07-2017	23,00
151	30-01-2017	5,50	868	20-04-2017	7,50	2053	31-07-2017	3,21
152	30-01-2017	2,50	945	28-04-2017	22,02	2054	31-07-2017	0,75
434	24-02-2017	27,99	946	28-04-2017	18,40	2055	31-07-2017	12,07
435	24-02-2017	0,74	951	28-04-2017	21,19	2175	25-08-2017	32,07
445	27-02-2017	3,00	1277	30-05-2017	0,80	2176	25-08-2017	3,50
446	27-02-2017	55,85	1278	30-05-2017	2,48	2177	25-08-2017	14,54
447	27-02-2017	12,50	1279	30-05-2017	1,50	2178	25-08-2017	10,73
448	27-02-2017	3,30	1280	30-05-2017	23,73	2179	25-08-2017	56,00
449	27-02-2017	2,58	1281	30-05-2017	16,20	2180	25-08-2017	50,80
450	27-02-2017	12,50	1282	30-05-2017	10,46	2295	31-08-2017	2,70
453	27-02-2017	13,98	1283	30-05-2017	18,25	2296	31-08-2017	75,00
696	31-03-2017	9,79	1293	31-05-2017	6,40	2297	31-08-2017	34,75
697	31-03-2017	15,50	1294	31-05-2017	11,00	2298	31-08-2017	6,85
698	31-03-2017	20,12	1295	31-05-2017	16,61	2512	20-06-2017	7,30
699	31-03-2017	24,40	1641	20-06-2017	9,90	2513	20-09-2017	39,92
700	31-03-2017	34,69	1642	20-06-2017	14,55	2514	20-09-2017	9,95
701	31-03-2017	31,15	1643	20-06-2017	10,65	2515	20-09-2017	3,20
702	31-03-2017	4,70	1644	20-06-2017	34,06	2516	20-09-2017	14,00
703	31-03-2017	0,30	1645	20-06-2017	14,08	2517	20-09-2017	20,00
704	31-03-2017	13,00	1646	20-06-2017	40,00	2607	29-09-2017	27,06
705	31-03-2017	3,50	1647	20-06-2017	3,42	2608	29-09-2017	35,95
706	31-03-2017	1,54	1774	30-06-2017	0,85	2609	29-09-2017	60,00
707	31-03-2017	19,99	1775	30-06-2017	4,95	2698	19-10-2017	2,25
708	31-03-2017	20,00	1776	30-06-2017	14,20	2699	19-10-2017	4,20
	a transportar	395,96		a transportar	779,40		Total	1.375,83

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Maria Joana Pinto Rodrigues
Dotação Orçamental	05/020121 - 32 700,00€
Dotação Orçamental	05/02022502 - 51 000,00€
Valor do Fundo	400,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte	1.375,83		transporte	1.848,94		transporte	2.074,34
2700	19-10-2017	15,05	3528	28-12-2017	7,02			
2701	19-10-2017	30,00	3529	28-12-2017	39,99			
2702	19-10-2017	15,00	3530	28-12-2017	4,15			
2703	19-10-2017	5,80	3531	28-12-2017	11,95			
2864	31-10-2017	44,27	3532	28-12-2017	16,60			
2865	31-10-2017	10,00	3533	28-12-2017	5,40			
2866	31-10-2017	19,50	3534	28-12-2017	1,10			
2871	31-10-2017	15,30	3535	28-12-2017	1,42			
3122	28-11-2017	2,00	3536	28-12-2017	2,50			
3123	28-11-2017	130,58	3537	28-12-2017	10,63			
3124	28-11-2017	9,98	3538	28-12-2017	16,50			
3125	28-11-2017	6,84	3539	28-12-2017	21,00			
3126	28-11-2017	23,10	3550	29-12-2017	6,00			
3127	28-11-2017	7,00	3551	29-12-2017	7,00			
3128	28-11-2017	8,90	3554	29-12-2017	6,40			
3129	28-11-2017	6,50	3555	29-12-2017	3,30			
3130	28-11-2017	2,80	3556	29-12-2017	30,94			
3161	30-11-2017	0,96	3557	29-12-2017	1,69			
3162	30-11-2017	0,64	3558	29-12-2017	27,90			
3163	30-11-2017	21,50	3559	29-12-2017	3,91			
3164	30-11-2017	25,22						
3435	27-12-2017	13,98						
3436	27-12-2017	22,00						
3437	27-12-2017	7,00						
3438	27-12-2017	4,66						
3439	27-12-2017	4,17						
3440	27-12-2017	20,36						
	a transportar	1.848,94		a transportar	2.074,34		Total	2.074,34

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017**

Titular do Fundo de Maneio	Maria Eduarda Lopes Fontelo Martins
Dotação Orçamental	03/020121 - 5 500,00 €
Dotação Orçamental	03/020108 - 1 500,00€
Valor do Fundo	150,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	186,99		transporte	186,99
440	27-02-2017	13,50						
852	20-04-2017	20,97						
1285	30-05-2017	31,50						
2003	24-07-2017	33,80						
2004	24-07-2017	2,62						
2043	31-07-2017	13,50						
2172	25-08-2017	6,85						
2173	25-08-2017	7,59						
2615	29-09-2017	18,76						
2872	31-10-2017	7,75						
3008	21-11-2017	12,60						
3140	28-11-2017	3,40						
3165	30-11-2017	14,15						
	a transportar	186,99		a transportar	186,99		Total	186,99

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	
Desiganção da Entidade	**MINICIPIO DE PAREDES DE COURA**
Grência	**01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro 2017**

Titular do Fundo de Maneio	José Miguel Guerreiro dos Santos
Dotação Orçamental	04/02022502 - 16 500,00€
Dotação Orçamental	04/020121 - 59 000,00€
Valor do Fundo	400,00 €
Data de Constituição	

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €	Nº	Data	Valor €
	transporte			transporte	844,33		transporte	844,33
295	16-02-2017	45,95						
595	20-03-2017	61,40						
660	30-03-2017	30,70						
853	20-04-2017	30,70						
864	20-04-2017	30,70						
940	28-04-2017	9,66						
1420	06-06-2017	61,40						
1460	07-06-2017	30,70						
1536	13-06-2017	30,70						
1773	30-06-2017	61,40						
2044	31-07-2017	95,60						
2045	31-07-2017	28,30						
2046	31-07-2017	8,50						
2169	25-08-2017	45,20						
2509	20-09-2017	45,95						
3143	28-11-2017	30,70						
3152	30-11-2017	30,70						
3441	27-12-2017	115,05						
3442	27-12-2017	26,01						
3492	27-12-2017	25,01						
	a transportar	844,33		a transportar	844,33		Total	844,33

O dirigente responsável pela área Administrativa e /ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura: Vitor Paulo Gomes Pereira

ANEXO VIII

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

Designação da Entidade	Município de Paredes de Coura
Gerência	De 1 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Nome	Situação na Entidade	Remuneração Liquida auferida	Período Responsabilidade	Morada
Vitor Paulo Gomes Pereira	Presidente da Câmara	**31 059,04**	01/01/2017 a 31/12/2017	Afe, Moselos 4940 - 381 Moselos PCR
Tiago Manuel Pereira da Cunha	Vereador Regime Per. Tempo Int.	**25 452,94**	01/01/2017 a 31/12/2017	Penegate, Cristelo 4940- 200 Cristelo PCR
Maria José Brito Lopes Moreira	Vereadora Regime Per. Tempo Int.	**24 921,38**	01/01/2017 a 31/12/2017	Estrada de S. Pedro de Formariz 4940-291 Formariz PCR
Helena Barbosa Ramos Fernandes	Vereadora	**1.465,44 €**	01/01/2017 a 02/10/2017	Codessal, Formariz 4940- 288 Formariz PCR
Janine da Mata Azevedo Soares	Vereadora	**2.372,64 €**	01/01/2017 a 02/10/2017	Rua Bernardo Sequeira, Nº 8-6º 4710-358 Braga
Vitor Manuel Rosas da Silva	Vereador Regime de Permanência a Meio Tempo	**3 356,80 €**	17/10/2017 a 31/12/2017	Estrada Nacional ,301 Agualonga nº 540 4940 - 043 Agualonga
Sérgio de Sousa Caselhos	Vereador	**147,24 €**	17/10/2017 a 31/12/2017	Caminho Novo 4940-185 Cristelo

O responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

ANEXO IV

SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da Entidade	Município de Paredes de Coura

Intituição Bancária		Saldo em 31/12/201	Saldo contabilistíco	Observações
Banco	N.º Conta	a)	b)	c)
Santander	014824607	47.115,53	32.802,79	(1)
Santander	15889736020	764,16	764,16	(1)
Santander	144974650	5.354,91	5.354,91	(1)
Santander	105330240	900,18	900,18	(1)
Santander	14401376020	1.643,81	1.643,81	(1)
Santander	150947250	4.681,88	4.681,88	(1)
Santander	17568171020	3.269,69	3.269,69	(1)
Santander	17996034020	595,23	595,23	(1)
Santander	20842928020	5.149,37	5.149,37	(1)
Santander	24966582020	38,65	38,65	(1)
Santander	32379778020	4,22	4,22	(1)
BCP	56436347	4.673,14	4.673,14	(1)
Banco Novo	54700062007	6.293,18	6.293,18	(1)
Banco Novo	547009470008	0,00	0,00	(1)
Banco Novo	547008680009	6.017,14	6.017,14	(1)
BIC	490503820	0,00	0,00	(1)
BIC	490503810	4.546,93	4.546,93	(1)
CCAM	40024534053	12.692,23	3.171,44	(1)
CCAM	40285632054	145,75	145,75	(1)
CCAM	40285634511	207,86	207,86	(1)
CGD	1129320	19.951,92	19.951,92	(1)
CGD	1129730	528.476,67	528.476,67	(1)
CGD	38430	42.906,04	19.231,85	(1)
BPI	03654235	5.807,15	5.807,15	(1)
BBVA	20000383	13.900,70	13.975,70	(1)
Total			667.703,62	(1)

Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Finaceira

Assinatura: Maria da Conceição Gonçalves Alves

Presidente do executivo responsável pela àrea/pelouro financeiro

Assinutura: Vitor Paulo Gomes Pereira

Na coluna a) indicar o valor do saldo constante do extrato bacário à data de 31 31-12-2017
Na coluna b) a importância constante do Resumo Diário de Tesouraria.
Na coluna c) indicar a conta, consoante a situação, um dos seguintes códigos:
1- Reconciliação efectuada e justificadas as divergências
2- Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de .....
3- Reconciliação não efectuada

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 247	DATA	ANO	PÁGINA
C.M.P.C.	Data : 2017/12/31		2018/04/16	2017	1

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		CAIXA	14.246.914,71	14.237.553,40			14.246.914,71	14.237.553,40	9.361,31	
11.1		Caixa	14.233.767,57	14.224.406,26			14.233.767,57	14.224.406,26	9.361,31	
	CXA	CAIXA2	14.233.767,57	14.224.406,26			14.233.767,57	14.224.406,26	9.361,31	
11.8		Fundo de maneio	13.147,14	13.147,14			13.147,14	13.147,14		
11.8.1		DIVISAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	1.006,46	1.006,46			1.006,46	1.006,46		
	CX1	FM DAF	1.006,46	1.006,46			1.006,46	1.006,46		
11.8.2		DIVISAO OBRAS E SERVIÇOS	1.644,33	1.644,33			1.644,33	1.644,33		
	CX2	FM DOSM	1.644,33	1.644,33			1.644,33	1.644,33		
11.8.3		DECAS	2.874,34	2.874,34			2.874,34	2.874,34		
	CX3	FM DECAS	2.874,34	2.874,34			2.874,34	2.874,34		
11.8.4		DPU	486,99	486,99			486,99	486,99		
	CX4	FM DPU	486,99	486,99			486,99	486,99		
11.8.5		PRESIDENCIA	4.043,57	4.043,57			4.043,57	4.043,57		
	CX5	FM PRESIDENTE	4.043,57	4.043,57			4.043,57	4.043,57		
11.8.6		VEREADOR RPTI 1	1.717,97	1.717,97			1.717,97	1.717,97		
	CX6	VEREADOR RPTI 1	1.717,97	1.717,97			1.717,97	1.717,97		
11.8.7		VEREADOR RPTI 2	1.273,48	1.273,48			1.273,48	1.273,48		
	CX7	VEREADOR RPTI 2	1.273,48	1.273,48			1.273,48	1.273,48		
11.8.8		VEREADOR RPTI 3	100,00	100,00			100,00	100,00		
	CX8	VERREADORR RPTI 3	100,00	100,00			100,00	100,00		
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	12.202.230,71	11.534.527,09			12.202.230,71	11.534.527,09	667.703,62	
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	9.512.691,78	8.945.031,34			9.512.691,78	8.945.031,34	567.660,44	
	0035/00000038430	CGD	8.885.696,65	8.866.464,80			8.885.696,65	8.866.464,80	19.231,85	
	0035/00001129320	CGD	19.951,92				19.951,92		19.951,92	
	0035/00001129730	CGD	607.043,21	78.566,54			607.043,21	78.566,54	528.476,67	
12.2		BANCO SANTANDER TOTTA	1.367.215,66	1.312.010,77			1.367.215,66	1.312.010,77	55.204,89	
	0018/00032084298020	BTA	5.149,37				5.149,37		5.149,37	
	0018/10533024020	BTA	900,18				900,18		900,18	
	0018/14401376020	BTA	1.643,81				1.643,81		1.643,81	
	0018/14497465020	BTA	27.354,91	22.000,00			27.354,91	22.000,00	5.354,91	
	0018/14824607001	BTA	1.014.813,56	982.010,77			1.014.813,56	982.010,77	32.802,79	
	0018/15094725020	BTA	4.681,88				4.681,88		4.681,88	
	0018/15889736020	BTA	28.764,16	28.000,00			28.764,16	28.000,00	764,16	
	0018/17568171020	BTA	3.269,69				3.269,69		3.269,69	
	0018/17996034020	BTA	280.595,23	280.000,00			280.595,23	280.000,00	595,23	
	0018/24966582020	BTA	38,65				38,65		38,65	
	0018/32379778020	BTA	4,22				4,22		4,22	
12.3		BANCO BIC	167.107,14	162.560,21			167.107,14	162.560,21	4.546,93	
	0079/00490503810	BIC	117.107,14	112.560,21			117.107,14	112.560,21	4.546,93	
	0079/00490503820	BIC	50.000,00	50.000,00			50.000,00	50.000,00		
12.4		BCP MILLENNIUM	5.093,14	420,00			5.093,14	420,00	4.673,14	
	0033/00056436347	BCP	5.093,14	420,00			5.093,14	420,00	4.673,14	
12.5		NOVO BANCO	12.325,65	15,33			12.325,65	15,33	12.310,32	
	0007/54700062007	BES	6.293,18				6.293,18		6.293,18	
	0007/54700868009	BES	6.032,47	15,33			6.032,47	15,33	6.017,14	
12.6		CAIXA CREDITO AGRICOLA ALTO MINHO	1.072.311,98	1.068.786,93			1.072.311,98	1.068.786,93	3.525,05	
	0045/40024534053	CCAM	892.019,27	888.847,83			892.019,27	888.847,83	3.171,44	
	0045/40285632054	CCAM	168.084,85	167.939,10			168.084,85	167.939,10	145,75	
	0045/40285634511	CCAM	12.207,86	12.000,00			12.207,86	12.000,00	207,86	
12.7		BANCO BPI	5.807,15				5.807,15		5.807,15	
	0010/3654235001001	BPI	5.807,15				5.807,15		5.807,15	
12.8		BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA E ARGENTARIA	59.678,21	45.702,51			59.678,21	45.702,51	13.975,70	
	0019/20000383	BBVA	59.678,21	45.702,51			59.678,21	45.702,51	13.975,70	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	26.449.145,42	25.772.080,49			26.449.145,42	25.772.080,49	677.064,93	
		DOCUMENTOS	8.342,85				8.342,85		8.342,85	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	11.034.560,32	11.032.036,41			11.034.560,32	11.032.036,41	2.523,91	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	1.417.946,81	743.405,79			1.417.946,81	743.405,79	674.541,02	

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ÓRGÃO EXECUTIVO

REGULAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No uso das competências a que se refere a alínea a) do nº 7 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro e para cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), a Câmara Municipal de Paredes de Coura elaborou o presente Regulamento do Sistema de Controlo Interno, adiante designado de Regulamento, que servirá de pilar orientador para a entrada em vigor do novo regime contabilístico.

CAPITULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Objectivo e Âmbito de Aplicação)

O presente Regulamento reúne, define, determina e regula, no plano de organização, os métodos e procedimentos a serem observados por todos os serviços municipais.

CAPITULO II

COMPETÊNCIAS

Artigo 2.º

(Presidente)

1- Compete ao Presidente da Câmara Municipal a coordenação de todas as operações que envolvem a gestão financeira e patrimonial da autarquia, salvo os casos em que, por imperativo legal, deva expressamente intervir o órgão executivo.

2- Por acto de delegação de competências, podem ser distribuídas aos Vereadores competências específicas.

3- Nos termos e limites definidos por diplomas próprios poderão ainda ser delegadas competências nos dirigentes municipais, em matéria de autorização de despesas.

4- Nenhuma despesa poderá ser assumida sem que haja uma autorização prévia expressa, sendo em caso contrário, para efeitos internos, considerada inexistente com responsabilização do autor.

5- Por actos que contrariem o preceituado neste Regulamento e os seus princípios gerais respondem, por si e seus subordinados, sem prejuízo de posterior responsabilização do autor do acto.

Artigo 3.º

(Tesouraria)

Compete a Tesouraria:

a) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, dos valores monetários excedentes em tesouraria,

nos termos definidos neste diploma;

b) Proceder à guarda dos valores monetários;

c) Movimentar, em conjunto com o Presidente da Câmara, ou Vereador com competência delegada, os fundos depositados em instituições bancárias;

d) Liquidar juros moratórios, referentes à arrecadação de receitas;

e) Elaborar balancetes diários de tesouraria.

f) Anular os cheques em trânsito emitidos pela Autarquia há mais de 6 meses.

Artigo 4.º

(Divisão de Planeamento e Projectos - DPP)

Compete a Divisão de Planeamento e Projectos:

a) Desenvolver toda a tramitação dos procedimentos conducentes à adjudicação de empreitadas de obras públicas, desde a decisão que ordena a abertura do procedimento até à celebração do respectivo contrato exclusive;

b) Superintender na gestão do armazém, elaborando relatórios parciais periódicos, em colaboração com a Divisão Administrativa e Financeira, bem como relatórios de ocorrências;

c) Colaborar com a Divisão Administrativa e Financeira no caso em que os pagamentos comparticipações financeiras passem por si.

d) D) Exercer as demais funções que forem determinadas pelo presidente da Câmara.

Artigo 5.º

(Armazém)

Compete ao Serviço de Armazém, no contexto do seu relacionamento com fornecedores e outros serviços da Autarquia:

a) Receber cópias de requisições e notas de encomenda emitidas pelo serviço de aprovisionamento, que guarda em ficheiro de fornecedores;

b) Receber encomendas, confrontando as respectivas guias de remessa com as requisições ou notas de encomenda em seu poder;

c) Conferir as condições de recepção dos bens (quantidade e qualidade), emitir e entregar as notas de recepção;

d) Registar as entradas e saídas movimentando as fichas de armazém;

e) Enviar ao Serviço de Aprovisionamento cópia da guia de remessa devidamente conferida;

f) Manter arquivadas as cópias de guias de remessa de bens e matérias-primas recebidas, por natureza de espécie;

g) Fornecer os bens que lhe forem requisitados, registando as respectivas saídas na ficha de existências e arquivando as requisições internas;

h) Todos os registos nas fichas de existências são efectuados segundo o método do custo médio ponderado.

Artigo 6.º

(Divisão Administrativa e Financeira - DAF)

1 – Compete à Secção de Contabilidade da DAF:

a) Colaborar na elaboração do plano plurianual de actividades e orçamento, coligindo todos os elementos necessários para esse fim e proceder à apresentação dos mesmos;

b) Acompanhar a execução dos documentos referidos na alínea a), introduzindo as modificações que se imponham ou sejam recomendadas;

c) Proceder ao débito de documentos ao tesoureiro, para cobrança de receitas virtuais;

d) Receber do Serviço de Aprovisionamento as facturas e as guias de remessa e a requisição externa, devidamente conferidas;

e) Registar facturas e movimentar as devidas contas;

f) Submeter à autorização superior os pagamentos a efectuar e emitir ordens de pagamento;

g) Entregar regularmente as receitas cobradas para outras entidades;

h) Coligir os elementos necessários e elaborar as relações para efeitos fiscais;

i) Escriturar os livros e demais documentos e fichas de contabilização de receitas e das despesas, de acordo com as normas legais;

j) Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;

k) Elaborar os documentos de prestação de contas, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, coligindo todos os elementos necessários para esse fim, observando o preceituado no nº 2 do ponto 2 do Pocal Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e submetê-los à aprovação do órgão executivo;

l) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas devidamente aprovados, bem como cópias destes e dos documentos provisionais às outras entidades a que por Lei, haja obrigação

de fazê-lo;

m) Comunicar ao Serviço de Património as aquisições e abates de bens do imobilizado;

n) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal.

2 - Compete ao Serviço de Património da DAF:

a) Executar e acompanhar, através dos elementos fornecidos pelos vários Serviços Municipais, todos os processos de inventariação, aquisição, transferência, abate, permuta e venda de bens móveis e imóveis;

b) Assegurar a gestão e controlo do património;

c) Proceder ao inventário anual;

d) Realizar inventariações periódicas, de acordo com as necessidades do serviço;

e) Manter os registos com os elementos necessários ao preenchimento das fichas de amortizações;

f) A todos os processos e procedimentos de controlo a realizar nesta área aplica-se o disposto no «regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura».

g) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal

3 - Compete ao Serviço de Aprovisionamento da DAF:

a) Proceder à cabimentação e ao compromisso de verbas, disponíveis em matéria de realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas;

b) Promover todos os procedimentos referentes a locação e aquisição de bens e serviços,

c) Organizar os procedimentos conducentes à aquisição e alienação de bens imóveis pelo Município;

d) Efectuar os registos contabilísticos da classe 0 (zero);

e) Proceder à verificação de facturas e guias de remessa e respectivos registos contabilísticos para posterior remessa à Secção de Contabilidade;

f) Compete, ainda, ao Serviço de Aprovisionamento manter à sua guarda determinados bens de consumo interno, destinados ao funcionamento dos serviços administrativos, em geral, e dos Paços do Concelho, em particular, nomeadamente material de secretaria e de limpeza de instalações.

CAPITULO III

PRINCÍPIOS E REGRAS

Artigo 7.º

(Princípios Orçamentais)

Na elaboração e execução do orçamento da autarquia devem ser seguidos os seguintes princípios orçamentais;

a) PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA - a elaboração, aprovação e execução do orçamento das autarquias locais é independente do Orçamento do Estado;

b) PRINCÍPIO DA ANUALIDADE - os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;

c) PRINCÍPIO DA UNIDADE - o orçamento das autarquias locais é único;

d) PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE - o orçamento compreende todas as despesas e receitas, inclusive as dos serviços municipalizados, em termos globais, devendo o orçamento destes serviços apresentar-se em anexo;

e) PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO - o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes;

f) PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO - o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;

g) PRINCÍPIO DA NÃO CONSIGNAÇÃO - o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for expressamente permitida por lei;

h) PRINCÍPIO DA NÃO COMPENSAÇÃO - todas as despesas e receitas são inscritas pela sua importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

Artigo 8.º

(Princípios Contabilísticos)

A aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais a seguir formulados deve conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da autarquia:

a) PRINCÍPIO DA ENTIDADE CONTABILISTICA- constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o presente

Plano. Quando as estruturas organizativas e as necessidades de gestão e informação o requeiram, podem ser criadas sub-entidades contabilísticas, desde que esteja devidamente assegurada a coordenação com o sistema central;

b) PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE - considera-se que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;

c) PRINCÍPIO DA CONSISTÊNCIA - considera-se que a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser referida de acordo com o anexo às demonstrações financeiras;

d) PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO (ou do acréscimo) - os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;

e) PRINCÍPIO DO CUSTO HISTÓRICO - os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção;

f) PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA - significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;

g) PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE - as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral;

h) PRINCÍPIO DA NÃO COMPENSAÇÃO - os elementos das rubricas do activo e do passivo (balanço), dos custos e perdas e de proveitos e ganhos (demonstração de resultados) são apresentados em separado, não podendo ser compensados.

Artigo 9.°

(Regras Previsionais)

A elaboração do orçamento da autarquia deve obedecer às seguintes regras previsionais:

a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento, que possuam registos históricos relativos aos últimos 24 meses, não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração;

b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efectiva atribuição pela entidade competente;

c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, a considerar no orçamento aprovado, devem ser as constantes do Orçamento do Estado em vigor (até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que respeita);

d) As importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato;

e) As importâncias previstas para despesas com pessoal devem ter em conta apenas o pessoal que ocupe lugares de quadro, requisitado e em comissão de serviço ou contratos a termo certo, bem como aquele cujos contratos ou abertura de concurso para ingresso ou acesso estejam devidamente aprovados no momento da elaboração do orçamento;

f) No orçamento inicial as importâncias a considerar nas rubricas «Remunerações de pessoal» devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor.

CAPITULO IV

TIPOS DE CONTABILIDADE

Artigo 10.°

(Caracterização)

O POCAL prevê a existência de três sistemas de contabilidade:

a) Contabilidade Orçamental, reservando-se para o efeito a classe 0 e conta "25 - Devedores e Credores pela Execução do Orçamento" do plano de contas proposto. Este tipo de contabilidade proporciona informação gerada pelas diferentes fases da execução do Orçamento;

b) Contabilidade Patrimonial, que representará um sistema novo nas Autarquias, estando destinadas a este sistema as contas da classe 1 a 8 do plano de contas;

c) Contabilidade de Custos, que é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. São apresentados alguns mapas contabilísticos que permitam apurar os custos dos serviços, o apuramento dos custos indirectos, o apuramento dos custos directos da função, etc. Não está prevista nenhuma classe para a contabilidade de custos, onde normalmente é reservada a classe 9 para este sistema.

CAPITULO V

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Artigo 11.°

(Dos documentos)

São documentos obrigatórios todos os que se encontram definidos pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei nº 315/00, de 2 de Dezembro e Decreto-Lei nº 84-A/02, de 9 de Abril.

CAPÍTULO VI

RECEITAS

Artigo 12.º

(Regras Orçamentais)

Na execução do orçamento das receitas da autarquia devem ser respeitadas as seguintes regras:

a) As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada;

b) A cobrança de receitas pode no entanto ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento;

c) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de Dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efectuar;

Artigo 13.º

(Cobrança de receitas e outros fundos)

1- Incumbe a todos os Serviços Municipais a cobrança das receitas destinadas aos cofres do Município, bem como quaisquer outros fundos, destinados a outras entidades, em que aqueles sejam intervenientes.

2- Os serviços emissores de guias de receita são, nomeadamente, os seguintes:

a) Secção Central da Divisão Administrativa e Financeira, quando de trate de:

- Publicidade;
- Espectáculos;
- Taxas por prestação de serviços;
- Transportes escolares;
- Utilização de pavilhões desportivos;
- Utilização do autocarro;
- Utilização do centro Cultural
- Multas e coimas;
- Notariado privativo;
- Esgotos;

- Resíduos sólidos;
- Limpeza de fossas;
- Mercados e feiras;
- Cemitérios;
- Trabalhos da responsabilidade de particulares;
- Entradas de instalações desportivas e recreativas;
- Ocupação da via pública;
- Uso e porte de arma;
- Transferência de arma;
- Licença de caça;
- Carta de Caçador;
- Licença de condução de ciclomotor e veículos agrícolas;
- Transferência de ciclomotor;
- Imposto selo contratos de pessoal;
- Outras receitas municipais a cargo da Secção;
- Outros fundos por operação de tesouraria a cargo da Secção.

b) Secção de Contabilidade quando de trate de:

- Impostos directos e indirectos;
- Juro de depósitos, obrigações e empréstimos;
- Transferências correntes e de capital;
- Empréstimos;
- Reposições abatidas nos pagamentos
- Deduções nos pagamentos;
- Descontos dos vencimentos dos funcionários e agentes;
- Outras receitas municipais a cargo da Secção;
- Outros fundos por operação de tesouraria a cargo da Secção.

c) A Divisão de Planeamento e Projectos, quando se trate de:

- Processos de concurso;

- Ocupação da via pública por motivo de obras;
- Loteamentos, obras, taxas urbanísticas e licenças diversas;
- Trabalhos da responsabilidade de particulares ;
- Inscrição de técnicos;
- Outras taxas a cargo da Divisão;
- Outros fundos por operação de tesouraria a cargo da Divisão.

3- Na primeira reunião de cada mandato, a Câmara Municipal definirá quais as receitas que devem ser objecto de cobrança virtual. Estas serão previamente debitadas ao tesoureiro para cobrança, pelo Serviço de Contabilidade.

4- Em caso de cobrança por funcionários estranhos à Tesouraria e em local diverso daquela, há a obrigatoriedade de depósito do produto da cobrança no próprio dia ou no dia útil imediato podendo ser estabelecidos mecanismos de depósito automático.

CAPÍTULO VII

TESOURARIA

Artigo 14.º

(Organização interna)

A Tesouraria é o serviço onde se encontra centralizado todo o fluxo financeiro, com passagem obrigatória de todas as receitas e despesas, bem como de outros fundos extra-orçamentais cuja contabilização esteja a cargo da Autarquia.

Artigo 15.º

(Responsabilidade do Tesoureiro)

1- O tesoureiro é responsável pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua responsabilidade;

2- O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto de valores que lhe são confiados e os outros funcionários e agentes em serviço na tesouraria respondem perante o respectivo tesoureiro pelos actos e omissões que se traduzam em situações de alcance, qualquer que seja a sua natureza, devendo o tesoureiro adoptar um sistema de apuramento diário de contas relativo a cada caixa, segundo o que se encontra em vigor nas tesouraria da Fazenda Pública, com as devidas adaptações.

3- A responsabilidade por situações de alcance não é imputável ao tesoureiro estranho aos factos que as geraram ou mantêm, excepto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, houver procedido com culpa.

4- O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos e documentos entregues à sua guarda,

deve ser verificado pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira com periodicidade trimestral e sem prévio aviso, para além da verificação obrigatória nos períodos e eventos fixados por lei.

5- São lavrados termos da contagem dos valores sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo dirigente para o efeito designado e pelo tesoureiro, no início de mandatos, e ainda pelo tesoureiro cessante no caso da sua substituição.

CAPÍTULO VIII

DESPESAS

Artigo 16.º

(Regras Orçamentais)

Na execução do orçamento das despesa da autarquia devem ser respeitadas as seguintes regras:

a) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente;

b) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;

c) As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas;

d) As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de Dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento;

e) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos na alínea d) no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de Dezembro do ano a que respeita o crédito;

f) Os serviços devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.

Artigo 17.º

(Serviços)

1- Seguem regime próprio determinadas despesas para as quais estão vocacionados serviços especializados, tais como empreitadas de obras públicas e fornecimentos com elas relacionados e despesas com o pessoal.

2- Compete aos responsáveis dos diversos serviços verificar a necessidade de aquisição de bens ou serviços e obter autorização superior para desencadear o processo de despesa, após o que encaminham o assunto para o serviço de aprovisionamento.

CAPÍTULO IX

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

SECÇÃO I

Disponibilidades

Artigo 18.º

(Caixa, montantes e documentos)

1- A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor correspondente a 5% das despesas correntes inscritas no orçamento da autarquia, respeitando-se um mínimo de 50€ e um máximo de 5 000€.

2- Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores ociosos, competindo ao chefe da DAF decidir sobre a forma de aplicação, segundo orientação da Presidência.

3- Os pagamentos devem ser feitos por transferência bancária, cheque ou dinheiro, nesta ordem de preferência, em função do montante a pagar.

4- As receitas devem ser registadas imediatamente em caixa e depositadas diariamente.

Artigo 19.º

(Fundo de Maneio)

1- Em caso de reconhecida necessidade poderá por despacho do Presidente da Câmara ser autorizada a constituição de fundos de maneio , com vista ao pagamento de pequenas despesas inadiáveis.

2- No momento da constituição de cada fundo de maneio efectua-se o cabimento no nome do responsável pela sua posse.

3 – No momento da constituição do fundo de maneio o Presidente da Câmara deve, aprovar as seguintes normas:

a) O montante que constitui o fundo de maneio e o(s) código(s) da classificação orgânica/económica que disponibilizam as dotações necessárias para o efeito;
b) O responsável pela sua posse;
c) A natureza das despesas a pagar pelo fundo de maneio;
d) A sua reconstituição será contra entrega dos documentos justificativos das despesas;
e) A sua reposição ocorrerá, obrigatoriamente, até 31 de Dezembro de cada ano.

Artigo 20.º

(Controlo das contas bancárias)

1- A movimentação das contas bancárias tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo Tesoureiro e pelo Presidente da Câmara ou Vereadores com competência delegada.

2- Os cheques serão emitidos na Secção de Contabilidade e apensos à respectiva ordem de pagamento, sendo remetidos à Tesouraria, para pagamento, após serem devidamente assinados, pelo Presidente da Câmara ou por Vereador com competência delegada.

3- Os cheques não preenchidos estão à guarda do Chefe da Secção de Contabilidade.

4- Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, serão arquivados sequencialmente pelo Serviço de Contabilidade, após inutilização das assinaturas, quando as houver.

5- A Tesouraria manterá permanentemente actualizadas as contas correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome da autarquia.

6- O Serviço de Contabilidade fará uma reconciliação bancária no último dia útil de cada mês, através de um funcionário que não se encontre afecto à tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas correntes e designado rotativamente para o efeito pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

7- Quando se verifiquem diferenças nas reconciliações bancarias, são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar, mediante despacho da presidência, a inserir em informação da Divisão Administrativa e Financeira com os adequados fundamentos.

8- Após cada reconciliação bancária, a Secção de Contabilidade analisa a validade dos cheques em transito, promovendo o respectivo cancelamento, junto da instituição bancária, nas situações que o justifiquem, efectuando os necessários registos contabilísticos de regularização.

Artigo 21.º

(Critérios valorimétricos)

1- As disponibilidades de Caixa e os depósitos em instituições financeiras são expressos pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

2- As disponibilidades em moeda estrangeira deverão ser expressas no balanço final do exercício ao câmbio em vigor na data a que se reporta.

3- As diferenças de câmbio apuradas são contabilizadas nas contas «685 Custos e perdas financeiros - diferenças de câmbio desfavoráveis» ou «785 Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

4- Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

5- Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.

6- Na situação prevista no nº 4 deve constituir-se ou reforçar-se a provisão pela diferença entre os respectivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

SECÇÃO II

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

Artigo 22.º

(Operações de controlo)

1- As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam:
   a) Ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.
   b) À data do balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não existia fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data.

2- Como principio geral, as diferenças de câmbio resultantes da actualização referida no ponto anterior, são reconhecidas como resultados do exercício da seguinte forma:
   a) Nas contas «685 Custos Proveitos e Ganhos financeiros – Diferenças de Câmbio desfavoráveis» ou «785 Proveitos e Ganhos financeiros – diferenças de câmbio favoráveis».
   b) Tratando-se de diferenças favoráveis resultantes de dívidas de médio e longo prazos, deverão ser diferidas, caso existam expectativas razoáveis de que o ganho é reversível. Estas serão transferidas para a conta 785 no exercício em que se efectuarem os pagamentos ou recebimentos, totais ou parciais, das dívidas com que estão relacionadas e pela parte correspondente a cada pagamento ou recebimento.

3- Relativamente às diferenças de câmbio provenientes de financiamentos destinados a imobilizações, admite-se que sejam imputados a estas somente durante o período em que tais imobilizações estiverem em curso.

4- Quando a importância das dividas a pagar for superior à quantia arrecadada a diferença pode ser levada ao activo, sendo registada na conta «272 Acréscimos e diferimentos - custos diferidos».

5- Tal como acontece com outras provisões, as que respeitam a riscos e encargos resultantes de dividas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades da autarquia.

SECÇÃO III

EXISTÊNCIAS

Artigo 23.º
(Operações de controlo)

1- Para cada local de armazenagem de existências será nomeado pelo Presidente, sob proposta dos respectivos Dirigentes/Responsáveis, um responsável pelos bens aí depositados.

2- As entradas ou saídas dos materiais dos armazéns apenas é permitida mediante a respectiva guia de remessa ou requisição interna.

3- As sobras de materiais darão, obrigatoriamente, entrada em armazém, através da competente guia de devolução ou reentrada.

4- As existências devem ser periodicamente sujeitas a inventariação física, podendo utilizar testes de amostragem, procedendo-se às regularizações necessárias e ao apuramento de responsabilidades, quando for o caso.

5- As fichas de armazém são movimentadas por forma a que o seu saldo corresponda permanentemente aos bens existentes, não podendo no entanto este proceder ao manuseamento físico das existências, pelo que deva adoptar-se o sistema de inventário permanente, que permite, a cada momento, o conhecimento do valor das existências e um balanceamento sistemático entre proveitos e custos.

6- No caso de serem detectadas eventuais irregularidades deve-se proceder, com a maior celeridade possível, à sua correcção e apuramento de responsabilidades.

Artigo 24.º

(Critérios valorimétricos)

1- As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao de produção, sem prejuízo das excepções adiante consideradas.

2- O custo de aquisição ou de produção das existências devem ser determinados com as definições seguidamente enunciadas:

a) Considera-se como custo de aquisição a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e no local de armazenagem;

b) Considera-se como custo de produção a soma do custo das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa, dos custos variáveis e fixos necessários para produzir e colocar no estado em que se encontra e no local de armazenagem;

c) Os custos de distribuição, de administração geral e os financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

3- Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4- Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros factores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no ponto 3.

5- Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

6- Considera-se como valor realizável liquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

7- Relativamente às situações previstas nos nºs 3 e 4 do presente artigo, as diferenças serão expressas pela provisão para a depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8- O método de custeio a adoptar nas saídas de armazém é o do custo médio ponderado.

9- Nas actividades de caracter plurianual, designadamente, os produtos e trabalhos em curso podem ser valorizados, no fim do exercício, pelo método da percentagem de acabamento ou, alternativamente, mediante a manutenção dos respectivos custos até ao acabamento.

10- A percentagem de acabamento de uma obra corresponde ao seu nível de execução global é dada pela relação entre o total dos custos incorridos e a soma destes com os estimados para completar a sua execução.

SECÇÃO IV

IMOBILIZADO

Artigo 25.º

(Métodos e Procedimentos)

1- As fichas de imobilizado são mantidas permanentemente actualizadas.

2- As aquisições de imobilizado são efectuadas, de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base em deliberações do órgão executivo, através de requisições ou de documento equivalente, designadamente contrato emitido pelos responsáveis designados para o efeito, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de empreitadas e fornecimentos.

3- Devem ser realizadas reconciliações entre os registos das fichas e os registos contabilísticos quanto aos montantes das aquisições e das amortizações acumuladas.

4- Deve-se efectuar a verificação física periódica dos bens do activo imobilizado e respectiva conferência

com os registos, procedendo-se prontamente às regularizações a que houver lugar e ao apuramento de responsabilidades, quando for caso disso.

Artigo 26.º

(Critérios valorimétricos)

1- O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

2- Quando os respectivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 28/98, de 26 de Novembro.

3- considera-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa e indirectamente para colocar no seu estado actual.

4- Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais directos consumidos, da mão-de-obra directa e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o reduzir.

5- O custo de distribuição, de administração geral e financeiros não são incorporáveis no custo de produção.

6- Quando se trate de activos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adeqúem à natureza desses bens.

7- O critério de valorimetria aplicado será explicitado e justificado em anexo adequado, devendo-se, no entanto, ter em atenção o seguinte:

   a) Caso o critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objecto de uma grande reparação, assumindo assim o valor desta;

   b) Na impossibilidade de valorização dos bens, estes deverão ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade.

8- No caso de inventariação inicial de activos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, ou cujo apuramento não seja exequível, aplica-se o disposto no número anterior.

9- No caso de transferências de activos entre entidades abrangidas pelo POCAL, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no POCAL, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e

sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

10- Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no número 6.

11- Os bens de domínio público classificáveis como tal na legislação em vigor, serão incluídos no activo imobilizado da autarquia, sendo esta a entidade responsável pela administração ou controlo, estejam afectos ou não à sua actividade operacional.

12- A valorização destes bens será efectuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, devendo nos casos restantes aplicar-se o disposto no número 9.

13- As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, devem ser amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

14- Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada devendo esta cessar logo que deixe de verificar-se a situação indicada.

15- Quando à data do balanço os elementos do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objecto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente.

16- Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixaram de existir os motivos que a originaram.

17- Como regra geral, os bens de imobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização (não são permitidas reavaliações livres).

18- Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respectivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

19. Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

CAPÍTULO X

CRITÉRIOS E MÉTODOS ESPECÍFICOS

Artigo 27.º

(Provisões)

1- A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

2- São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente a:

a) Aplicações de tesouraria;

b) Cobranças duvidosas;

c) Depreciação de existências;

d) Obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso;

e) Acidentes de trabalho e doenças profissionais.

3- Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dividas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

4- As dividas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respectivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

5- Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dividas:

a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais;

b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com excepção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

6- De referir que para efeitos finais só são aceites as provisões que tiverem por fim a cobertura de créditos resultantes da actividade normal que nos termos do exercício possam ser consideradas de cobrança duvidosa e que estejam evidentemente como tal na contabilidade.

7- Apesar da limitação patenteada no número anterior devem constituir-se provisões para cobertura de créditos não resultantes da actividade normal, caso se mostre necessário, pois só assim é possível transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações da Autarquia.

Artigo 28 °

(Amortizações)

1- A amortização de bens do imobilizado obedecerá ao disposto na Portaria nº 671/2000, de 27 de Abril (II Série), nas situações omissas o diploma será o Decreto-Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

2- A amortização dos elementos do activo imobilizado, sujeitos a depreciação ou a desperecimento, são consideradas como custo.

3- O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, devendo as alterações a esta regra ser explicitadas no anexo ao balanço e as contas de funcionamento e investimento.

4- Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização, aceite como custo do exercício, determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

5- A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do activo imobilizado corpóreo adquirido em segunda mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

6- A amortização dos elementos do activo imobilizado é considerada como extraordinária enquanto estes não mostrarem em funcionamento.

7- Quanto à data do encerramento do balanço, os elementos do activo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada à sua vida útil, que tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade devem ser objecto de amortização extraordinária correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente.

8- A amortização extraordinária, criada nos termos do número anterior, não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

9- O valor unitário e as condições em que os elementos do activo imobilizado sujeitos a deperecimento possam ser amortizados num só exercícios são os definidos por lei.

10- No caso de bens adquiridos em estado de uso ou sujeitos a grandes reparações e beneficiações, que aumentam o seu valor, serão amortizados de acordo com a seguinte fórmula:

A = V / N

Em que:

A ⇒ Amortização

V ⇒ Valor Contabilístico

N ⇒ Número de anos de vida útil estimados.

Artigo 29.º

(Resultado liquido do exercício)

1- A aplicação do resultado liquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2- No inicio de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados Transitados».

3- Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados Transitados», o seu montante deve ser repartido da seguinte forma:

   a) Reforço do património;

   b) Constituição ou reforço de reservas.

4- É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta «51 Património» corresponda a 20% do acto liquido.

5- Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta «571 Reservas Legais», no valor mínimo de 5% do resultado liquido do exercício.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º

(Implementação)

De acordo com o preceituado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei nº 315/2000., de 2 Dezembro e Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 9 de Abril, o presente Regulamento entra imediatamente em vigor.

Artigo 31.º

(Alterações)

O presente documento pode ser alterado por deliberação do órgão executivo, sempre que razões de eficácia o justifiquem.

Aprovado em Reunião do Órgão Executivo em 23 de Dezembro de 2002.

E D I T A L

José Augusto Brito Pacheco, Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de Coura:

TORNA PÚBLICO, nos termos do nº1. do Art. 20º do Regimento, conjugado com o número 1 do art.º 28º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que no próximo dia **27 de abril, às 21h00**, se realizará, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão anterior.

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.

Ponto n.º 3 – Intervenções políticas pelos grupos municipais.

= ORDEM DO DIA =

Ponto n.º 01 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas relativa ao ano de 2017.

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, para o ano de 2018.

Ponto n.º 04 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-03-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Ponto n.º 05 – Intervenção do público.

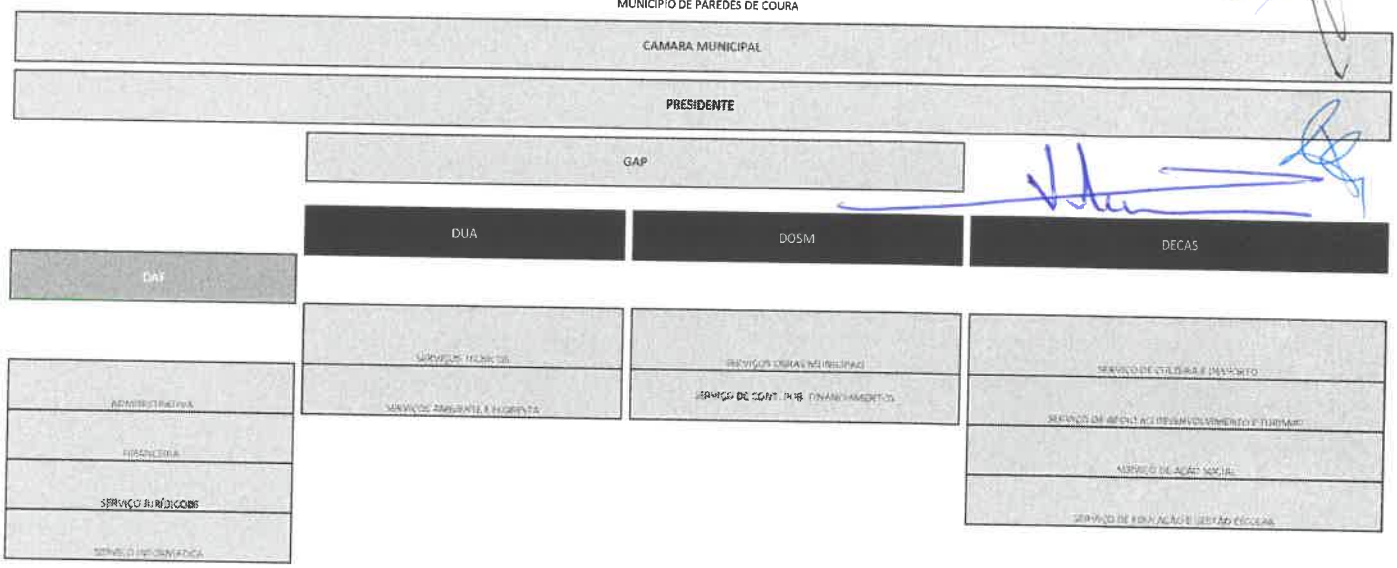
Para que conste se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais públicos de costume e que serve de convocatória

PAREDES DE COURA, 16 de abril de 2018
O Presidente da Assembleia,

MUNICÍPIO DE
PAREDES DE COURA

Notas ao balanço e Demonstração de Resultados

Ano Económico 2017


CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDENTE
GAP
DUA
DOSM
DECAS
DAF
SERVIÇOS TÉCNICOS
SERVIÇOS AMBIENTE E HORTA
SERVIÇOS OBRAS MUNICIPAIS
SERVIÇO DE CONT. DE PLANEAMENTO
SERVIÇO DE CULTURA E DESPORTO
SERVIÇOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E TURISMO
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR
ADMINISTRATIVA
FINANCEIRA
SERVIÇOS JURÍDICOS
SERVIÇO DE INFORMÁTICA

ANEXO VI

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA		8.1.1
1.1	**ENDEREÇO POSTAL:** LARGO VISCONDE DE MOSELOS - 4940 -525 PAREDES DE COURA	
	TELEFONE - 251780100 **FAX** - 251780118 MAIL : geral**@paredesdecoura**.pt	
	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506632938	

1.2	NÚMERO DE ELEITORES		
MUNICÍPIO	Até 10 000		X
	Mais de 10 000 e menos de 40 000		
	Igual ou superior a 40 000		
FONTE: INE			

2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
	Data de constituição ___/___/___ publicada no D.R. de ___/___/___	

3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
	A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?	N
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:	

3.2	EMPRESAS MUNICIPAIS	
	A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?	N
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:	

3.3	ÓRGÃOS	
	Tem órgãos de natureza consultiva?	N
	Tem órgãos de fiscalização?	S

3.4	ORGANOGRAMA - VER ANEXO

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
	Administração financeira e patrimonial; Planeamento e gestão urbanística; Habitação social; Educação, desporto e cultura; Trânsito e transportes; Protecção civil	

5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
Presidente	Vitor Paulo Gomes Pereira	
Vereadores	Tiago Manuel Pereira da Cunha	
	Maria José Brito Lopes Moreira	
	Helena Barbosa Ramos Fernandes	
	Janine da Mata Azevedo Soares	
	Vitor Manuel Rosas da Silva	
	Sérgio de Sousa Caselhos	

5.2 NÚMERO DE VEREADORES

Em Regime de Permanência	2
A meio tempo	1
Restantes Vereadores	1

6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA — 8.1.6

1 - Descrição das características do sistema informativo	Programa Informático fornecido pela Medidata, em funcionamento nas seguintes áreas: Contabilidade; património; gestão de pessoal; gestão de águas; armazéns;obras municipais e empreitadas a partir de 2009		
2 - Demonstrações financeiras intervalares			
Documentadas		S	
Periodicidade		N	
3 - Descentralização Contabilística		N	
Em caso afirmativo descreva			
Outras informações			

7 OUTRA INFORMAÇÃO — 8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	Data de Aprovação Pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Pelo Órgão Deliberativo	Data de Alteração Órgão executivo	Data de Alteração Órgão Deliberativo
Inventário	14-04-2003	30-04-2003		
Norma Controlo Interno	23-12-2002			
Balanço Inicial	14-04-2003	30-04-2003		
Normas Regulamentares à execução do orçamento				
Outras				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

Identificação da última inspecção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:

IGAT entre 1 de Março de 2001 e 10 de maio de 2001. abrangendo os períodos de 1994/1997 e de 1998 até 10/05/2001

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

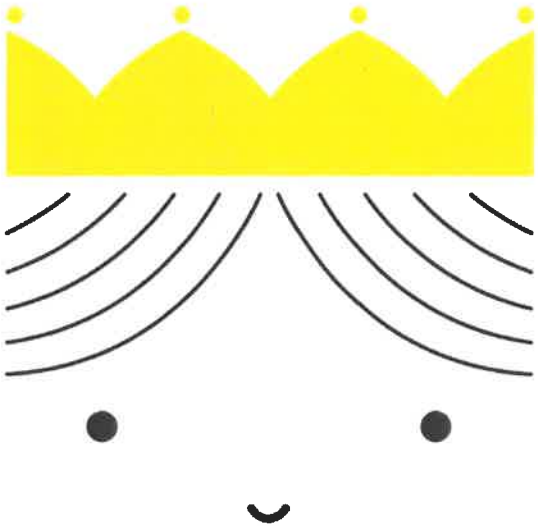
	Data de aprovação		Observações
Grandes Opções do Plano	16-12-2016		
Orçamento	16-12-2016		
Documentos de Prestação de Contas	17-04-2018		

8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

a)	Fundo de Equilíbrio Financeiro 2016	6.119.843,00	Fundo de Equilíbrio Financeiro 31-12-2017	6.312.818,00
	Fundo Social Municipal 2016	151.527,00	Fundo Social Municipal 31-12-2017	151.527,00
	Participação variável no IRS 2016	102.254,00	Participação variável no IRS 31-12-2017	97.685,00
	Total receitas correntes 31-12-2017	9.664.334,30		
	Despesas com pessoal	2.958.923,16		
	Despesas pessoal quadro	2.082.156,58		
	Despesas com pessoal fora quadro	0,00		
b)	Valor do investimento do ano anterior	1.759.932,26		
c)	Acção inspectiva - Entidade IGAT entre 12.04.2010 e 02.06.2010, abrangendo os períodos de 21.10.2005 até 11.04.2010			
d)	Não existe			

O Responsável pelos Serviços

Maria da Conceição Gonçalves Alves



MUNICÍPIO DE

PAREDES DE COURA

Anexo às Demonstrações Financeiras

Ano Económico 2017

Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam apoiar a avaliação da situação financeira económica do Município de Paredes de Coura, nos termos do ponto 2.4 do POCAL[1], no artigo 6º do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 26/2013, nº 4/2014 e nº 44/2015.

Os anexos às demonstrações financeiras comportam três partes distintas a saber:

8.1 – Caraterização da Entidade;

8.2 – Notas ao balanço e demonstração de resultados;

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

As notas elaboradas são numeradas de acordo com o estabelecido no ponto 8 do POCAL, explicitando todos os pontos quer aplicáveis ou não.

Os mapas financeiros e registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

Os balanços e demonstrações de resultados, dos últimos cinco anos, foram comparados tendo por base o princípio da continuidade.

8.1 – A caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município de Paredes de Coura consta de mapa síntese que acompanha a prestação de contas a enviar ao tribunal de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

[1] POCAL – Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

8.2.1 – Não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados do Município.

8.2.2 - As contas apresentadas no Balanço e Demonstração de Resultados são todas comparáveis com as do exercício anterior.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

Bens do Domínio Público:

a) Para os bens do imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 2001 foi usado o método do custo histórico, quando exista, e os métodos comparativos e valor patrimonial tributário para os restantes casos. O método comparativo consiste na comparação de bens já avaliados com caraterísticas similares, reconhecendo-lhes um valor semelhante.

b) Para os bens do imobilizado adquirido após 01 de janeiro de 2002, o método de custeio utilizado foi o custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Corpóreas:

a) Para os bens do imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 2001 foi usado o método do custo histórico, quando exista, e os métodos comparativo e valor patrimonial tributário para os restantes casos. O método comparativo consiste na comparação de bens já avaliados com caraterísticas similares, reconhecendo-lhes um valor semelhante. Estes métodos foram aplicados, quer aos bens móveis, quer aos bens imóveis.

b) Para os bens do imobilizado adquirido após 01 de janeiro de 2002, o método de custeio utilizado foi o custo de aquisição ou de produção.

Investimentos Financeiros:

Os investimentos financeiros correspondem a partes de capital e foram valorizados ao custo de aquisição.

Amortizações:

As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas no CIBE[2], aprovado pela Portaria nº 671/2000 de 17 de Abril, em regime de duodécimos, nos exercícios económicos posteriores a 2001.

Imobilizado em Curso:

Conta	Descrição	Saldo 31/12/2016	Aumentos	Diminuições	Transfª	Saldo 31/12/2017
442	**Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas**					
4422102	Instalações de serviços	75 359,86	2 116,41		-51 459,73	26 016,54
4422103	Instalações desportivas e recreativas	62 893,84	7 014,75		-17 609,25	52 299,34
4422104	Mercados e Instalações de fiscalização sanitária	0,00	44 292,30			44 292,30
4422106	Escolas	122 429,59	135 619,80		-21 596,65	236 452,74
4422108	Outros Edificios	11 623,50	61 236,22			72 859,72
4422202	Esgotos	14 901,23			-13 841,23	1 060,00
4422204	Parques e Jardins	20 904,96			-5 247,00	15 657,96
4422205	Instalações desportivas e recreativas	6 888,00				6 888,00
4422207	Viação Rural	310 528,48	11 022,25		-282 705,71	38 845,02
4422212	Outras	137 295,29	68 130,27		-79 367,35	126 058,21
4423	Equipamento Basico	45 900,69				45 900,69
445	**Imobilizações em curso de bens dominio público**					
4452	Edificios	0,00				0,00
4453	Outras Construções e infra-estruturas	86 469,00	120 370,88			206 839,88
4455	Outros bens de dominio publico	6 920,53	58 652,38		-6 920,53	58 652,38
		902 114,97	**508 455,26**	-	**-478 747,45**	**931 822,78**

As imobilizações em curso encontram-se contabilizadas pelo valor do custo da empreitada relativas a imobilizado corpóreo (666 330,52 euros) e bens do domínio público (265 492,26 euros) a saber:

- Caminho de Carvalhido – em Agualonga – 15/17;
- Caminho de Broi (2ªfase) em Ferreira – 15/17;
- Muro de suporte e vedação do caminho da Travessa da Costa em Cossourado;
- Aluguer de coberturas em chapa perfilada para as instalações provisórias da Escola EB 2,3 e Secundária de Paredes de Coura – 92/17_S;

[2] CIBE – Classificador Inventário dos Bens Estado

- Aluguer de módulos pré-fabricados para instalações provisórias da Escola EB 2,3 e Secundária de Paredes de Coura – 67/17_S;
- Aquisição Parcela de terreno em Mantelães (União Freguesias de Formariz e Ferreira);
- Aquisição de Parcela de Terreno para Criação do centro de BTT – Vascões;
- Criação de um Centro BTT;
- Beneficiação da Rede Viária Florestal de Apoio á Rede Primária – 21/17_E;
- Centro Cultural – Equipamentos de Acústica, Iluminação e AVAC;
- Centro de Investigação de Castanheira – 40/16_E;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de especialidades e para a Reabilitação da Antiga Sede da Junta para Centro Comunitário e de Investigação de Castanheira;
- Elaboração de Estudo prévio da ligação do parque Industrial de Formariz á Rede Viária Fundamental – 24/17_S;
- Elaboração do projeto de execução da Variante de Acesso á Zona Industrial de Formariz, Freguesia de Formariz – 25/16_S;
- Elaboração do projeto de execução de um Mercado de Rua no Largo Hintze Ribeiro;
- Elaboração do projeto de execução para Reabilitação do Antigo Edifício do Quartel dos Bombeiros para Quartel das Artes;
- Execução de dreno na EM 509, Freguesia de Mozelos – 21/14;
- Execução de infraestruturas e trabalhos complementares no Pavilhão Municipal;
- Galerias Hintze Ribeiro;
- Galerias Hintze Ribeiro (1ªfase) – carpintaria: Fornecimento de material e ferragens – 32/17_B;
- Galerias Largo Hintze Ribeiro – 2ªfase – 34/17_E;
- Levantamento Topográfico para projeto de execução da Variante da EN 303 com ligação á Rede Viária Fundamental – 30/17_S;
- Prestação de serviços de elaboração de estudos complementares ao Estudo Ambiental do Projeto de ampliação da ZIF – 37/16_S;
- Prestação de serviços de elaboração do levantamento topográfico para o projeto de execução da variante da EN303 com ligação á Rede Viária Fundamental;

- Prestação de serviços de elaboração do projeto de arquitetura para a Reabilitação do CEIA e Criação de Parque Micológico;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de arquitetura para a Reabilitação do centro Cultural de Paredes de Coura;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de arquitetura para a Reabilitação do Edifício Comercial do Largo Hintze Ribeiro e Espaço Urbano Envolvente - 27/17_S;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de especialidades para a Reabilitação da Antigo Escola Primária para a Casa do Retrato em Padornelo;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de execução da Variante da EN303 com ligação á Rede Viária Fundamental – 28/17;
- Prestação de serviço de elaboração do projeto de Prospeção Geológica e Geotécnica para o projeto de execução da Variante da EN303 com ligação á Rede Viária Fundamental – 29/17;
- Prestação de serviços de Criação de faixas de Redução de Combustível – 19/17_S;
- Prestação de serviços de Criação de faixas de redução de combustível com recurso a técnica de fogo controlado – 18/17;
- Prestação de serviços de Criação de faixas de redução de combustível – 2ªfase – 81/17_S;
- Prestação de serviços de definição de marcação de percursos BTT – 31/17_S;
- Prestação de serviços de elaboração do projeto de Arquitetura para a Reabilitação do Mercado Municipal e Espaço Urbano envolvente – 25/17;
- Prestação de serviços de elaboração de Arquitetura para a Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes - 44/16_S;
- Prestação de serviços de elaboração do projeto de especialidades para a Requalificação do centro Coordenador de Transportes;
- Prestação de serviços de elaboração do projeto de execução para a Requalificação do Acesso á Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura;
- Prestação de serviços de elaboração do projeto de execução para o Percurso Interpretativo entre o Taboão e a Ponte da Peideira;
- Prestação de serviços de elaboração dos projetos de especialidades para a Reabilitação do Mercado Municipal e Espaço urbano envolvente – 26/17;
- Produção de Ortofotomapas Digitais à Escala 1:2000 – CCP 60/15_S;

- Prestação serviço de Coordenação de Segurança e Saúde da Escola EB 2,3 e Secundária de Paredes de Coura – 16/16;
- Projeto de Arquitetura para a Reabilitação da Escola Secundária de Paredes de Coura – 69/15_S;
- Projeto de Certificação Energética "Reabilitação do Mercado Municipal de Paredes de Coura";
- Projeto de especialidades para Reabilitação Edifício Comercial Sito no Largo Hintze Ribeiro e Espaço Urbano Envolvente;
- Quartel das Artes de Paredes de Coura – 06/14;
- Reabilitação da Escola EB 2,3 e Secundária de Paredes de Coura – 16/16;
- Reabilitação do centro Coordenador de Transportes – 34/16;
- Realização de Estudo Hidrológico para Projeto "Meandros de Coura"
- Sistema de rega na margem esquerda da Praia Fluvial do Taboão (Zonas 1 E 4) – Fornecimento de material e equipamentos - 91/16_B.

Imobilizado corpóreo e bens de domínio público:

Durante o decorrer do ano de 2017, foram transferidas de Imobilizações em Curso (conta 44) para Imobilizado Corpóreo (conta 42) e bens do domínio público (conta 45), as seguintes obras:

- Pavimentação do Caminhos Municipais nas Freguesias de Coura, Infesta, União de Freguesias de Formariz e Ferreira e União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende – 27/16;
- Pavimentação de caminhos Municipais nas Freguesias de Coura, Cunha, Romarigães e Rubiães – 12/17_E;
- Beneficiação da Rede Viária nas Freguesias de Formariz, Linhares, Mozelos, Parada, Paredes de Coura e São Martinho de Coura – 49/17;
- Pavimentação do Caminhos Municipais nas Freguesias de Agualonga, Castanheira, Vascões, União de Freguesias de Bico e Cristelo e União de Freguesias de Insalde e Porreiras – 26/16;

- Construção de Muro de vedação em Perpianho no Lugar da Tomada, em Mozelos - 04/17;

- Beneficiação da Rede Viária nas Freguesias de Formariz, Linhares, Mozelos, Parada, Paredes de Coura e São Martinho de Coura – 49/16;

- Alargamento do Caminho do Engenho em Insalde – 26/17;

- Rede Viária – Execução de diversos Trabalhos – 24/17;

- Pavimentação de Caminhos Municipais nas Freguesias de Castanheira e Padornelo – 13/17;

- Execução de Alargamentos no Caminho do Montinho, em Bico e no Caminho de S. Pedro, em Vascões – 53/16;

- Substituição de Pavimento num Troço da Rua Dr. Albano barreiros – 36/17;

- Arranjo do Largo da Boa Viagem, em Agualonga – 20/17;

- Pavimentação do Caminho de Carvalhido, em Agualonga e Saneamento de Elevações em Romarigães e S. Martinho de Coura – 30/17;

- Levantamento e reposição de Cubo de granito no Lugar de Venade, Ferreira – 48/16;

- Beneficiação da Estrada de Chão Longo e do Caminho das Pardacinas, em Vascões – 09/17;

- Construção de Muro no C.M. da Várzea, em Parada – 65/05;

- Reabilitação do armazém na Zona Industrial de Castanheira – 43/16;

- Galerias Hintze Ribeiro – 1ªfase – 03/17;

- Parque de Estacionamento Subterrâneo Hintze Ribeiro – Sistema de CCTV;

- Instalações Sanitárias Públicas "Largo Hintze Ribeiro" – Reabilitação de WC masculino – 31/17;

- Alteração á Implantação do Saneamento da Zona Industrial de Formariz – 20/16;

- Execução de Infraestruturas de Águas Residuais e Abastecimento de Água na Praia Fluvial do Taboão – 37/16;

- Remodelação do Alpendre da Escola Primária de Agualonga – 46/16;

- Arranjo do largo da Antiga Escola Primária de Cerdeira, em Cunha – 47/16;

- Cobertura do Edifício da Antiga Escola Primaria na Rua 25 de Abril – 19/17;

- Piscina Municipal – Ampliação de parque de Estacionamento - 08/17;

- Piscina Municipal – Execução de Trabalhos complementares – 09/16;

- Margem Esquerda da Praia Fluvial do Taboão – Pavimentação de Largo e Execução de Infraestruturas – 07/17;

- Adaptação / Construção de Rede Viária Florestal e de Rede de Faixas de Gestão de Combustível – 22/15;

- Execução de Geodreno e camada drenante no caminho Florestal da Travanca, na Paisagem Protegida do Corno de Bico – 01/17;

- Execução de Infraestruturas de Apoio ao Festival de Música – 25/17;

- Largo D.ª Maria Luiza D´Antas – Equipamentos de Apoio e Arranjo Urbanístico – 52/16;

- Requalificação Urbanística do Largo no Centro da Vila – 02/17;

- Alargamento E Pavimentação do Caminho de Broi, em Ferreira – 24/16;

- Construção de Muro de Suporte no caminho da Pedrinha, na Freguesia de Formariz – 44/16;

- Execução de Terraplanagens em Terrenos circunstantes à Praia Fluvial do Taboão – 51/16;

- Reabilitação do Antigo Largo da Feira – 18/16;

- Ligação de Rede de Águas Pluviais do arruamento e da Zona Industrial de Formariz à Caixa existente – 41/16;

- Parque Empresarial de Formariz – pavimentação de um Troço do arruamento E – 45/16;

- EM 514 em Infesta – Pavimentação de Sub- Larguras, correção de lombas e pintura do eixo – 38/16;

- Adaptação/ construção de Rede Viária Florestal e de Rede de Faixas de Gestão de Combustível- 22/15;

- Reabilitação de Refeitório e dormitório do CEIA, em Vascões – 12/16;

- Pavimentação dos Caminhos Municipais na Freguesia de Castanheira, União de Freguesias de Bico e Cristelo e União de Freguesias de Insalde e Porreiras – 10/17;

- Reforço do Pavimento de um Troço da EM 509, do Cruzamento da N.S. da Pena (Moselos) ao Pavimento em Cubo e, Venade (Ferreira) e reforço de Pavimento de um Troço do Cm 1066-1, do Cruzamento das Angústia – 27/17.

Existências:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

À data de balanço é efetuada uma análise entre o custo de aquisição e o preço de mercado, caso seja inferior é registada uma provisão para imparidade.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. As dívidas de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança é duvidosa, são transferidas para a conta de clientes de cobrança duvidosa e objeto de ajustamento de provisão para imparidade estimada.

Disponibilidades:

As disponibilidades em caixa e depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos em diversas instituições de crédito.

Provisões:

As provisões são constituídas para fazer face a riscos de natureza provável, mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, nomeadamente, aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciações de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

As provisões para cobranças duvidosas para as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Assim, as provisões foram calculadas da seguinte forma (Ponto 2.7.1 do Pocal):

- 50% para as dívidas em mora há mais de 6 meses e menos de 1 ano;

- 100% para as dívidas em mora há mais de 12 meses.

Acréscimos e Diferimentos:

De acordo com o princípio da especialização, os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

A rubrica de acréscimos de proveitos regista os montantes de IMI, transferências, taxas e prestações de serviços relativos ao exercício económico, cujo recebimento só ocorrerá em exercício ou exercícios futuros.

A rubrica de acréscimos de custos regista os custos a reconhecer no exercício, cuja despesa só incorrerá em exercício ou exercícios futuros. De realçar, a contabilização dos custos relativos a remunerações a liquidar, nomeadamente, os montantes relativos a férias, subsídio de férias e respetivos encargos, bem como encargos ou consumos de caráter periódico recorrente cuja faturação ocorre no ano seguinte.

A rubrica de proveitos diferidos corresponde a recebimentos relativos a proveitos de exercícios futuros, designadamente os relacionados com investimentos oriundos de projetos cofinanciados por fundos comunitários, ou outros. Este reconhecimento destes ocorre, numa base sistemática, à

medida que vão sendo contabilizadas as amortizações dos bens a que estes se reportam.

8.2.4 – Não existem disponibilidades em moeda estrangeira.

8.2.5 – O resultado líquido do exercício não foi afetado pelas seguintes situações:

- Valorimetria diferente da prevista no capítulo 4
- Amortizações Extraordinárias

O Município adota a política de capitalizar o custo das grandes reparações e beneficiações e as taxas de amortização subsequentemente praticadas sobre esses acréscimos são as que já decorrem da vida útil inicialmente estimada do bem objeto da intervenção.

8.2.6 – A conta 43.1- "Despesas de Instalação" não teve movimentos no exercício de 2017.

A conta 43.2- "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" não teve movimentos no exercício de 2017.

A conta 43.3- "Propriedade Industrial e outros direitos" não teve movimentos no exercício de 2017.

8.2.7 – Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo bruto e das amortizações e provisões:

Conta	Descrição	Saldo 31/12/2016	Aumentos	Transfª Imob. Em curso	Regularizações	Saldo 31/12/2017
421	Terrenos e recursos naturais	1 066 263,66				1 066 263,66
422	Edifícios e outras construções	0,00				0,00
422102	Instalações de Serviços	304 206,55				304 206,55
422103	Instalações desportivas e recreativas	32 613,29				32 613,29
422106	Escolas	37 045,70		8 193,16		45 238,86
422108	Outros	595 121,11				595 121,11
422202	Esgotos	10 388 817,80	4 030,65	13 841,23		10 406 689,68
422203	Iluminação pública	84 474,13	591,88			85 066,01
422204	Parques e jardins	39 508,95				39 508,95
422205	Instalações desportivas e recreativas	8 190,07				8 190,07
422206	Captação, tratamento e distribuição de àgua	2 392 946,45	2 766,60	13 259,81		2 408 972,86
422207	Viação rural	5 174 363,08	708 832,43	236 111,84		6 119 307,35
422208	Sinalização e trânsito	115 010,90				115 010,90
422209	Infra-estruturas para distr. de energia electric	54 948,36	3 783,62			58 731,98
422211	Cemitérios	27 819,55				27 819,55
422212	Outras	5 441 361,18	5 972,30			5 447 333,48
		25 762 690,78	**725 977,48**	**271 406,04**		**26 760 074,30**
423	Equipamento Básico	1 119 980,77	34 066,01			1 154 046,78
424	Equipamento de Transporte	1 043 273,73	17 220,00		44 352,15	1 104 845,88
425	Ferramenta e Utensilios	333 999,16	3 178,63			337 177,79
426	Equipamento Administrativo	1 736 768,07	130 131,72			1 866 899,79
427	Taras e Vasilhames	0,00				0,00
429	Outras Imobilizações Corporeas	888 189,17	9 585,66			897 774,83
		30 884 901,68	**920 159,50**	**271 406,04**		**32 120 819,37**

		31/12/2016	Aquisições	Alienação	Transferências Imob. em curso	Outros ajustamentos	31/12/2017
451	Terrenos e recursos naturais	9 483 767,27					9 483 767,27
452	Edificios	4 456 312,51	139 747,78	-263 337,95	13 403,49		4 346 125,83
453	Outras Construções e Infraestruturas	51 735 192,99	582 028,29		193 931,58		52 511 152,86
455	Bens do património histórico, artist. e cultura	4 110 604,31					4 110 604,31
		69 785 877,08	721 776,07	-263 337,95	207 335,07	0,00	70 451 650,27
	Depreciações acumuladas						
4852	Edificios	-310 098,80	-35 856,09			8 042,92	-337 911,97
4853	Outras Construções e Infraestruturas	-18 354 754,67	-1 825 752,05				-20 180 506,72
4855	Bens do património histórico, artist. e cultura	-107 138,65	-30 767,22				-137 905,87
		-18 771 992,12	-1 892 375,36	0,00	0,00	8 042,92	-20 656 324,56
		51 013 884,96	-1 170 599,29	-263 337,95	207 335,07	8 042,92	49 795 325,71

Conta	Descrição	Saldo 31/12/2016	Aumentos	Diminuições	Transfª	Saldo 31/12/2017
442	**Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas**					
4422102	Instalações de serviços	75 359,86	2 116,41		-51 459,73	26 016,54
4422103	Instalações desportivas e recreativas	62 893,84	7 014,75		-17 609,25	52 299,34
4422104	Mercados e Instalações de fiscalização sanitária	0,00	44 292,30			44 292,30
4422106	Escolas	122 429,59	135 619,80		-21 596,65	236 452,74
4422108	Outros Edificios	11 623,50	61 236,22			72 859,72
4422202	Esgotos	14 901,23			-13 841,23	1 060,00
4422204	Parques e Jardins	20 904,96			-5 247,00	15 657,96
4422205	Instalações desportivas e recreativas	6 888,00				6 888,00
4422207	Viação Rural	310 528,48	11 022,25		-282 705,71	38 845,02
4422212	Outras	137 295,29	68 130,27		-79 367,35	126 058,21
4423	Equipamento Basico	45 900,69				45 900,69
		808 725,44	**329 432,00**	-	**-471 826,92**	**666 330,52**
445	**Imobilizações em curso de bens dominio público**					
4452	Edificios	0,00				0,00
4453	Outras Construções e infra-estruturas	86 469,00	120 370,88			206 839,88
4455	Outros bens de dominio publico	6 920,53	58 652,38		-6 920,53	58 652,38
		93 389,53	**179 023,26**	-	**-6 920,53**	**265 492,26**
		902 114,97	**508 455,26**	-	**-478 747,45**	**931 822,78**

8.2.8 – Desagregação das rubricas de imobilizado: ver Mapa do Ativo Bruto e Amortizações e Provisões, em anexo.

<u>De Bens do Domínio Público:</u>

Terrenos e Recursos Naturais – nesta conta estão contempladas as parcelas de terreno para integração no domínio público. Estes bens não são amortizáveis.

Valor: 9 483 767,27€

Edifícios – nesta rubrica estão contemplados os edifícios do domínio público.

Valor: 4 346 125,83€

Outras Construções e Infraestruturas – nesta rubrica estão contempladas: a rede viária concelhia, rede de saneamento, abastecimento de água e iluminação pública.

Valor: 52 511 152,86€**Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural** – nesta rubrica estão contemplados bens do património, histórico, artístico e cultural.

Valor: 4 110 604,31€

Imobilizações em Curso – inclui obras relativo a infraestruturas rodoviárias, rede de água e saneamento e de requalificação de edifícios.

Valor: 265 492,26€

De Imobilizações Incorpóreas: esta rubrica não teve movimentos no exercício de 2017.

Despesa de Instalação – esta rubrica não teve movimentos no exercício de 2017

Despesa de Investigação e de Desenvolvimento – esta rubrica não teve movimento no exercício de 2017

Propriedade Industrial e Outros Direitos - esta rubrica não teve movimentos no exercício de 2017

De Imobilizações Corpóreas:

Terrenos e Recursos Naturais - esta rubrica não teve movimentos no exercício de 2017.

Valor: 1 066 263,66€

Edifícios e Outras Construções – nesta rubrica estão contempladas as aquisições e as obras concluídas. Dada a grande diversidade de bens incluídos nesta rubrica não é possível apresentar a sua descrição.

Valor: 25 693 810,64€

Equipamento Básico – nesta rubrica está incluído todo o equipamento (máquinas, equipamento informático, etc) instalado nos diversos edifícios pertencentes ao Município.

Valor: 1 154 046,78€

Equipamento de Transporte – nesta rubrica está incluída uma viatura para trabalhos ao serviço das oficinas adquirida no decorrer do exercício de 2017, assim como, todo o equipamento de transporte já pertencente ao Município.

Valor: 1 104 845,88€

Ferramentas e Utensílios – nesta rubrica encontram-se todas as pequenas máquinas, ferramentas e equipamentos diversos afetos à atividade operacional da autarquia.

Valor: 337 177,79€

Equipamento Administrativo – no exercício corrente foi adquirido diverso material e equipamento de escritório registado nesta rubrica.

Valor: 1 866 899,79€

Outras Imobilizações Corpóreas – nesta rubrica está contemplada a aquisição de equipamento de limpeza (contentores) e outros, cujo valor final é de 897 774,83€

8.2.9 – Não foram incorridos custos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

8.2.10 – Não foram efetuadas reavaliações dos bens do imobilizado no presente ano.

8.2.11 – Não existe mapa de reavaliações.

8.2.12 – Não existe imobilizado em poder de terceiros.

8.2.13 – Leasing: a viatura pesada de passageiros foi adquirida pelo Município, no decorrer do exercício de 2016, através do regime de locação financeira, num prazo de quatro anos.

8.2.14 – Não existem bens registados sem valor.

8.2.15 – Os bens não amortizáveis: terrenos e recursos naturais.

8.2.16 – Entidades Participadas:

Águas do Norte, SA: sociedade com sede na Avenida Osnabruck 29, 5000-427 Vila Real e capital social de 103 215 507,00 euros, detendo a autarquia uma percentagem de participação de 0,12%, no valor de 129.540,00 euros. Esta entidade apresentou no ano de 2017 um resultado líquido de 8 431 829,98 euros.

Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.: sociedade com sede no Lugar do Arraial, 4930-521 VALENÇA e capital social de 900.000,00 euros, detendo a autarquia uma percentagem de participação de 6,20%, no valor de 55.800,00 euros. Esta entidade apresentou no ano de 2017 um resultado líquido de 201 628,00 euros

Matadouro Regional do Alto Minho, S.A: sociedade com sede em Arcos de Valdevez e capital social de 498.798,00 euros, detendo a autarquia uma percentagem de participação de 0,5%, no valor de 2.494,00 euros, que se encontra em processo de dissolução.

As participações estão registadas ao custo de aquisição.

8.2.17 – As contas Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria não apresentam quaisquer valores.

8.2.18 – A conta Outras Aplicações Financeira não apresenta qualquer valor.

8.2.19 – Não aplicável.

8.2.20 – Não aplicável.

8.2.21 – Não aplicável.

8.2.22 – Existem dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no valor de 36.336,85 euros, para as quais foram constituídas provisões nos termos legais (ver nota 8.2.27)., num total de 32.307,23 euros.

8.2.23 – Não existem dívidas ao pessoal.

8.2.24 – Este Município não procedeu à emissão de obrigações nem de outros títulos.

8.2.25 – Não existem dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.

8.2.26 – Mapa de Contas de Ordem em anexo.

8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Ano 2017
(Unidade: Euros)

Código das Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	30.316,82	1.990,41	0,00	32.307,23
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões para depreciação de existência				
49	Provisões para investimentos financeiros				

Na conta de provisões para cobranças duvidosas foram reforçadas as provisões para dívidas de clientes dos serviços de águas, saneamento e resíduos sólidos, com prazo superior a 180 dias.

8.2.28 - Classe 5 - Fundo Patrimonial

Ano 2017
(Unidade: Euro)

Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	20 657 347,75			20 657 347,75
57	Reservas	17 435 630,67	202 825,54		17 638 456,21
571	Reservas legais	1 326 708,75	10 141,28		1 336 850,03
574	Reservas livres	16 108 921,92	192 684,26		16 301 606,18
576	Doações	2 584,00			2 584,00
59	Resultados transitados	394 316,13		521,68	393 794,45

- Conta 57.1 - Reservas Legais e 57.4 - Reservas Livres - os seus aumentos referem-se à aplicação de resultados do ano anterior.
- Conta 59 - Resultados Transitados – Esta conta regista ajustamentos a amortizações contabilizadas em exercícios anteriores.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas como segue:

Ano 2017
(Unidade:Euros)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsiarias e de consumo
Existências iniciais	0,00	18.440,69
Compras	0,00	14.910,82
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	27.784,89
Custos no exercício	0,00	5.566,62

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Mapa de Demonstração de Resultados Financeiros

Demonstração dos resultados financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício 2017	Exercício 2016	Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercício 2017	Exercício 2016
681	Juros suportados	70.612,18	77.070,17	781	Juros obtidos	354,03	
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortização de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	36.256,26	36.256,26
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	151.295,33	194.335,82
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Desconto pronto pagamento obtidos		
688	Outros e perdas financeiras	171,15	5.223,19	787	Ganhos na alienação aplicações tesouraria		
Resultados financeiros		117.122,29	148.298,72	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		187.905,62	**230.592,08**		**Total**	**187.905,62**	**230.592,08**

8.2.32 - Mapa da Demonstração de Resultados Extraordinários

Foram também contabilizados em proveitos as imputações de subsídios ao investimento, na proporção da amortização dos bens financiados.

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício 2017	Exercício 2016	Código das Contas	Proveitos e ganhos	Exercício 2017	Exercício 2016
691	Transferências de capital concedidas	336.541,64	500.264,98	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	25.295,03		794	Ganhos imobilizações	15,00	17.984,83
695	Multas e penalidades	20,91	26.738,61	795	Benefícios penalidades contratuais	423,12	38.171,66
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções amortizações e provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores	169.313,58	150.196,58	797	Correções relativas exercícios anteriores	80.897,30	32.737,09
698	Outros custos e perdas extraordinárias	1.916,45	7.848,58	798	Outrso proveitos e ganhos extraordinários	1.408.473,77	1.533.109,15
Resultados extraordinários		956.721,58	936.953,98				
		1.489.809,19	**1.622.002,73**		**Total**	**1.489.809,19**	**1.622.002,73**

8.3.1 – Modificações do orçamento

8.3.1.1 – Modificações do orçamento – Receita

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras

8.3.1.2 – Modificações do orçamento – Despesa

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.2 – Modificações ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos)

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.3 – Contratação Administrativa

O mapa da situação dos contratos encontra-se anexo às Demonstrações Financeiras

8.3.4 – Transferências e Subsídios

8.3.4.1 – Transferências Correntes – Despesa

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.4.2 – Transferências de Capital – Despesa

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.4.3 – Subsídios concedidos

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.4.4 – Transferências Correntes – Receita

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.4.5 – Transferências de Capital – Receita

O Mapa encontra-se disponível nos Anexos às Demonstrações Financeiras.

8.3.5 Aplicação em Ativos de Rendimento Fixo e Variável

O município não dispõe de aplicações e ativos.

8.3.6 – Endividamento

8.3.6.1 – Empréstimos

O mapa de empréstimos bancários de médio e Longo prazo encontra-se em anexo.

8.3.6.2 – Outras dívidas a terceiros

O mapa "Endividamento – outras dívidas a terceiros" encontra-se em anexo.

ENTIDADE

C.M.P.C.

ACTIVO BRUTO

Ano Contabilistico : 2017 Período: Janeiro a Dezembro

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	715.608,65		1.080,00		1.070,00	715.618,65
41.1	Partes de capital	188.904,00		1.080,00		1.070,00	188.914,00
41.1.0	Partes de capital	188.904,00				1.070,00	187.834,00
41.1.1	Associações de municípios						
41.1.1.1	Associação Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.2	Empresas municipais e intermunicipais						
41.1.2.1							
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas			1.080,00			1.080,00
41.2	Obrigações e títulos de participação	526.704,65					526.704,65
41.2.1	Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2	Fundo de Apoio Municipal	526.704,65					526.704,65
41.4	Investimentos em imóveis						
41.4.1	Terrenos e recursos naturais						
41.4.2	Edifícios e outras construções						
41.4.2.1	Edifícios						
41.4.2.2	Outras construções						
41.5	Outras aplicações financeiras						
41.5.0	Outras aplicações financeiras						
41.5.1	Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2	Títulos de divida pública						
41.5.3	Outros títulos						
42	IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS	30.884.901,68		1.235.917,69			32.120.819,37
42.1	Terrenos e recursos naturais	1.066.263,66					1.066.263,66
42.2	Edifícios e outras construções	24.696.427,12		997.383,52			25.693.810,64
42.2.1	Edifícios	968.986,65		8.193,16			977.179,81
42.2.1.01	Habitação						
42.2.1.02	Instalações de Serviços	304.206,55					304.206,55
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	32.613,29					32.613,29
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária						
42.2.1.05	Creches						
42.2.1.06	Escolas	37.045,70		8.193,16			45.238,86
42.2.1.07	Lares de terceira idade						
42.2.1.08	Outros	595.121,11					595.121,11
42.2.2	Outras construções	23.727.440,47		989.190,36			24.716.630,83
42.2.2.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares						
42.2.2.02	Esgotos	10.388.817,80		17.871,88			10.406.689,68
42.2.2.03	Iluminação pública	84.474,13		591,88			85.066,01
42.2.2.04	Parques e jardins	39.508,95					39.508,95
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	8.190,07					8.190,07
42.2.2.06	Captação, tratamento e distribuição de água	2.392.946,45		16.026,41			2.408.972,86
42.2.2.07	Viação rural	5.174.363,08		944.944,27			6.119.307,35
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	115.010,90					115.010,90
42.2.2.09	Infra-estruturas para distr. de energia electrica	54.948,36		3.783,62			58.731,98
42.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos						
42.2.2.11	Cemitérios	27.819,55					27.819,55
42.2.2.12	Outras	5.441.361,18		5.972,30			5.447.333,48
42.3	Equipamento básico	1.119.980,77		34.066,01			1.154.046,78
42.4	Equipamento de transporte	1.043.273,73		61.572,15			1.104.845,88
42.5	Ferramentas e utensílios	333.999,16		3.178,63			337.177,79
42.6	Equipamento administrativo	1.736.768,07		130.131,72			1.866.899,79
	A transportar	30.712.321,16		1.227.412,03		1.070,00	31.938.663,19
	Total	30.712.321,16		1.227.412,03		1.070,00	31.938.663,19